

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO-PPG
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO- CPG
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE- PPGE CB

MARIA HELENA FÉLIX FRAZÃO

REPRESENTATIVIDADE DA AVIFAUNA NAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DO MARANHÃO

São Luís- MA

2026

MARIA HELENA FÉLIX FRAZÃO

**REPRESENTATIVIDADE DA AVIFAUNA NAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DO MARANHÃO**

Documento de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos para a defesa do mestrado no PPGE CB com a Linha de Pesquisa: Ecologia e conservação da biodiversidade de ambientes terrestres e de transição.

Orientadora: Profa. Dr. ^a Flor Maria Guedes Las-Casas

São Luís- MA

2026

Frazão, Maria Helena Félix.

Representatividade da Avifauna nas Unidades de Conservação do Maranhão./
Maria Helena Félix Frazão. - São Luís - MA, 2026.
121f.

Dissertação (Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) -
Universidade Estadual do Maranhão, 2026 .

Orientadora: Profa. Dra. Flor Maria Guedes Las Casas.

1. Áreas protegidas. 2. Conservação da biodiversidade. 3. Corredores ecológicos. 4. Endemismo. 5. Espécies ameaçadas. I. Título.

CDU:574.1(812.1)

MARIA HELENA FÉLIX FRAZÃO

**REPRESENTATIVIDADE DA AVIFAUNA NAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DO MARANHÃO**

Documento de Defesa apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da
Biodiversidade da Universidade Estadual do
Maranhão, como parte dos requisitos para a defesa.

Apresentado em: 22 / 01 / 2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FLOR MARIA GUEDES LAS CASAS**
Data: 23/03/2026 18:19:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Flor Maria Guedes Las-Casas (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **TADEU GOMES DE OLIVEIRA**
Data: 18/03/2026 10:26:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr. Tadeu Gomes Oliveira (Examinador 1)

Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE SCHIAVETTI**
Data: 17/03/2026 09:29:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Schiavetti (Examinador 2)

Universidade Estadual de Santa Cruz

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos seres alados que, com suas asas, enchem o céu de melodias, cores e vida. Aos pássaros, símbolos de liberdade e beleza, que me guiaram nesta jornada de descoberta e aprendizado. Agradeço aos plumados companheiros que compartilharam seus cantos e segredos, inspirando-me a explorar os mistérios dos céus. Às aves migratórias, que, com suas jornadas épicas, lembram-nos da importância de proteger os habitats globais. À minha família, cujo apoio constante foi a base sólida sobre a qual construí meus estudos. Que este trabalho contribua, mesmo que modestamente, para a compreensão e preservação das aves, garantindo que as gerações futuras possam, também, apreciar a magia alada que elas trazem ao nosso mundo.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Deus, pela fé renovada diariamente e pela graça de permitir que eu chegasse até aqui e pudesse expressar estes agradecimentos.

À minha orientadora, Flor Maria, expresso minha profunda gratidão pelos conselhos, pelo incentivo constante e pela confiança depositada em mim desde a graduação. Minha admiração por você é imensa, e sou profundamente grata por todo o aprendizado.

Agradeço imensamente à minha família. Ao meu pai, Josimar, à minha mãe, Elizangela, e à minha avó Eliza, por todo o apoio, carinho e paciência. Este trabalho não existiria sem a força e o amor de vocês.

À minha melhor amiga e irmã na fé, Dominique Rodrigues, pelo companheirismo desde a graduação, pelos incentivos e por me ajudar a perseverar em cada desafio enfrentado ao longo desta jornada, que cujo entusiasmo e dedicação tornaram as horas e os dias mais leves e os desafios mais superáveis.

Ao Grupo de Pesquisa em Ornitologia e Conservação, agradeço pela oportunidade de fazer parte desse bando que tanto contribuiu para minha formação.

Aos colegas e amigos da turma de 2024 do PPGECEB, por todos os momentos compartilhados durante a pós-graduação. A todos os professores do Programa, cada qual com sua forma única de ensinar, sou grata pelos conhecimentos transmitidos. À secretária Lana, pela solicitude e atenção em todos os momentos.

À FAPEMA, pelo apoio e financiamento imprescindíveis à realização deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista. Muito obrigada!

EPÍGRAFE

“São as nossas escolhas que revelam o que realmente somos muito mais do que as nossas qualidades”.

(J. K. Rowling)

RESUMO

As Unidades de Conservação (UCs) desempenham papel central na proteção da biodiversidade brasileira, especialmente em regiões ecologicamente complexas como o Maranhão, onde convergem os domínios Amazônico, Cerrado e Costeiro-Marinho. No entanto, apesar da relevância ecológica do estado, ainda são escassas as avaliações que investigam a efetividade dessas áreas na conservação da avifauna. Este estudo teve como objetivo analisar a representatividade das espécies de aves nas UCs maranhenses, considerando atributos de endemismo, status de ameaça e extensão de área protegida acumulada por espécie. Foram compilados 4.004 registros provenientes de plataformas colaborativas (WikiAves, eBird, Salve e ARA) e da literatura científica. Após curadoria taxonômica, foram identificados 851 táxons distribuídos em 14 das 45 UCs presentes no estado. Avaliou-se a estrutura das UCs, a distribuição das espécies, seus níveis de ameaça (IUCN 2025; MMA 2025; SEMA-MA 2025), o número de UCs ocupadas e a área protegida acumulada para cada táxon. Testes não paramétricos foram empregados devido à distribuição não normal dos dados ($p < 0,05$), não sendo detectadas diferenças estatisticamente significativas ao nível de 5%. Os resultados revelaram elevada diversidade de espécies registradas nas UCs, incluindo 56 táxons endêmicos do Brasil e dezenas de espécies ameaçadas em escalas global ($n = 24$), nacional ($n = 42$) e estadual ($n = 94$). Contudo, apenas 14 das 45 UCs apresentaram registros, indicando forte assimetria de amostragem. Observou-se predominância de UCs de Uso Sustentável (76%). A representatividade de espécies ameaçadas e endêmicas foi reduzida: não houve diferenças significativas no número de UCs ocupadas por táxon entre grupos ameaçados e não ameaçados, e espécies endêmicas apresentaram áreas protegidas acumuladas significativamente menores que espécies não endêmicas. Os MPCs evidenciaram concentração de registros em poucas UCs de Proteção Integral e a presença de espécies prioritárias fora dos limites protegidos. Concluiu-se que, embora o Maranhão possua extensa cobertura formal de áreas protegidas, sua rede apresenta baixa capacidade de representar adequadamente a avifauna mais vulnerável. As principais limitações identificadas incluem lacunas de amostragem, baixa proporção de UCs de Proteção Integral em relação às de Uso Sustentável, ausência de conectividade ecológica e sub-representação de táxons sensíveis. Os resultados reforçam a necessidade de ampliar e fortalecer estratégias de conservação, incluindo a criação de corredores ecológicos, a integração de Terras Indígenas e RPPNs ao planejamento territorial, a expansão de áreas prioritárias e a institucionalização de programas sistemáticos de monitoramento.

Palavras-chave: Áreas protegidas; conservação da biodiversidade; corredores ecológicos; endemismo; espécies ameaçadas; Maranhão; transição Amazônia–Cerrado.

ABSTRACT

Protected Areas (PAs) play a central role in biodiversity conservation in Brazil, particularly in ecologically complex regions such as Maranhão, where the Amazon, Cerrado, and Coastal–Marine domains converge. Despite the ecological relevance of this state, assessments evaluating the effectiveness of these areas in conserving avifauna remain scarce. This study aimed to analyze the representativeness of bird species within the Protected Areas of Maranhão, considering endemism, threat status, and the cumulative extent of protected area per species. A total of 4,004 occurrence records were compiled from citizen science platforms (WikiAves, eBird, Salve, and ARA) and the scientific literature. After taxonomic curation, 851 taxa were identified, distributed across 14 of the 45 Protected Areas present in the state. The structure of the PA network, species distribution, threat status (IUCN 2025; MMA 2025; SEMA–MA 2025), number of occupied PAs, and cumulative protected area per taxon were evaluated. Non-parametric tests were applied due to the non-normal distribution of the data ($p < 0.05$), and no statistically significant differences were detected at the 5% significance level. The results revealed a high diversity of species recorded within the Protected Areas, including 56 taxa endemic to Brazil and dozens of threatened species at the global ($n = 24$), national ($n = 42$), and state ($n = 94$) levels. However, only 14 of the 45 Protected Areas had occurrence records, indicating strong sampling asymmetry. A predominance of Sustainable Use Protected Areas was observed (76%). The representativeness of threatened and endemic species was low: no significant differences were detected in the number of Protected Areas occupied per taxon between threatened and non-threatened groups, and endemic species exhibited significantly smaller accumulated protected areas compared to non-endemic species. The Minimum Polygon Convexes (MPCs) indicated a concentration of records in a few Strictly Protected Areas and the presence of priority species outside protected boundaries. It was concluded that although Maranhão has extensive formal protected area coverage, its network shows limited capacity to adequately represent the most vulnerable avifauna. The main limitations identified include sampling gaps, a low proportion of Strictly Protected Areas relative to Sustainable Use Areas, lack of ecological connectivity, and underrepresentation of sensitive taxa. The findings reinforce the need to expand and strengthen conservation strategies, including the creation of ecological corridors, the integration of Indigenous Lands and Private Natural Heritage Reserves

(RPPNs) into territorial planning, the expansion of priority areas, and the institutionalization of systematic monitoring programs.

Keywords: Protected Areas; Biodiversity Conservation; Ecological Corridors; Endemism; Threatened Species; Maranhão; Amazon–Cerrado Transition.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1. Unidades de Conservação e Conservação da Biodiversidade.....	17
2.2. Representatividade Biológica em Áreas Protegidas	19
2.3. A Avifauna Brasileira e a Importância da Conservação.....	21
2.4. Avifauna do Maranhão: Composição, Riqueza e Endemismo nas Unidades de Conservação	23
2.5. Ameaças à Avifauna nas Unidades de Conservação.....	26
2.6. Plataformas colaborativas e a conservação da avifauna no Maranhão	28
3. OBJETIVOS.....	31
3.1. Objetivo Geral.....	31
3.2. Objetivos específicos	31
4. MÉTODOS	32
4.1. Unidades de Conservação, Dados de ocorrência da avifauna, bases de dados e período de coleta.....	32
4.2. Variáveis e análises estatísticas	34
4.3. Análises espaciais.....	35
5. RESULTADOS.....	37
5.1. Caracterização das Unidades de Conservação do Maranhão	37
5.2. Avaliação do status de conservação das espécies registradas	39
5.3. Relação entre status de ameaça, endemismo e número de Unidades de Conservação	44
5.4. Área protegida acumulada.....	45
5.4.1. Endemismo	46
5.4.2. Ameaçadas	47
5.5. Distribuição espacial das espécies prioritárias nas Unidades de Conservação	48
6. DISCUSSÕES.....	50
7. CONCLUSÃO	55
8. REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A.....	69
APÊNDICE B.....	75

1. INTRODUÇÃO

A biodiversidade brasileira destaca-se mundialmente por sua elevada riqueza e endemismo, reflexo da complexa história biogeográfica do país e da grande heterogeneidade ambiental que caracteriza seus domínios morfoclimáticos (Jetz *et al.*, 2019). Apesar desse patrimônio natural, o Brasil ocupa a primeira posição em número de aves ameaçadas. Segundo a Portaria MMA nº 148/2022, 256 espécies de aves encontram-se oficialmente classificadas em categorias de ameaça, refletindo um cenário de intensificação dos riscos de extinção e evidenciando a necessidade urgente de estratégias de conservação mais eficazes (Brasil, 2022; MMA, 2022; IUCN, 2024).

A perda acelerada da biodiversidade no Brasil está associada principalmente às mudanças no uso da terra, como a expansão agropecuária e urbana, o desmatamento, a degradação florestal, a poluição e a introdução de espécies exóticas invasoras, fatores amplamente reconhecidos como motores da crise global da biodiversidade (IPBES, 2023; MapBiomas, 2024; Figueiredo *et al.*, 2024). Esses impactos afetam de forma particularmente severa espécies endêmicas ou de distribuição geográfica restrita, que apresentam menor resiliência a alterações ambientais e maior risco de extinção local ou global (Manes *et al.*, 2021; Jetz *et al.*, 2019).

Nesse contexto, as Unidades de Conservação (UCs) constituem um dos principais instrumentos legais de proteção ambiental no Brasil regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985 de 2000 que visa:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

Esse sistema organiza as UCs em dois grandes grupos: Proteção Integral, que priorizam a preservação dos processos ecológicos, e Uso Sustentável, que buscam compatibilizar conservação e atividades humanas de baixo impacto (MMA, 2018;

ICMBio, 2023). Embora o SNUC represente um marco para a conservação, inúmeros estudos demonstram que a existência de UCs não garante, por si só, a representatividade biológica dos grupos alvo, ou seja, não contempla adequadamente a diversidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos existentes em uma determinada região (Rodrigues et al., 2004; Araújo *et al.*, 2019). Espécies ameaçadas ou endêmicas frequentemente permanecem sub-representadas ou ausentes dessas áreas, revelando lacunas espaciais e taxonômicas na rede nacional de proteção.

O estado do Maranhão ocupa posição singular na geografia brasileira. O território estadual abrange principalmente os domínios morfoclimáticos Amazônico e Cerrado, além de extensas zonas ecotonais que conectam esses sistemas naturais. Essas áreas apresentam elevada heterogeneidade ecológica e dinâmica biológica complexa (Queiroz Marques *et al.*, 2020; Silva Junior *et al.*, 2024). A combinação desses domínios e ecótonos resulta em alta diversidade de habitats e riqueza de espécies, tornando o Maranhão um ponto estratégico para estudos de conservação.

Segundo Spinelli Araujo *et al.* (2016), cerca de 19% do território maranhense encontra-se atualmente protegido por UCs federais, estaduais e municipais. No entanto, persistem lacunas importantes sobre a distribuição das espécies, especialmente quanto à presença e ausência, ao grau de ameaça, ao endemismo e à representatividade dentro dessas áreas. Inventários realizados em UCs no Maranhão têm ampliado o conhecimento sobre a avifauna regional (Pinheiro, 2024).

No território estadual, os dois grupos de Unidades de Conservação estabelecidos pelo SNUC estão representados por categorias sendo. As unidades de Proteção Integral incluem Estação Ecológica (EE), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MONA) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS). Já as unidades de Uso Sustentável abrangem Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Área de Proteção Ambiental (APA), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (Brasil, 2000).

Compreender de que forma as UCs do Maranhão estão protegendo sua avifauna é fundamental para orientar decisões de planejamento, manejo e políticas públicas em escala estadual e regional. Este estudo busca avaliar a representatividade das espécies de aves registradas nas UCs maranhenses, considerando categorias oficiais de ameaça, endemismo e extensão espacial protegida. Ressalta-se que a análise considera exclusivamente registros secundários provenientes de plataformas colaborativas e

inventários previamente publicados, de modo que a ausência de registros não deve ser interpretada como ausência ecológica das espécies nas respectivas Unidades de Conservação.

Diante desse cenário, o presente estudo busca responder às seguintes questões de pesquisa:

1. Quantas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais existem no estado?
2. Quantas são de Proteção Integral e quantas são de Uso Sustentável? Quais domínios morfoclimáticos estão representados e qual a extensão total de áreas protegidas?
3. Quais e quantas espécies da avifauna brasileira possuem registros disponíveis nas plataformas colaborativas e na literatura para as UCs do Maranhão? As espécies ameaçadas (nacionais e globais) e endêmicas (Brasil, Cerrado, Amazônia) estão documentadas nesses registros?
4. Quais espécies endêmicas e/ou ameaçadas estão representadas nas UCs e em qual tipo de UC? A categoria de ameaça de uma espécie está associada ao tipo de UC em que ocorre?

Responder a essas perguntas permitirá compreender a efetividade da rede de Unidades de Conservação do Maranhão na proteção da avifauna, além de identificar lacunas prioritárias e subsidiar estratégias de conservação mais eficientes e baseadas em evidências.

Diversos estudos demonstram que espécies com maior risco de extinção frequentemente apresentam distribuição espacial restrita, populações pequenas, alta especialização ambiental e ocorrência em áreas sob intensa pressão antrópica. Essas características reduzem a probabilidade de tais espécies coincidirem espacialmente com Unidades de Conservação formalmente estabelecidas (Morelli et al., 2020; Schultz, 2023). Além disso, espécies classificadas como Criticamente em Perigo (CR) geralmente já perderam grande parte de sua distribuição histórica, restando populações altamente fragmentadas e localizadas fora de áreas protegidas, sobretudo em regiões com forte conversão de habitat e baixa conectividade (IUCN, 2022).

Por outro lado, espécies consideradas não ameaçadas como as LC (Menos Preocupantes) tendem a apresentar distribuições mais amplas, maior plasticidade ecológica e maior abundância, o que aumenta a probabilidade de ocorrerem dentro dos limites das Unidades de Conservação (Santini *et al.*, 2018; Jetz, 2019). Assim, espera-se

que espécies com menor risco de extinção apresentem maior representatividade no sistema de áreas protegidas, pois táxons de ampla distribuição se sobrepõem com mais frequência a essas áreas, independentemente do planejamento da rede.

Esses pressupostos sustentam a hipótese de que espécies ameaçadas possuem menor cobertura por áreas protegidas, enquanto espécies não ameaçadas tendem a apresentar maior número de registros em UCs. De forma semelhante, espécies endêmicas, por possuírem distribuições restritas, também podem apresentar baixa representatividade, especialmente quando os limites das UCs não foram originalmente planejados para maximizar a proteção de táxons de distribuição limitada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. *Unidades de Conservação e Conservação da Biodiversidade*

As Unidades de Conservação (UCs) são reconhecidas globalmente como ferramentas essenciais para conter a perda da biodiversidade e manter os serviços ecossistêmicos dos quais a sociedade depende. Elas funcionam como áreas legalmente protegidas com o objetivo de conservar ecossistemas, populações e espécies, assegurando também os processos ecológicos naturais (Brasil, 2000; Rodrigues *et al.*, 2004; Dudley 2008). No Brasil, país de megadiversidade biológica, as UCs têm um papel ainda mais estratégico, considerando a pressão crescente sobre os habitats naturais em função da expansão agrícola, da mineração e de outros usos da terra (Ganem, 2011; MMA, 2018).

A formalização da política de conservação brasileira ocorreu com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por meio da Lei nº 9.985, de 2000, que organizou o sistema em duas grandes categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000). Essa classificação visa compatibilizar os objetivos de preservação com as necessidades socioeconômicas das populações tradicionais e rurais, permitindo maior flexibilidade na gestão dos recursos naturais (Silva, 2005; MMA, 2018). Ao mesmo tempo, reflete uma tentativa de adaptar o modelo de conservação às diferentes realidades ecológicas e sociais do país.

As Unidades de Proteção Integral, como os Parques Nacionais (PARNA) e as Reservas Biológicas (REBIO), têm como princípio básico a não intervenção direta nos ambientes naturais, admitindo apenas o uso indireto dos recursos. Já as Unidades de Uso Sustentável, como as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Áreas de Proteção Ambiental (APA), permitem o uso direto dos recursos naturais de forma sustentável, com o objetivo de conciliar conservação e uso humano (Brasil, 2000; MMA, 2018). Essa estrutura amplia o alcance das UCs, promovendo a conservação não apenas da biodiversidade, mas também das práticas culturais e modos de vida de populações tradicionais (Diegues, 2008; Teixeira *et al.*, 2017; ICMBio, 2023).

Estudos mostram que, para serem eficazes, as UCs devem ser planejadas com base em critérios ecológicos, como representatividade, conectividade e viabilidade populacional (Margules e Pressey, 2000; Rodrigues *et al.*, 2004). A representatividade biológica é fundamental para garantir que os diversos ecossistemas, espécies e funções ecológicas sejam devidamente protegidos no sistema de UCs (CBD, 2022; IBGE, 2023; SOS MATA ATLÂNTICA, 2025). Sem essa preocupação, corre-se o risco de criar áreas protegidas que não cumpram com o seu propósito conservacionista.

Contudo, a realidade brasileira ainda apresenta fragilidades nesse aspecto. Em muitos casos, a delimitação das UCs ocorreu com base em critérios políticos, geográficos ou econômicos, e não em diagnósticos ecológicos robustos (Rodrigues *et al.*, 2004; Aguiar-Silva *et al.*, 2011). Essa abordagem resulta em lacunas importantes, especialmente no que diz respeito à proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, que frequentemente ficam fora do alcance das áreas protegidas legalmente instituídas (Ribeiro *et al.*, 2011; Oliveira *et al.*, 2017).

Além das falhas de representatividade, outros desafios ameaçam a efetividade das UCs no Brasil. A carência de recursos financeiros e humanos, a ausência de planos de manejo atualizados e a sobreposição de interesses econômicos frequentemente comprometem a gestão e a fiscalização dessas áreas (Nolte *et al.*, 2013; ICMBio, 2023). A pressão por abertura de áreas para exploração econômica, como mineração e agropecuária, tem crescido nos últimos anos, inclusive em UCs de Proteção Integral, colocando em risco a integridade dos ecossistemas ali protegidos (Benites *et al.*, 2016; Ferreira *et al.*, 2020).

Em termos de cobertura territorial, o Brasil abriga uma das maiores redes de UCs do mundo, com mais de 2.500 unidades federais, estaduais e municipais cadastradas, o que representa cerca de 18% do território nacional (CNUC, 2021; ICMBio, 2023). No entanto, essa cobertura não é homogênea entre os domínios. Enquanto a Amazônia possui uma ampla malha de UCs, o Cerrado, a Caatinga e o Pampa ainda apresentam níveis de proteção considerados insuficientes diante da sua elevada biodiversidade e vulnerabilidade (Oliveira *et al.*, 2017; MMA, 2022).

A efetividade das UCs também depende da sua integração em redes ecológicas e corredores de biodiversidade. A simples criação de áreas isoladas não garante a manutenção dos processos ecológicos em escalas adequadas para a conservação de espécies de ampla distribuição ou com grandes áreas de vida (Benites *et al.*, 2016, Brasil 2024; Brodie *et al.*, 2025). Nesse sentido, a abordagem de paisagem e a conectividade funcional entre UCs tornam-se essenciais para garantir a sobrevivência a longo prazo das espécies, especialmente aquelas mais sensíveis à fragmentação.

Outro aspecto relevante para a conservação é o engajamento das comunidades locais e dos povos tradicionais. A gestão participativa das UCs é preconizada pelo SNUC e tem demonstrado resultados positivos, especialmente em UCs de Uso Sustentável, como as RESEX e RDS, nas quais as populações locais atuam diretamente na proteção dos recursos naturais (Diegues, 2008; Schleicher *et al.*, 2019; ICMBio, 2025). O

reconhecimento do papel dessas comunidades como guardiãs da biodiversidade tem contribuído para o fortalecimento da conservação in situ e para a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades regionais.

Portanto, para que as Unidades de Conservação cumpram efetivamente seu papel na proteção da biodiversidade, é imprescindível que sejam criadas e manejadas com base em critérios científicos, sustentadas por políticas públicas consistentes e por mecanismos institucionais que garantam sua implementação, fiscalização e financiamento. A conservação da natureza no Brasil, especialmente em estados como o Maranhão, exige uma abordagem integrada, que considere as dimensões ecológica, social, econômica e política das áreas protegidas.

2.2.Representatividade Biológica em Áreas Protegidas

A representatividade biológica dentro de sistemas de áreas protegidas refere-se à capacidade dessas áreas de incluir, de forma adequada e proporcional, a diversidade de ecossistemas, espécies e processos ecológicos presentes em uma determinada região geográfica. Esse conceito é considerado um dos pilares da conservação moderna, pois busca garantir que todos os elementos essenciais da biodiversidade estejam devidamente contemplados nas estratégias de proteção ambiental (Rodrigues *et al.*, 2004; Margules e Pressey, 2000). A representatividade, nesse contexto, não se limita à quantidade de áreas protegidas, mas envolve sua qualidade ecológica, localização estratégica e contribuição efetiva para a conservação dos alvos biológicos.

Esse processo histórico resulta em um sistema com forte viés geográfico e institucional, com unidades localizadas em regiões de baixa densidade populacional ou menor valor econômico, mas que nem sempre coincidem com as áreas de maior prioridade biológica (Scott *et al.*, 2001; Rodrigues *et al.*, 2004).

A falta de representatividade é especialmente crítica no que diz respeito às espécies com distribuição restrita e aos habitats únicos. Muitas dessas espécies não ocorrem dentro dos limites das UCs existentes, ou estão presentes em apenas uma ou duas unidades, o que as torna extremamente vulneráveis a alterações ambientais, como mudanças no uso do solo ou eventos climáticos extremos (Benites *et al.*, 2016; Ferreira *et al.*, 2017). Isso é particularmente preocupante em estados como o Maranhão, que abriga diferentes domínios e uma rica avifauna, mas que ainda carece de estudos abrangentes sobre a efetividade de suas áreas protegidas.

Para aumentar a representatividade, é necessário utilizar ferramentas de planejamento sistemático da conservação, que integrem dados sobre biodiversidade, conectividade, vulnerabilidade e valor ecológico das áreas (Margules e Pressey, 2000; Oliveira *et al.*, 2017). Entre essas ferramentas, destaca-se o uso de sistemas de informações geográficas (SIG), modelagem espacial e análise de lacunas de proteção, que permitem identificar áreas prioritárias para a conservação e orientar de forma estratégica a criação, ampliação ou readequação de Unidades de Conservação (Kujala *et al.*, 2018; Venter *et al.*, 2018).

Outro aspecto relevante na discussão sobre representatividade é o grau de proteção conferido por diferentes categorias de UCs. Unidades de Proteção Integral, por exemplo, tendem a oferecer maior segurança ambiental por restringirem usos diretos dos recursos, enquanto as de Uso Sustentável são mais flexíveis, mas podem sofrer pressões por uso excessivo ou inadequado (MMA, 2018; ICMBio, 2023). Assim, a presença de uma espécie em uma UC de uso sustentável pode não ser suficiente para garantir sua conservação a longo prazo, especialmente se a espécie for sensível a perturbações.

Além disso, a representatividade deve ser avaliada não apenas em termos de ocorrência de espécies, mas também em relação à funcionalidade dos ecossistemas e à manutenção de processos ecológicos. A simples presença de uma espécie não assegura a viabilidade de suas populações se os ambientes forem muito fragmentados ou degradados (Dudley, 2008; Hilty *et al.*, 2020). É necessário considerar fatores como tamanho das áreas, conectividade entre fragmentos, qualidade do habitat e disponibilidade de recursos naturais essenciais para alimentação, reprodução e deslocamento.

A avaliação da representatividade também deve considerar as mudanças climáticas, que têm alterado os padrões de distribuição das espécies e, consequentemente, o desempenho das áreas protegidas (Ferreira *et al.*, 2020; Maxwell *et al.*, 2020). UCs que atualmente abrigam determinadas espécies podem deixar de ser adequadas no futuro, exigindo uma reavaliação contínua do sistema de conservação. Por isso, recomenda-se incorporar a resiliência climática como critério no planejamento de novas UCs e na redefinição de limites das já existentes.

Dada essa complexidade, torna-se fundamental a existência de inventários biológicos atualizados e acessíveis, que permitam verificar quais espécies estão efetivamente protegidas dentro das UCs. No caso da avifauna, bases de dados como o WikiAves, eBird e GBIF têm contribuído significativamente para a compilação e análise de registros de ocorrência, sendo ferramentas valiosas para estudos de representatividade

e direcionamento de políticas públicas (Silva *et al.*, 2019; GBIF, 2023). Tais informações também possibilitam a identificação de espécies “não capturadas” pelo sistema de UCs, o que é essencial para estabelecer prioridades de conservação.

Em síntese, a representatividade biológica é um critério indispensável para o sucesso das estratégias de conservação baseadas em áreas protegidas. Avaliar a cobertura de espécies ameaçadas, endêmicas e de importância ecológica dentro das UCs é uma etapa crítica para entender as lacunas do sistema atual e promover ajustes necessários. Em estados como o Maranhão, com grande diversidade biológica e múltiplos desafios de conservação, esse tipo de análise é urgente e pode fornecer subsídios técnicos importantes para fortalecer a efetividade das UCs no cumprimento de seus objetivos.

2.3.A Avifauna Brasileira e a Importância da Conservação

O Brasil possui uma das maiores diversidades de aves do planeta, abrigando cerca de 1.919 espécies registradas, o que representa aproximadamente 18% da avifauna mundial (CBRO, 2023; Birdlife International, 2024). Essa riqueza é explicada pela extensão territorial do país, sua diversidade de climas, relevo e a presença de múltiplos domínios, como Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga e Pampa, que favorecem uma alta heterogeneidade de habitats (Sick, 1997; Marini e Garcia, 2005). Essa diversidade, entretanto, está sob crescente ameaça devido à degradação dos ambientes naturais, tornando urgente o fortalecimento de estratégias de conservação.

As aves desempenham papéis ecológicos fundamentais nos ecossistemas, atuando como dispersoras de sementes, reguladoras de populações de insetos, polinizadoras e bioindicadoras da qualidade ambiental, contribuindo diretamente para a manutenção dos processos ecológicos e dos serviços ecossistêmicos (Şekercioğlu *et al.*, 2019). A sensibilidade das aves a alterações ambientais, aliada à sua ampla distribuição e facilidade de amostragem, torna a avifauna um grupo-chave para o monitoramento ecológico e para a avaliação da efetividade de estratégias de conservação, inclusive em paisagens manejadas (Wells *et al.*, 2025). Dessa forma, a conservação das aves vai além da proteção de espécies isoladas, refletindo diretamente na saúde e no funcionamento dos ecossistemas.

Apesar da grande diversidade, o Brasil lidera o número de espécies de aves ameaçadas nas Américas, com 166 espécies listadas nas categorias de ameaça pela IUCN (2024) e pelo ICMBio (2025). Dentre essas, muitas são endêmicas, ou seja, ocorrem exclusivamente em determinadas regiões do país, tornando-se altamente vulneráveis à

perda de habitat (Marini *et al.*, 2009; ICMBio, 2018). A fragmentação florestal, o avanço da agricultura e da pecuária, a mineração e as queimadas estão entre as principais causas da diminuição das populações de aves e da perda de espécies (Ganem, 2011; MMA, 2018).

As espécies endêmicas, por sua distribuição geográfica restrita, tendem a ocorrer em números reduzidos e a depender fortemente de condições ambientais específicas. A perda ou alteração desses habitats pode significar a extinção local ou global desses táxons (Rodrigues *et al.*, 2004; Ribeiro *et al.*, 2011). No Brasil, grande parte das espécies endêmicas ocorre nos biomas mais ameaçados, como a Mata Atlântica e o Cerrado, onde as taxas de desmatamento e fragmentação são historicamente elevadas (Fundação SOS Mata Atlântica, 2022; MMA, 2022).

Espécies de altitude ou com nichos ecológicos mais restritos tendem a ser particularmente vulneráveis, podendo desaparecer mesmo em áreas protegidas se estas não contemplarem a variabilidade necessária de habitats.

A conservação da avifauna brasileira depende fortemente da existência de Unidades de Conservação bem distribuídas, geridas e monitoradas. Estudos como os de Kormann, (2024) e Benites *et al.* (2016) mostram que uma parcela significativa das espécies ameaçadas ocorre em áreas fora das UCs, evidenciando a necessidade de ampliar a malha de proteção e incorporar novas áreas estratégicas, especialmente em regiões de alta biodiversidade e endemismo. A inclusão de áreas prioritárias para aves em planejamento territorial é crucial para reverter tendências de declínio populacional.

A criação de listas vermelhas e avaliações periódicas do status de conservação das espécies são ferramentas importantes para orientar políticas públicas e ações conservacionistas. O Brasil conta com iniciativas como o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (ICMBio, 2023), que fornece informações detalhadas sobre o grau de ameaça, a distribuição e os fatores de risco para cada espécie. Esses documentos são fundamentais para subsidiar decisões de gestão ambiental e a priorização de esforços de conservação.

A avifauna também possui importância sociocultural e econômica, especialmente no que se refere ao ecoturismo, à educação ambiental e ao conhecimento tradicional de comunidades locais. Atividades como a observação de aves (birdwatching) têm se expandido no Brasil e contribuído para valorizar a biodiversidade, promover a geração de renda e estimular práticas sustentáveis (Vidal *et al.* 2024; Birdlife International, 2022;

Navega-Gonçalves, 2022). Dessa forma, proteger as aves é também promover o uso sustentável da biodiversidade.

Além do apoio governamental, a conservação da avifauna requer o engajamento da sociedade civil, de pesquisadores, ONGs e instituições internacionais. Programas de monitoramento participativo, como o WikiAves e o eBird, têm sido fundamentais para coletar dados de ocorrência e comportamento das aves em todo o território brasileiro, ampliando o conhecimento sobre sua distribuição e contribuindo com informações para as plataformas colaborativas e a gestão ambiental (Silva *et al.*, 2019; GBIF, 2023).

Portanto, a conservação da avifauna brasileira é uma tarefa multidisciplinar que envolve ações integradas de pesquisa científica, políticas públicas, educação ambiental e participação social. A proteção eficaz das aves exige uma abordagem territorial estratégica, baseada em evidências e dados atualizados, que considere tanto as necessidades ecológicas das espécies quanto a complexidade dos fatores sociais e econômicos que afetam os ambientes naturais.

2.4. Avifauna do Maranhão: Composição, Riqueza e Endemismo nas Unidades de Conservação

O território estadual abriga uma diversidade expressiva de aves devido à sua posição biogeográfica estratégica, marcada pela transição entre os domínios Amazônia, Cerrado e uma pequena porção da Caatinga (Stella, 2011; Embrapa, 2016). Essa intersecção ecológica propicia um mosaico de habitats que favorece tanto a ocorrência de espécies amplamente distribuídas quanto de espécies restritas a ecossistemas específicos. Essa configuração torna o Maranhão um território prioritário para estudos sobre biodiversidade avifaunística, sobretudo no contexto das Unidades de Conservação (UCs), que desempenham papel essencial na manutenção desses conjuntos faunísticos.

Estudos recentes apontam que o Maranhão possui mais de 700 espécies de aves registradas, representando uma parcela significativa da avifauna brasileira (Carvalho, 2018; CBRO, 2023). Entre essas espécies, estão incluídas aves migratórias, residentes, endêmicas e ameaçadas, o que demonstra a complexidade ecológica da região. No entanto, a distribuição dessas espécies nas UCs do estado ainda é pouco compreendida, especialmente em relação à composição de espécies por categoria de unidade (proteção integral versus uso sustentável) e por bioma (Carvalho, 2018; Lopes *et al.*, 2021).

A composição da avifauna no Maranhão reflete a influência de diversos gradientes ambientais, como variação altitudinal, regime pluviométrico, tipo de vegetação e grau de

antropização das paisagens. O Cerrado maranhense, por exemplo, abriga espécies típicas de ambientes abertos e savânicos, como *Ammodramus humeralis* e *Coryphospingus cucullatus*, enquanto a Amazônia maranhense concentra espécies florestais como *Xiphorhynchus guttatus* e *Ramphastos tucanus* (Marini *et al.*, 2009; Almeida *et al.*, 2020). Em zonas de transição e florestas de galeria, a sobreposição de espécies é comum, o que contribui para índices elevados de riqueza local e beta-diversidade.

A riqueza de aves nas UCs maranhenses está fortemente ligada ao tamanho e à conectividade dessas áreas. Unidades extensas e bem preservadas, como o Parque Nacional da Chapada das Mesas e a Reserva Biológica do Gurupi, tendem a abrigar maior número de espécies, inclusive as de maior sensibilidade ecológica (Aguiar-Silva *et al.*, 2011; ICMBio, 2023).

Todavia, o cenário de conservação no estado é heterogêneo. UCs pequenas, isoladas e com alto grau de perturbação antrópica podem apresentar empobrecimento faunístico, o que afeta sua representatividade biológica e funcional. No contexto maranhense, a APA da Baixada Maranhense ilustra essa problemática: embora abranja uma vasta área de campos inundáveis, a ocupação humana histórica e atividades agropecuárias resultam na fragmentação do habitat, isolando remanescentes de vegetação nativa. Esse cenário, somado à caça e pesca predatórias, gera um empobrecimento faunístico notável em diversas regiões da APA (MacArthur e Wilson 1967; Murcia 1995). Situação similar ocorre na Resex de Cururupu, onde a pressão pelo uso dos recursos pesqueiros e conflitos territoriais desafiam a gestão da conservação da fauna marinha e dos ecossistemas de mangue, demonstrando que o *status* de proteção legal por si só não garante a integridade ecológica. Esse cenário de contraste reforça a importância da gestão integrada e do monitoramento contínuo para garantir a eficácia de toda a rede de áreas protegidas do Maranhão.

A presença de espécies endêmicas é outro aspecto relevante da avifauna maranhense. Espécies como *Cercomacra carbonaria* (típica do Cerrado) e *Penelope pileata* (espécie endêmica do Brasil, associada à Amazônia oriental e zonas de transição com o Cerrado) reforçam o caráter singular da avifauna local e a urgência de medidas específicas de conservação (ICMBio, 2018; Lopes *et al.*, 2021). A maioria dessas espécies encontra-se em áreas sob pressão de desmatamento, o que compromete tanto a conservação de seus habitats quanto a sua sobrevivência em longo prazo.

A distribuição das espécies ameaçadas nas UCs do Maranhão revela padrões de concentração em áreas protegidas de proteção integral, embora muitas ocorrências ainda

sejam registradas fora dos limites dessas unidades (Carvalho, 2009; ICMBio, 2023). Isso indica lacunas importantes na representatividade e sinaliza a necessidade de revisão de limites de UCs existentes, criação de novas áreas protegidas e incorporação de zonas de amortecimento para espécies de alta sensibilidade ambiental. A conservação efetiva da avifauna depende, portanto, de um mapeamento preciso da ocorrência dessas espécies.

Os dados provenientes de plataformas como WikiAves, eBird e GBIF têm contribuído significativamente para a ampliação do conhecimento sobre a distribuição das aves no Maranhão, especialmente em regiões pouco amostradas por inventários tradicionais (Silva *et al.*, 2019; GBIF, 2023). As plataformas colaborativas têm se mostrado uma aliada importante na coleta de dados de ocorrência, comportamento e fenologia das aves, o que enriquece os estudos sobre composição e riqueza nas UCs. Tais informações devem ser incorporadas a planos de manejo e políticas públicas de conservação.

As ameaças à avifauna maranhense nas UCs incluem a expansão agropecuária, o desmatamento ilegal, a caça e o fogo. Essas pressões afetam tanto a composição quanto a abundância de espécies, alterando as relações ecológicas e a estrutura das comunidades de aves (Ganem, 2011; Ferreira *et al.*, 2017). Unidades de Uso Sustentável frequentemente enfrentam maiores dificuldades de controle e fiscalização, o que pode comprometer a conservação da avifauna em seus limites. A presença humana, quando mal manejada, torna-se um fator agravante para a perda de biodiversidade nessas áreas.

Considerando a diversidade biológica e a heterogeneidade ambiental do Maranhão, torna-se urgente realizar diagnósticos detalhados sobre a avifauna presente em cada UC, com enfoque na composição taxonômica, riqueza local e presença de espécies endêmicas e ameaçadas. Esses dados são fundamentais para avaliar a efetividade das UCs na conservação da biodiversidade, orientar ações de manejo, restaurar áreas degradadas e ampliar o conhecimento sobre as interações ecológicas que sustentam os ecossistemas regionais (Rodrigues *et al.*, 2004; Dudley, 2008).

Em síntese, o Maranhão possui elevada riqueza avifaunística associada à sua localização geográfica e à diversidade de domínios morfoclimáticos. As áreas protegidas representam importantes refúgios para essa biodiversidade, embora ainda existam lacunas de representatividade, especialmente no que se refere às espécies endêmicas e ameaçadas. A integração entre dados científicos, monitoramentos participativos e planejamento estratégico é essencial para assegurar a conservação da avifauna maranhense a longo prazo.

2.5. Ameaças à Avifauna nas Unidades de Conservação

Apesar da função protetiva da rede de UCs, a avifauna que habita essas áreas enfrenta uma série de ameaças que comprometem sua permanência e o equilíbrio ecológico dos habitats onde ocorrem. Em muitos casos, os limites legais das UCs não impedem a influência de fatores externos, como desmatamento, queimadas, expansão urbana e agrícola, que impactam diretamente a estrutura dos ecossistemas e a dinâmica populacional das aves (IBGE, 2023; Cavarzere *et al.*, 2023).

Tais pressões são agravadas pela ausência de planos de manejo vigentes ou atualizados e pela fragilidade na fiscalização ambiental. A eficácia de uma Unidade de Conservação depende criticamente da implementação de um Plano de Manejo efetivo, que deve ser continuamente revisado para orientar a gestão e a proteção da biodiversidade frente à constante e dinâmica fragmentação de habitats (IEF/SEMAD, 2022).

Entre as principais ameaças à avifauna nas UCs estão a perda e a fragmentação de habitat, consideradas as maiores causas de declínio das populações de aves em escala global e nacional (BROOKS *et al.*, 2002; Marini *et al.*, 2009). A redução da cobertura vegetal compromete não apenas a oferta de alimento e abrigo, mas também o sucesso reprodutivo, a dispersão e os movimentos migratórios de muitas espécies. A fragmentação cria bordas ecológicas que alteram o microclima e facilitam a entrada de espécies invasoras e predadores, modificando as comunidades locais (Ribeiro *et al.*, 2011; Laurance *et al.*, 2016).

A pressão antrópica nas zonas de amortecimento das UCs tem efeitos diretos e indiretos sobre a avifauna. Atividades como pecuária extensiva, monoculturas, extração de madeira e mineração resultam em alterações drásticas da paisagem, gerando ruído, poluição e distúrbios frequentes (Ferreira *et al.*, 2017; Fahring *et al.*, 2019). Tais atividades comprometem os fluxos ecológicos e isolam populações, dificultando a conectividade entre habitats e levando à perda de variabilidade genética, o que eleva o risco de extinção local (Fahring *et al.*, 2019; Hilty *et al.*, 2020).

Outra ameaça crescente é o fogo, especialmente em regiões de transição entre o domínio como o Cerrado e a Amazônia maranhense. As queimadas, muitas vezes criminosas, destroem ninhos, afugentam aves sensíveis ao calor e à fumaça, reduzem a disponibilidade de recursos alimentares e podem levar à desertificação de áreas naturais (Alencar *et al.*, 2015; ICMBio, 2018). Mesmo em UCs, os incêndios florestais têm se

intensificado nos últimos anos, evidenciando falhas nos sistemas de prevenção e combate ao fogo, sobretudo durante períodos de seca prolongada.

A caça ilegal, embora muitas vezes subestimada, representa uma ameaça significativa para a avifauna. Espécies como araras, papagaios e tinamídeos são comumente capturados para comércio ilegal de fauna ou como alimento (Renctas, 2020; ICMBio, 2023). Essa prática, além de reduzir drasticamente o número de indivíduos de populações já vulneráveis, rompe ciclos ecológicos importantes, como dispersão de sementes e controle de populações de invertebrados. A caça também afeta espécies raras e de baixa fecundidade, dificultando sua recuperação populacional mesmo após a interrupção da atividade predatória.

A introdução de espécies exóticas invasoras também causa impactos severos sobre a avifauna nativa nas UCs. Predadores como gatos domésticos, ratos e cães soltos atuam como ameaça direta aos ninhos, ovos e filhotes de aves, enquanto plantas invasoras alteram a estrutura da vegetação, afetando a disponibilidade de alimento e os locais de nidificação (Pivello *et al.*, 2024; Zenni *et al.*, 2024).

Mudanças climáticas representam uma ameaça transversal e silenciosa, afetando gradualmente os padrões de distribuição, reprodução e migração das aves. Alterações na temperatura e no regime de chuvas podem deslocar os nichos ecológicos das espécies, tornando inóspitas áreas anteriormente adequadas e comprometendo a sincronia entre ciclos reprodutivos e disponibilidade de recursos (Freeman *et al.*, 2018; Radchuk *et al.*, 2019; Ferreira *et al.*, 2020). Essas mudanças são especialmente preocupantes para espécies de áreas montanhosas ou com exigências ecológicas restritas, que têm menor capacidade de adaptação rápida.

As falhas na gestão das UCs constituem uma ameaça institucional à conservação da avifauna. A falta de recursos financeiros e humanos, de estrutura técnica e de integração com os órgãos ambientais locais compromete o monitoramento e a efetividade dessas áreas (Benites *et al.*, 2016; MMA, 2018). Muitas UCs não possuem plano de manejo ou o possuem de forma desatualizada, o que dificulta a definição de metas de conservação, a identificação de espécies-alvo e a implementação de ações corretivas.

A ausência de dados atualizados sobre as populações de aves nas UCs é outro fator limitante. Sem um diagnóstico preciso da ocorrência, abundância e distribuição das espécies, torna-se inviável avaliar a efetividade das UCs ou adotar medidas de mitigação para as ameaças existentes (Rodrigues *et al.*, 2004; Dudley, 2008). A lacuna de

conhecimento científico ainda é evidente em muitas regiões do Maranhão, especialmente em UCs municipais e estaduais menos estudadas.

Em síntese, a avifauna nas Unidades de Conservação do Maranhão está exposta a um conjunto de ameaças que variam em intensidade e abrangência. A combinação de fatores ecológicos, socioeconômicos e políticos demanda estratégias integradas de conservação, com base científica, participação social e fortalecimento institucional. Proteger as aves nas UCs não é apenas garantir a sobrevivência de espécies, mas também preservar serviços ecossistêmicos e a integridade dos ambientes naturais.

2.6. Plataformas colaborativas e a conservação da avifauna no Maranhão

As plataformas colaborativas de registro de biodiversidade têm se tornado ferramentas essenciais para o avanço do conhecimento sobre a distribuição e o status de conservação da avifauna, especialmente em países com grande diversidade como o Brasil. Tais plataformas se inserem no escopo da ciência cidadã, que promove o engajamento do público na coleta e disseminação de dados científicos (Bonney *et al.*, 2016; Fraisl *et al.*, 2020). No contexto da ornitologia, essas bases vêm contribuindo para a construção de bancos de dados robustos, alimentados por observadores amadores e profissionais, o que amplia consideravelmente a cobertura espacial e temporal de registros de aves.

Entre as plataformas mais utilizadas no Brasil destacam-se o WikiAves, o eBird, o GBIF (Global Biodiversity Information Facility), o ARA (Sistema de Arrecadação de Aves do CEMAVE/ICMBio) e o portal SALVE (Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Fauna Brasileira). Cada uma dessas iniciativas possui suas especificidades, mas compartilham o propósito de reunir registros georreferenciados de ocorrência, vocalizações, imagens e dados ecológicos associados às espécies (Sullivan *et al.*, 2014; CBRO, 2023; ICMBio, 2023). No caso específico da avifauna, a adesão massiva de observadores tem permitido a descoberta de novas populações, atualizações taxonômicas e revisão de áreas de ocorrência.

O WikiAves, por exemplo, é hoje a principal plataforma colaborativa dedicada exclusivamente à avifauna brasileira, com milhões de registros fotográficos e sonoros submetidos por milhares de colaboradores. Criada em 2008, a plataforma permite a validação comunitária dos registros e fornece informações que subsidiam pesquisas científicas, listas estaduais e políticas públicas (Silva *et al.*, 2019). O eBird, por sua vez, mantido pelo Cornell Lab of Ornithology, é uma das maiores bases globais de dados de aves, permitindo análises padronizadas e comparações internacionais (Callaghan *et al.*,

2019). Ambos os sistemas são amplamente utilizados em estudos de distribuição, modelagem ecológica e avaliação de status de conservação.

A utilização dessas plataformas tem especial relevância em estados como o Maranhão, onde o esforço de amostragem ornitológica tradicional ainda é limitado em várias regiões. Muitas UCs estaduais e municipais carecem de inventários detalhados de fauna, e os registros provenientes das plataformas colaborativas têm contribuído para preencher essas lacunas. A presença de observadores locais, pesquisadores independentes e turistas naturalistas tem sido fundamental para a geração de dados em UCs pouco acessadas, como a APA da Foz do Rio Preguiças e o Parque Estadual do Mirador (Carvalho *et al.*, 2020; Lopes *et al.*, 2021).

No entanto, o uso de dados provenientes dessas plataformas exige cautela metodológica. Erros de identificação, ausência de esforço amostral padronizado, viés espacial (áreas mais acessíveis tendem a ser mais amostradas) e duplicação de registros são limitações recorrentes (Kelling *et al.*, 2015; Callaghan *et al.*, 2020). Assim, é essencial que os dados utilizados em estudos científicos passem por processos rigorosos de filtragem, validação taxonômica e geográfica, como foi realizado na presente pesquisa. O cruzamento com registros oriundos da literatura científica, listas oficiais e planos de manejo também é uma estratégia recomendada.

A consolidação de plataformas colaborativas como ferramentas científicas tem levado à sua adoção em estudos acadêmicos, projetos de monitoramento e avaliações no sistema de conservação. No Brasil, várias dissertações, teses e artigos científicos utilizam os dados dessas fontes para estimativas de riqueza, mapeamento de hotspots, modelagem de nicho e avaliação de efetividade de áreas protegidas (Dornas *et al.*, 2017; Almeida *et al.*, 2020). No Maranhão, seu uso ainda é incipiente na literatura, mas representa um potencial promissor, sobretudo em municípios que apresentam grande riqueza de habitats e baixa densidade de pesquisadores.

Além de sua utilidade científica, essas plataformas desempenham um papel educativo e social relevante. Ao envolver o público no processo de observação e registro, elas estimulam a valorização da biodiversidade e fortalecem a consciência ambiental da população local. Essa dimensão participativa pode ser estratégica para a gestão das UCs, especialmente no fomento ao ecoturismo, ao voluntariado ambiental e ao fortalecimento do vínculo das comunidades com o território protegido (Cooper *et al.*, 2007; Silvertown, 2009). Assim, o engajamento social amplia o alcance da conservação.

Outro aspecto importante é que os dados oriundos de plataformas colaborativas podem servir como indicadores de pressão e tendência populacional. Variações temporais no número de registros de determinadas espécies têm se mostrado eficazes para detectar mudanças ecológicas, declínios populacionais e respostas a políticas públicas, especialmente quando associadas a métodos estatísticos robustos (Callaghan *et al.*, 2020; Johnston *et al.*, 2021). Em áreas protegidas, esse tipo de monitoramento participativo complementa ações institucionais formais e pode atuar como sistema de alerta precoce para a perda de espécies ou degradação de habitats, sobretudo em regiões com baixo esforço de monitoramento oficial.

Por fim, é fundamental reconhecer que, embora não substituam os inventários científicos tradicionais, as plataformas colaborativas representam uma ferramenta complementar poderosa para a conservação da avifauna. A integração de diferentes fontes de dados; incluindo as plataformas colaborativas, coleções zoológicas e literatura especializada, favorece diagnósticos mais abrangentes e decisões mais informadas. No caso do Maranhão, o fortalecimento dessas iniciativas pode contribuir para a superação de lacunas históricas de informação e para o aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação.

Assim, as plataformas digitais colaborativas assumem um papel estratégico na conservação da avifauna maranhense. Ao democratizar a coleta de dados e ampliar o conhecimento sobre as aves, essas ferramentas se alinham aos objetivos globais de biodiversidade e reforçam a importância de políticas públicas que incentivem a participação da sociedade na proteção dos recursos naturais.

2. HIPÓTESES

H1. No estado do Maranhão, espécies endêmicas e ameaçadas apresentam menor número de registros documentados nas Unidades de Conservação quando comparadas às espécies não endêmicas e não ameaçadas.

H2. No estado do Maranhão, espécies endêmicas apresentam menor área protegida acumulada nas Unidades de Conservação quando comparadas às espécies não endêmicas.

H3. A categoria de manejo (Proteção Integral vs. Uso Sustentável) influencia o número de registros de espécies de aves nas Unidades de Conservação do Maranhão.

H4. O grau de ameaça das espécies está associado ao tipo de Unidade de Conservação (Proteção Integral ou Uso Sustentável) em que ocorrem.

3. OBJETIVOS

3.1.Objetivo Geral

Avaliar a representatividade da avifauna nas Unidades de Conservação no Estado do Maranhão, por meio da sistematização de informações sobre a riqueza e composição da avifauna.

3.2.Objetivos específicos

- Identificar quantas UCs federais, estaduais e municipais existem no território maranhense, a fim de determinar a extensão das áreas protegidas, os tipos de UCs segundo suas categorias (SNUC e SEUC) e os domínios morfoclimáticos contemplados.
- Identificar as espécies da avifauna representadas nas Unidades de Conservação do Maranhão e quantificar as espécies endêmicas e ameaçadas em âmbito nacional e global.
- Determinar se a categoria de ameaça e/ou o endemismo de uma espécie estão relacionados à sua representatividade nas Unidades de Conservação, expressa pelo número de UCs em que a espécie foi registrada.
- Determinar a área protegida disponível para cada espécie, expressa pela área acumulada das Unidades de Conservação em que a espécie foi registrada.

4. MÉTODOS

4.1. Unidades de Conservação, Dados de ocorrência da avifauna, bases de dados e período de coleta

As informações referentes ao número total de UCs federais, estaduais e municipais, bem como às suas categorias de manejo, foram obtidas por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, e complementadas por dados oficiais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Maranhão (SEMA). Foram consideradas todas as UCs inseridas nos limites territoriais do Maranhão.

As unidades foram classificadas conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) nos grupos de Proteção Integral e Uso Sustentável, categorias adotadas em todas as análises subsequentes.

Os registros de ocorrência de aves associados às UC do Maranhão foram compilados a partir de múltiplas bases de dados online e da literatura científica, com o objetivo de reunir informações históricas e recentes sobre a avifauna presente em áreas protegidas do estado. Foram utilizadas as plataformas WikiAves, eBird, ARA – Atlas de Registros Ornitológicos e Salve (ICMBio), além de artigos científicos, livros e relatórios técnicos.

A coleta de dados abrangeu o período de 1905 a setembro de 2024, incluindo registros históricos provenientes da literatura e dados recentes disponibilizados nas plataformas colaborativas. Registros anteriores à criação dessas plataformas, mas posteriormente incorporados às bases digitais, também foram considerados.

As buscas nas bases de dados e na literatura científica foram realizadas por meio de combinações de palavras-chave relacionadas à área de estudo e aos objetivos da pesquisa, incluindo “Unidades de Conservação”, “áreas protegidas”, “Maranhão”,

“avifauna”, “aves”, “aves endêmicas” e “aves ameaçadas”, utilizando operadores booleanos (AND, OR).

MAPA COM DISTRIBUIÇÃO DAS UCs E TIs NO MARANHÃO

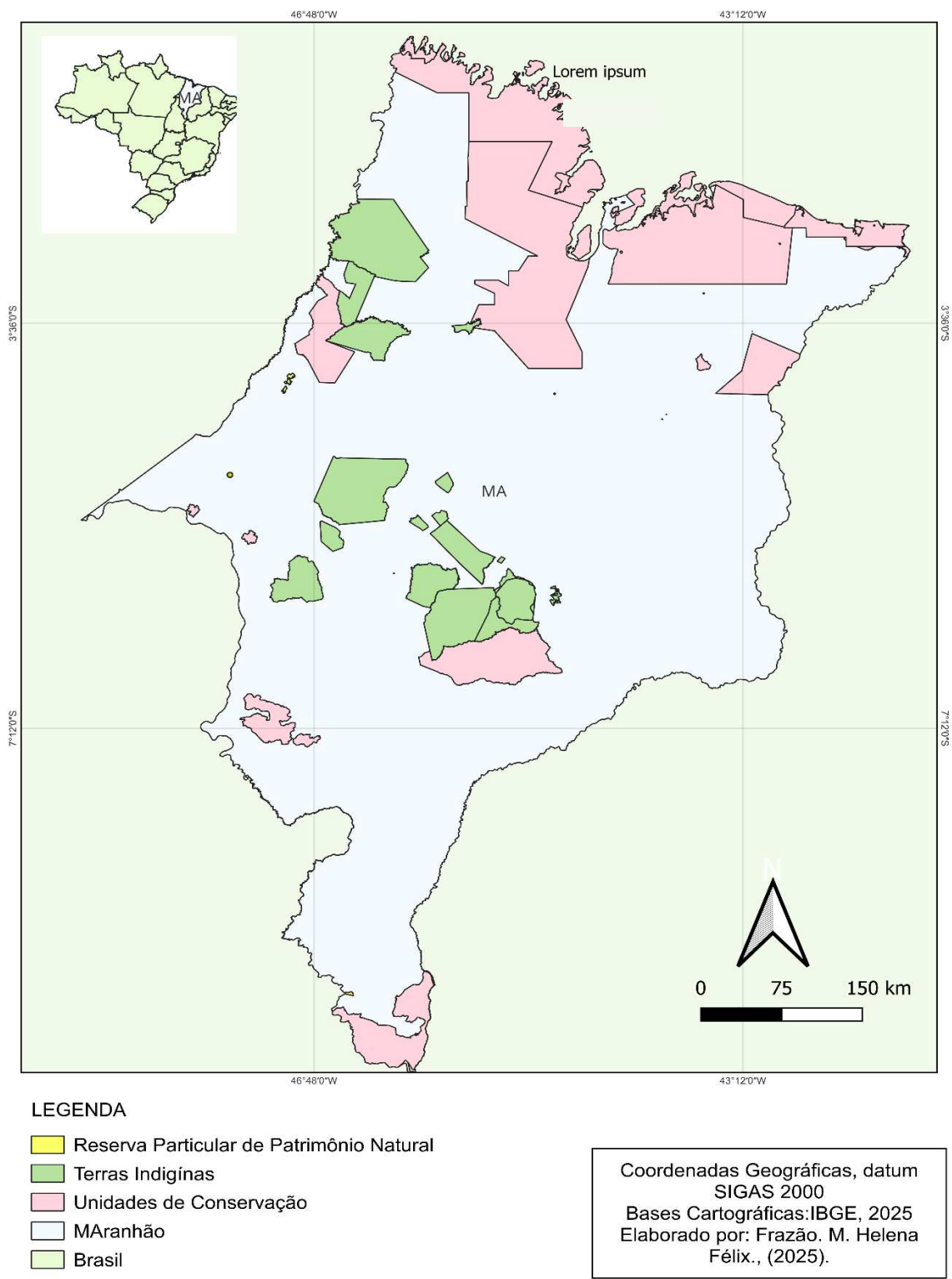


Fig. 1. Distribuição espacial das Unidades de Conservação (UCs) e das Terras Indígenas no estado do Maranhão. O mapa evidencia a distribuição espacial heterogênea das áreas

protegidas no território estadual, refletindo o histórico de criação das UCs e subsidiando a análise da representatividade da avifauna e das lacunas existentes no sistema estadual de conservação.

Elaboração: Autora, 2026

Nas plataformas colaborativas, foram considerados apenas registros com evidência fotográfica e/ou gravações sonoras. Os dados passaram por filtros relacionados à espécie, município, estado, precisão geográfica, existência de voucher e data da observação. Todos os dados utilizados são de acesso público ou institucional e foram empregados em conformidade com as diretrizes de uso de cada base e com a legislação brasileira vigente.

Após a compilação, os registros passaram por curadoria, incluindo a remoção de duplicatas, a exclusão de ocorrências fora dos limites do território estadual e a padronização nomenclatural e validação taxonômica, seguindo Pacheco et al. (2021). Apenas registros espacialmente validados dentro dos limites das áreas protegidas foram mantidos para as análises.

4.2. Variáveis e análises estatísticas

As análises estatísticas foram realizadas no ambiente R (versão 4.5.2). Foram consideradas duas variáveis resposta principais:

Número de UC por espécie, definido como o total de UCs em que cada táxon foi registrado;

Área protegida acumulada por espécie (km²), correspondente à soma das áreas das Unidades de Conservação associadas a cada táxon.

Essas variáveis foram comparadas entre grupos biológicos definidos a priori: (i) endemismo (espécies endêmicas e não endêmicas do Brasil); e (ii) categorias de ameaça, conforme a lista nacional do MMA/ICMBio: Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN), Vulnerável (VU), Quase Ameaçada (NT), Menos Preocupante (LC) e Dados Insuficientes (DD).

A normalidade das variáveis contínuas foi avaliada por meio do teste de Shapiro–Wilk, que indicou distribuição não normal ($W < 1$; $p < 0,001$). Considerando a natureza discreta do número de UCs por espécie, a assimetria dos dados espaciais e o desbalanceamento entre categorias de ameaça, foram empregados testes não paramétricos.

Para comparações entre dois grupos independentes (endemismo), foi utilizado o teste de Wilcoxon (*Mann–Whitney U*). Para comparações envolvendo três ou mais grupos independentes (categorias de ameaça), foi aplicado o teste de Kruskal–Wallis. Quando o teste indicou significância estatística, foram realizadas comparações múltiplas par a par por meio do teste de Dunn ou do método *Dwass–Steel–Critchlow–Fligner*, com ajuste para controle do erro do tipo I. Em todos os casos, os resultados foram interpretados com base nas medianas, adotando-se nível de significância de $\alpha = 0,05$.

Adicionalmente, Modelos Lineares Generalizados Mistos (*GLMM*) foram ajustados como análise complementar para avaliar simultaneamente os efeitos do endemismo e do status de ameaça sobre o número de áreas protegidas ocupadas por espécie, considerando a variabilidade entre táxons como efeito aleatório. Esses modelos foram utilizados para verificar a robustez dos padrões observados nas análises não paramétricas.

4.3. Análises espaciais

As análises espaciais foram realizadas exclusivamente com espécies que apresentaram simultaneamente endemismo e status de ameaça, desde que possuíssem registros de ocorrência com coordenadas geográficas válidas no estado do Maranhão. A distribuição espacial dessas espécies foi estimada por meio do método do Mínimo Polígono Convexo (MPC), utilizado para delimitar áreas potenciais de ocorrência a partir de registros georreferenciados.

Espécies com número insuficiente de registros no Maranhão (≤ 2 pontos) foram excluídas dessa etapa analítica, uma vez que o cálculo do MPC não é possível com esse número de ocorrências, inviabilizando a estimativa confiável da área de ocorrência potencial.

Os registros válidos de ocorrência foram utilizados para a geração dos MPCs no software QGIS versão 3.44 (QGIS Development Team, 2025), com apoio do plugin GBIF Occurrences e da ferramenta Envoltória Convexa. Registros duplicados, sem coordenadas geográficas ou localizados fora dos limites do estado foram previamente excluídos. As análises espaciais utilizaram as malhas territoriais oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), com todos os dados padronizados no sistema de referência geodésico SIRGAS 2000, garantindo a consistência espacial e a precisão das estimativas de área.

Posteriormente, os polígonos de distribuição foram sobrepostos aos limites das Unidades de Conservação do Maranhão, permitindo calcular, para cada espécie, a área total de ocorrência potencial (km²) e a área inserida nas UCs, discriminando as categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável.

5. RESULTADOS

5.1. Caracterização das Unidades de Conservação do Maranhão

Foram identificadas 45 Ucs distribuídas no território do território estadual, abrangendo as esferas federal ($n = 26$), estadual ($n = 14$) e municipal ($n = 5$). Observou-se predominância de UCs sob administração federal, que correspondem a mais da metade das unidades existentes no estado.

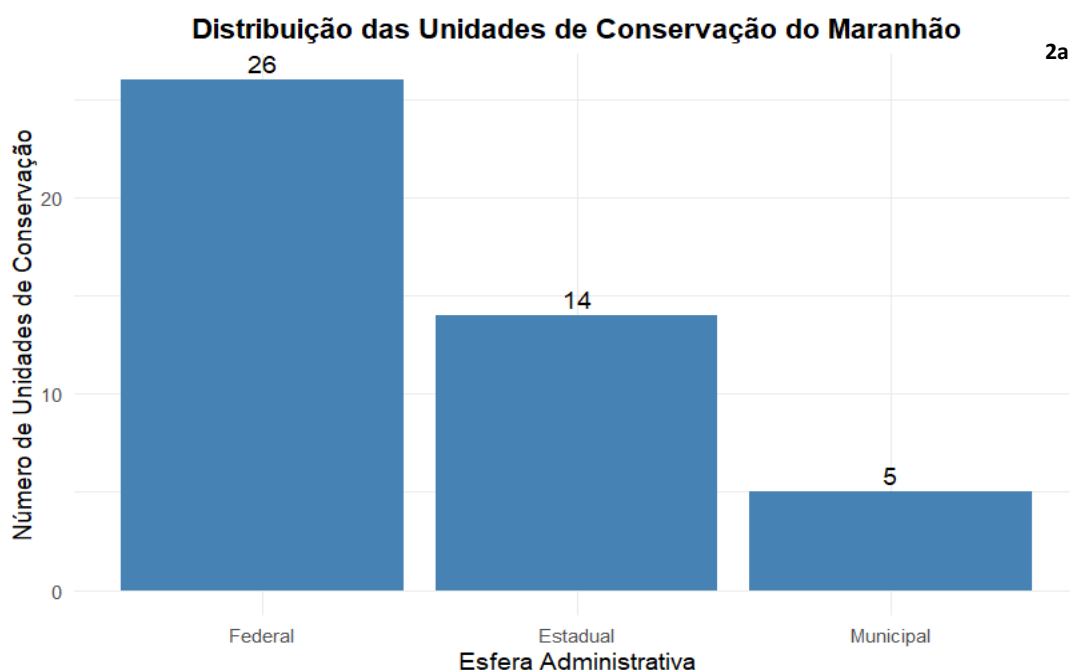


Fig. 2a. Distribuição das Unidades de Conservação do Maranhão segundo a esfera administrativa, evidenciando a predominância de UCs federais em relação às estaduais e municipais.

Elaboração: Autora, 2026.

Quanto às categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), 11 UCs pertencem ao grupo de Proteção Integral (PI), sendo nove ($n=9$) Parques Nacionais, um ($n=1$) Monumento Natural e uma ($n=1$) Reserva Biológica. As demais 34 UCs enquadram-se no grupo de Uso Sustentável (US), composto por 12 Reserva Particular do Patrimônio Natural, 12 Área de Proteção Ambiental e oito ($n=8$) Reserva Extrativista, indicando que aproximadamente 76% das áreas protegidas no estado encontram-se em categorias que permitem algum nível de uso direto dos recursos naturais (Fig. 2b; Apêndice A).

A distribuição das UCs por domínios morfoclimáticos mostra um padrão relativamente equilibrado, com 20 UCs inseridas no Cerrado, 18 na Amazônia, além de

sete unidades marinhas/costeiras. Esse arranjo reflete a posição geográfica de transição do Maranhão entre os grandes domínios da Amazônia e do Cerrado, além da forte influência costeira (fig.2c).

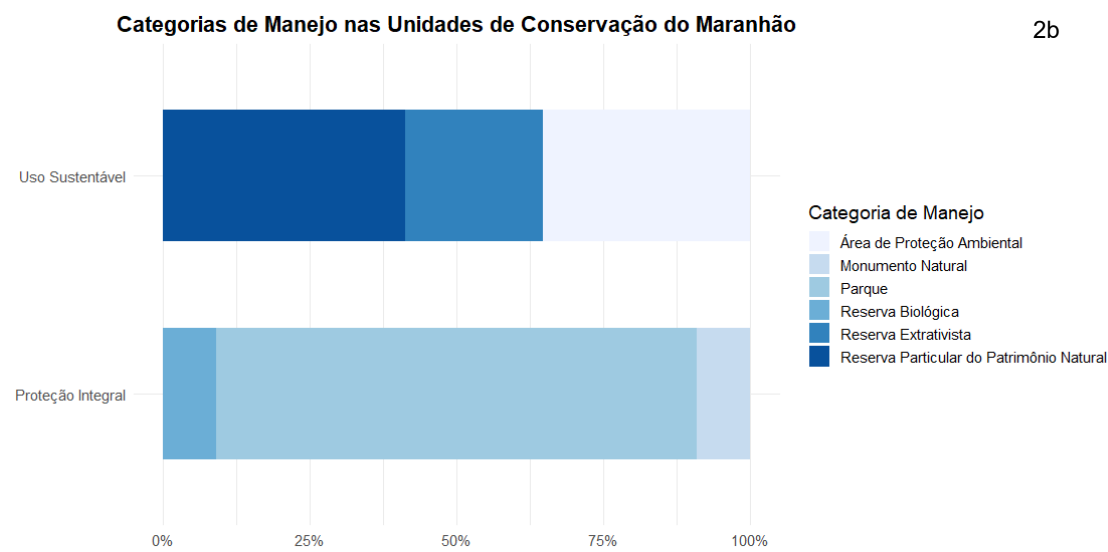


Fig. 2b. Distribuição das UCs do Maranhão segundo as categorias de manejo, mostrando maior representatividade das categorias de Uso Sustentável em comparação às de Proteção Integral nas no Maranhão.

Elaboração: Autor, 2026

Em termos de extensão territorial, o conjunto das UCs Maranhenses totaliza 8.391.077,70 ha de áreas protegidas. As categorias de Proteção Integral representam 1.217.552,00 ha, enquanto as de Uso Sustentável somam 7.173.525,70 ha, evidenciando que grande parte da área protegida no estado encontra-se concentrada em UCs voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais.

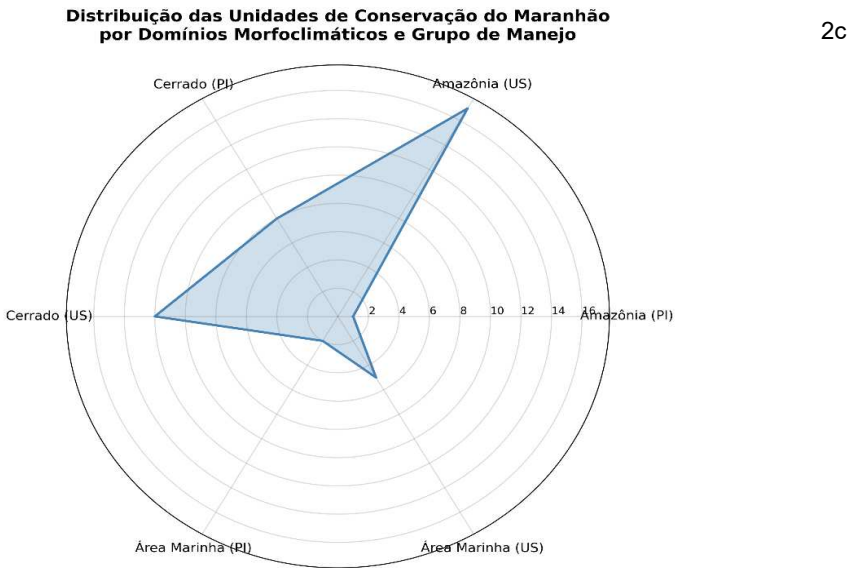


Fig. 2c. Distribuição das UCs do Maranhão por domínios morfoclimáticos e categorias de manejo, mostrando maior representatividade de UCs de Uso Sustentável em todos os domínios avaliados nas Unidades de Conservação no Maranhão.

Elaboração: Autor, 2025.

5.2. Avaliação do status de conservação das espécies registradas

Foram compilados 4.004 registros de ocorrência de aves a partir de cinco fontes de dados, incluindo plataformas colaborativas e literatura científica. Esses registros foram distribuídos entre as seguintes fontes: Salve (n = 1.289), eBird (n = 750), ARA (n = 729), WikiAves (n = 424) e Artigos (n = 812). Cada registro corresponde a uma ocorrência individual validada espacialmente dentro dos limites das UCs do Maranhão.

A análise da distribuição dos registros de ocorrência de aves entre os grupos de Unidades de Conservação revelou maior concentração nas Unidades de Proteção Integral. Ao todo, essas unidades concentraram 2.511 registros de ocorrência, enquanto as Unidades de Uso Sustentável reuniram 1.493 registros. Esse padrão sugere maior concentração de registros de ocorrência de aves nas Unidades de Conservação de Proteção Integral quando comparadas às de Uso Sustentável..

Após consolidação, padronização nomenclatural e validação taxonômica, os dados resultaram em uma lista final composta por 851 táxons, dos quais 679 correspondem a espécies e 172 a subespécies reconhecidas (Apêndice B). Esses táxons representam exclusivamente espécies registradas no interior das áreas protegidas, constituindo a base utilizada para todas as análises subsequentes de representatividade, endemismo e status de conservação.

A avaliação do endemismo foi realizada considerando o nível nacional, sendo identificados 56 táxons endêmicos do Brasil, incluindo 46 espécies e 10 subespécies (Tabela 1). Esses táxons encontram-se distribuídos entre diferentes categorias de ameaça, conforme as listas oficiais da IUCN (2025), MMA (2022) e SEMA-MA (2025).

Tabela 1. Lista completa dos táxons endêmicos registrados, incluindo suas categorias de ameaça segundo IUCN (2025), ICMBio (2025) e SEMA (2025), registrados nas Unidades de Conservação do Maranhão, com suas respectivas categorias de ameaça (Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN), Vulnerável (VU), Quase Ameaçada (NT), Menos Preocupante (LC) e Dados Insuficientes (DD)).

Táxon	IUCN	MMA	SEMA-MA
<i>Anopetia gounellei</i>	LC	LC	LC
<i>Antholophia galeata</i>	LC	LC	LC
<i>Aratinga jandaya</i>	LC	LC	LC
<i>Automeris paraensis</i>	LC	LC	LC
<i>Casiornis fuscus</i>	LC	LC	LC
<i>Celeus ochraceus</i>	LC	LC	LC
<i>Compsothraupis loricata</i>	LC	LC	LC
<i>Conopophaga roberti</i>	LC	LC	LC
<i>Crax fasciolata pinima</i>	DD	CR	CR
<i>Cyanocorax cyanopogon</i>	LC	LC	LC
<i>Dendrocolaptes paraensis</i>	DD	LC	LC
<i>Dendrocolaptes paraensis paraensis</i>	DD	VU	CR
<i>Dendrocincla merula badia</i>	VU	LC	CR
<i>Dendrocolaptes retentus</i>	VU	VU	CR
<i>Dendrocolaptes medius</i>	VU	VU	VU
<i>Eupsittula cactorum</i>	LC	LC	LC
<i>Furnarius figulus</i>	LC	LC	LC
<i>Furnarius figulus figulus</i>	LC	LC	LC
<i>Grallaria varia</i>	LC	LC	LC
<i>Grallaria varia distincta</i>	LC	VU	CR
<i>Granatellus pelzelni paraensis</i>	LC	VU	VU
<i>Guaruba guarouba</i>	VU	VU	EN
<i>Herspidochmus pectoralis</i>	LC	LC	LC
<i>Holospiza paraensis</i>	VU	VU	EN
<i>Icterus jamacaii</i>	LC	LC	LC
<i>Lepidocolaptes layardi</i>	LC	LC	LC
<i>Lepidothrix iris</i>	EN	VU	CR
<i>Malacoptila minor</i>	EN	VU	CR
<i>Megascops ater</i>	LC	LC	LC
<i>Nystalus maculatus</i>	LC	LC	LC
<i>Nystalus torridus</i>	DD	NT	LC
<i>Ortalis superciliaris</i>	LC	LC	LC

<i>Paroaria dominicana</i>	LC	LC	CR
<i>Penelope jacucaca</i>	LC	VU	CR
<i>Penelope pileata</i>	VU	VU	CR
<i>Phaethornis maranhaoensis</i>	DD	LC	LC
<i>Piculus paraensis</i>	DD	VU	EN
<i>Picumnus pygmaeus</i>	LC	LC	LC
<i>Piprites chloris grisescens</i>	LC	LC	LC
<i>Polioptila atricapilla</i>	DD	LC	LC
<i>Polioptila paraensis</i>	LC	LC	LC
<i>Procerius averano averano</i>	NT	VU	EN
<i>Psophia obscura</i>	CR	CR	CR
<i>Pteroglossus bitorquatus bitorquatus</i>	NT	VU	CR
<i>Pyriglena leuconota</i>	LC	LC	LC
<i>Pyrilia vulturina</i>	LC	VU	CR
<i>Pyrrhura amazonum</i>	LC	LC	CR
<i>Pyrrhura coerulescens</i>	NT	VU	CR
<i>Radinopsyche sellowi</i>	LC	LC	LC
<i>Sakesphorus luctuosus</i>	LC	LC	LC
<i>Sporophila albogularis</i>	LC	LC	LC
<i>Tangara velia</i>	LC	LC	LC
<i>Tangara velia signata</i>	DD	VU	CR
<i>Thamnophilus pelzelni</i>	LC	LC	LC
<i>Xiphocolaptes falcirostris</i>	VU	VU	CR
<i>Xipholena lamellipennis</i>	NT	VU	LC

Elaboração: Autor, 2026.

A avaliação do estado de conservação da avifauna registrada nas Unidades de Conservação do Maranhão foi realizada com base em três escalas: global, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 2025); nacional, conforme o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2022); e estadual, de acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA, 2025), conforme Resolução Consema nº 82/2025.

Na escala global, a União Internacional para a Conservação da Natureza registrou 1 espécie classificada como CR (*Psophia obscura*), 3 como EN e 21 como VU. Além

disso, 23 espécies foram enquadradas como NT, enquanto a maior parte da avifauna (792 espécies; 93,07%) foi classificada como LC. Outras 11 espécies (1,29%) foram consideradas com DD. Esses resultados indicam que, em escala global, a maioria das espécies registradas apresenta baixo risco de extinção.

Na avaliação nacional, observou-se aumento no número de espécies enquadradas em categorias de ameaça. Foram registradas 3 espécies como CR, 6 como EN e 33 como VU, totalizando 42 espécies ameaçadas em âmbito nacional. A categoria NT incluiu 8 espécies (0,94%), enquanto 793 (93,18%) foram classificadas como LC. Ainda foram registradas 6 espécies Não Avaliadas (NA) e 2 com Dados Insuficientes (DD). Comparativamente à escala global, nota-se ampliação do número absoluto e proporcional de espécies ameaçadas (Tabela 2).

Já a avaliação estadual apresentou o cenário mais preocupante. Foram identificadas 39 espécies classificadas como Criticamente em Perigo (4,58%), 27 como Em Perigo (3,17%) e 28 como Vulneráveis (3,29%), totalizando 94 táxons enquadrados em categorias de ameaça no Maranhão. A categoria LC concentrou 756 espécies (88,84%), enquanto apenas 1 espécie foi registrada como DD (0,12%). O aumento expressivo das categorias CR e EN na escala estadual evidencia maior sensibilidade às pressões regionais (Tabela 2).

Entre as espécies mais emblemáticas destacam-se *Psophia obscura*, *Harpia harpyja*, *Guaruba guarouba*, *Anodorhynchus hyacinthinus* e *Crax fasciolata pinima*, todas com alto grau de vulnerabilidade, especialmente quando consideradas na escala estadual. Algumas dessas espécies apresentam classificação menos severa em nível global, mas figuram em categorias mais críticas no Maranhão, evidenciando discrepâncias entre as escalas de avaliação.

De modo geral, os resultados demonstram que a proporção de espécies ameaçadas aumenta progressivamente do nível global para o estadual. Enquanto a soma das categorias CR, EN e VU representa 2,94% das espécies na escala global, 4,94% na nacional e 11,04% na estadual, observa-se que o risco regional é significativamente mais elevado. Esse padrão reforça a importância do recorte espacial na avaliação do risco de extinção e evidencia que análises amplas podem não captar adequadamente as pressões locais (fig 3b).

Tabela 2. Número absoluto e percentual de espécies da avifauna do Maranhão classificadas nas categorias de conservação nas escalas global (IUCN, 2025), nacional (MMA, 2022) e estadual (SEMA, 2025).

Categoria	Global – IUCN	Nacional – MMA	Estadual – SEMA
CR	1 (0,12%)	3 (0,35%)	39 (4,58%)
EN	3 (0,35%)	6 (0,71%)	27 (3,17%)
VU	21 (2,47%)	33 (3,88%)	28 (3,29%)
NT	23 (2,70%)	8 (0,94%)	—
LC	792 (93,07%)	793 (93,18%)	756 (88,84%)
DD	11 (1,29%)	2 (0,24%)	1 (0,12%)
NA	—	6 (0,71%)	—

Elaboração: Autor, 2026.

As diferenças observadas entre as três escalas evidenciam que o nível estadual apresenta maior proporção de espécies enquadradas em categorias de ameaça, especialmente nas classes CR e EN. Enquanto as listas global e nacional concentram a maioria dos táxons na categoria LC, a avaliação realizada para o Maranhão amplia significativamente o número de espécies consideradas sob risco elevado. Esse padrão indica que espécies avaliadas como de menor preocupação em escalas mais amplas podem apresentar maior vulnerabilidade quando analisadas em contexto regional. Assim, os dados reforçam que as Unidades de Conservação do Maranhão desempenham papel estratégico no monitoramento e na manutenção de populações que, localmente, encontram-se sob maior pressão.

3b

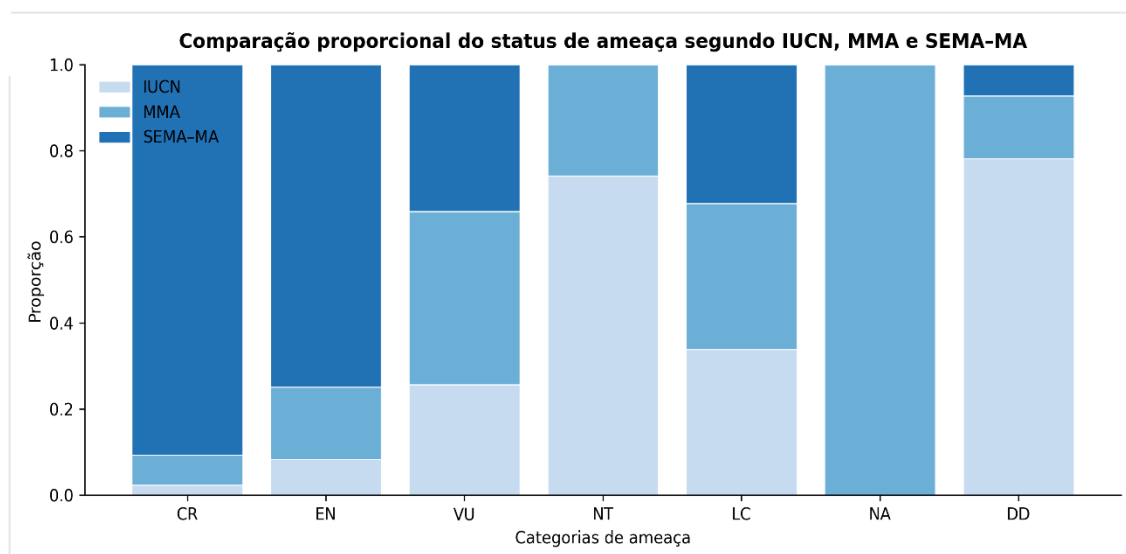


Fig.3b. Proporção das categorias de ameaça atribuídas aos táxons registrados, comparando as avaliações globais (IUCN), nacionais (MMA) e estaduais (SEMA – MA) nas UCs do Maranhão-MA.

Elaboração: Autor, 2026.

5.3.Relação entre status de ameaça, endemismo e número de Unidades de Conservação

A relação entre o status de ameaça, o endemismo e a representatividade das espécies nas Ucs foram avaliados por meio de comparações do número de UCs por táxon. A distribuição dos dados não atendeu ao pressuposto de normalidade (Shapiro–Wilk: $W = 0.742$; $p < 0.001$), o que justificou o uso de testes não-paramétricos.

Para o status de ameaça Nacional (MMA), não houve diferença significativa no número de UCs entre espécies ameaçadas, não ameaçadas, DD e NA (Kruskal–Wallis: $\chi^2 = 3.35$; $gl = 3$; $p = 0.341$). As espécies ameaçadas apresentaram mediana de 1 UC, enquanto espécies não ameaçadas apresentaram mediana de 2 UCs, indicando que táxons sob maior risco não estão mais representados na rede de UCs do que os demais (fig. 4a e 4b).

Da mesma forma, não foi observada diferença significativa entre espécies endêmicas, não endêmicas e DD (Kruskal–Wallis: $\chi^2 = 2.65$; $gl = 2$; $p = 0.266$). As medianas foram muito próximas (2 UCs para endêmicas e não endêmicas), sugerindo que a condição de endemismo não está associada a uma maior ou menor representatividade dentro do sistema de UCs (fig. 4c e 4d).

De modo geral, os resultados indicam ausência de diferenças significativas na representatividade das espécies em Unidades de Conservação em função do status de ameaça ou do endemismo.

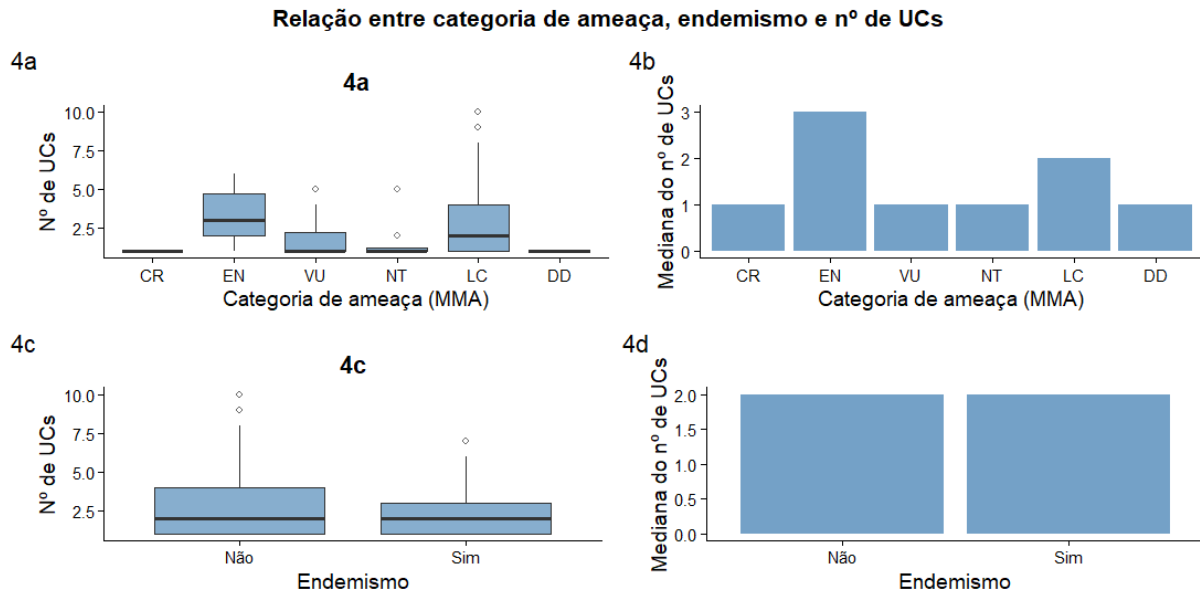


Fig. 4. Relação entre o status de ameaça, o endemismo e o número de Unidades de Conservação (UCs) em que as espécies de aves foram registradas no Maranhão.

(4a) Distribuição do número de UCs por espécie entre as categorias de ameaça segundo a lista nacional (MMA), apresentada por boxplots (mediana, quartis e valores extremos).

(4b) Mediana do número de UCs por espécie em cada categoria de ameaça nacional (MMA).

(4c) Distribuição do número de UCs entre espécies endêmicas e não endêmicas, apresentada por boxplots.

(4d) Mediana do número de UCs entre espécies endêmicas e não endêmicas.

As análises indicam ausência de diferenças significativas na representatividade das espécies em UCs em função do status de ameaça ou do endemismo.

Elaboração: Autora, 2026.

5.4. Área protegida acumulada

A área total de proteção associada às espécies de aves registradas nas Unidades de Conservação do Maranhão apresentou ampla variação, com valores entre 1.442 km² e 54.929 km², mediana de 17.283 km². A distribuição dos dados não atendeu ao pressuposto de normalidade (Shapiro–Wilk: $W = 0,871$; $p < 0,001$), justificando a aplicação de análises não paramétricas.

5.4.1. Endemismo

A área protegida acumulada diferiu significativamente entre espécies endêmicas e não endêmicas (Wilcoxon: $W = 28.532$; $p = 0,0008$). As espécies não endêmicas apresentaram maior área protegida acumulada (mediana = 17.283 km²), enquanto as espécies endêmicas estiveram associadas a valores consideravelmente menores (mediana = 3.504 km²) (Fig. 6a). Embora o padrão observado seja consistente com o conceito de endemismo que pressupõe distribuição geográfica restrita os resultados sugerem que a rede de Unidades de Conservação do Maranhão pode não estar espacialmente configurada de modo a maximizar a proteção desses táxons de distribuição limitada. Assim, a menor área protegida acumulada para espécies endêmicas não representa apenas um reflexo conceitual, mas pode indicar desalinhamento entre a configuração espacial da rede de UCs e as necessidades de conservação de espécies com ocorrência restrita. Esse resultado reforça a importância de incorporar critérios de priorização baseados em endemismo no planejamento territorial e na expansão do sistema estadual de áreas protegidas. (Fig. 6b).

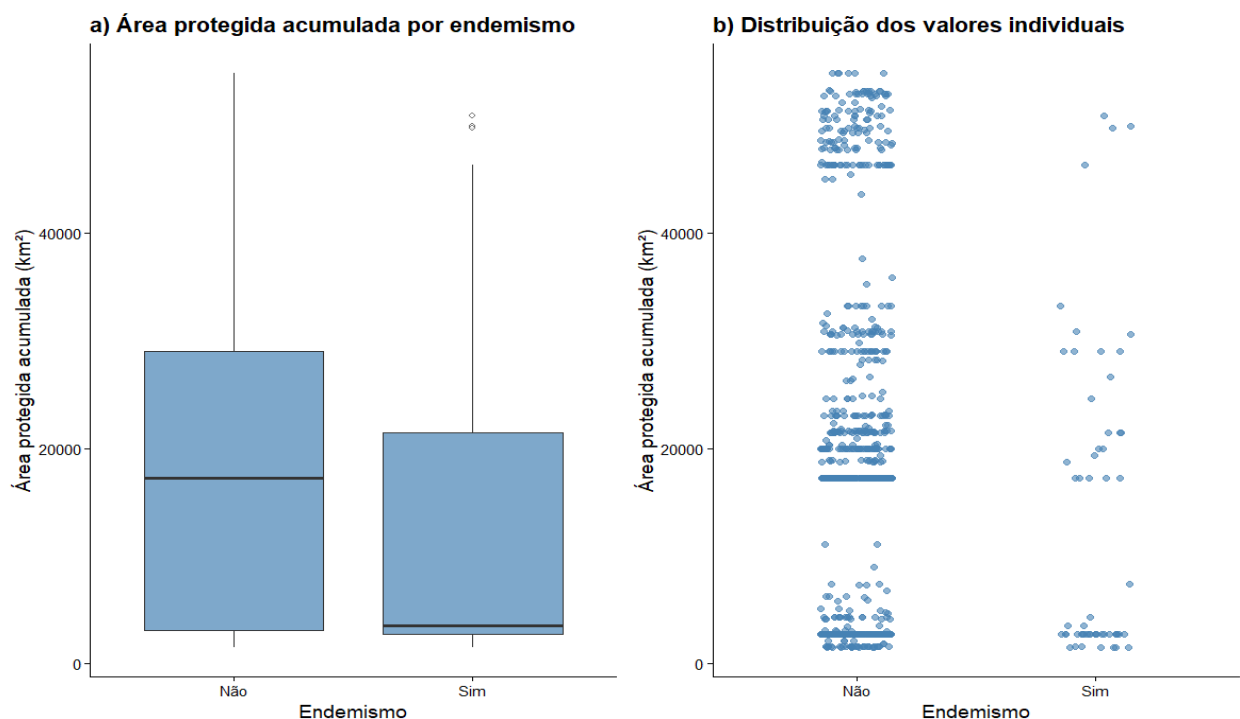


Fig. 6. Área protegida acumulada associada às espécies de aves registradas nas Unidades de Conservação do Maranhão em função do endemismo.

(a) Boxplot da área protegida acumulada (km²) para espécies endêmicas e não endêmicas, onde a linha central representa a mediana, as caixas indicam os quartis e os pontos representam valores extremos.

(b) Distribuição dos valores individuais da área protegida acumulada (km²) para espécies endêmicas e não endêmicas.

Elaboração: Autor, 2026.

5.4.2. Ameaçadas

Quando analisadas segundo o status de ameaça nacional, as áreas protegidas também variaram, porém de forma mais sutil (*Kruskal–Wallis*: $\chi^2 = 19.8$, $gl = 5$, $p = 0.001$).

Entre os grupos, espécies em categorias LC, NT e EN apresentaram medianas relativamente próximas, enquanto espécies de categoria CR exibiram medianas mais baixas. Apesar do resultado significativo, nenhuma comparação par a par apresentou diferença estatística (todos os $p > 0.05$), indicando que o efeito geral é distribuído entre múltiplos grupos, sem contrastes específicos fortes (Fig. 6c;6d)

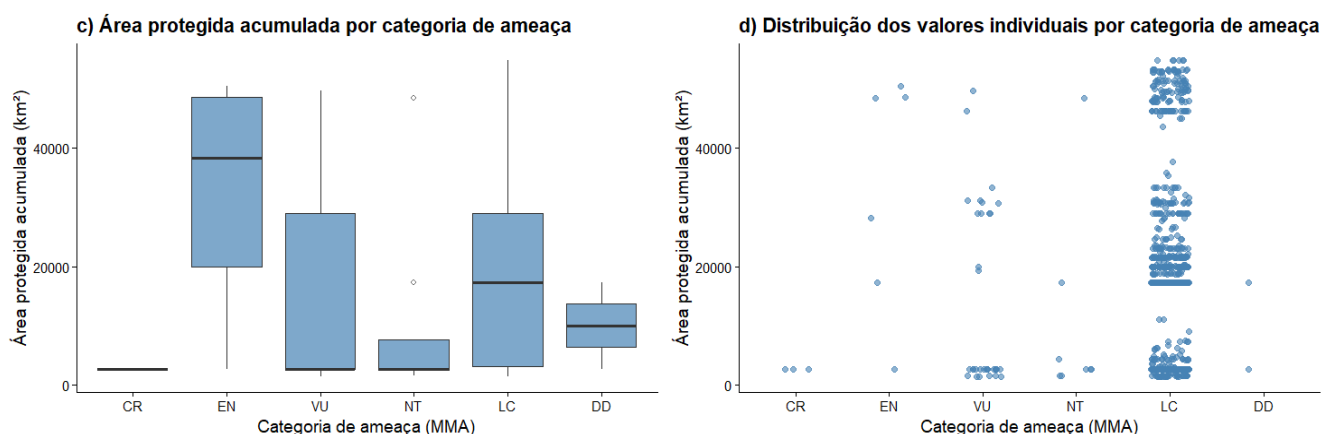


Fig6.1. Área protegida acumulada associada às espécies de aves registradas nas Unidades de Conservação do Maranhão em função do status de ameaça nacional.

(c) Boxplot da área protegida acumulada (km²) por categoria de ameaça segundo a lista nacional (MMA), onde a linha central representa a mediana, as caixas indicam os quartis e os pontos representam valores extremos.

(d) Distribuição dos valores individuais da área protegida acumulada (km²) por categoria de ameaça nacional, evidenciando a variabilidade e sobreposição entre as categorias.

Elaboração: Autor, 2026.

No geral, a área protegida associada às espécies variou de forma mais consistente em função do endemismo do que do status de ameaça. Enquanto o endemismo apresentou

contraste estatisticamente definido, o efeito do grau de ameaça mostrou-se mais difuso, com sobreposição entre categorias e ausência de diferenças significativas nas comparações par a par. Esse padrão pode refletir o fato de que o enquadramento em categorias de ameaça não está necessariamente associado à distribuição espacial restrita no contexto estadual, mas pode decorrer de múltiplos fatores, como declínio populacional, pressão antrópica ou fragmentação de habitat. Assim, diferentemente do endemismo, o status de ameaça não se traduziu em um padrão claro de menor área protegida acumulada nas UCs do Maranhão.

Esse resultado sugere que a rede de Unidades de Conservação do estado pode não apresentar um padrão claramente direcionado de proteção diferencial em função do grau de ameaça, indicando que critérios explícitos baseados em risco de extinção podem não ter sido determinantes no processo histórico de criação ou delimitação dessas áreas.

5.5.Distribuição espacial das espécies prioritárias nas Unidades de Conservação

Foram estimados Modelos MPC para nove táxons prioritários, distribuídos nas categorias CR (n = 2), EN (n = 2) e VU (n = 5), considerando espécies e subespécies com registros georreferenciados válidos no Maranhão. As áreas potenciais de ocorrência variaram amplamente entre os táxons, refletindo diferenças marcantes nos padrões de distribuição espacial e na amplitude geográfica dentro do estado (Tabela 3).

Tabela 3. Área potencial de ocorrência estimada por MCP para espécies prioritárias no Maranhão.

<i>Espécie</i>	<i>Categoria</i>	<i>Área estimada (km²)</i>
<i>Psophia obscura</i>	CR	4.991,47
<i>Crax fasciolata pinima</i>	CR	3.277,38
<i>Lepidothrix iris</i>	EN	13.608,83
<i>Procnias averano averano</i>	EN	24.528,15
<i>Guaruba guarouba</i>	VU	21.127,42
<i>Hylopezus paraensis</i>	VU	404,07
<i>Penelope pileata</i>	VU	3.199,65
<i>Pyrilia vulturina</i>	VU	395,48
<i>Xipholena lamellipennis</i>	VU	395,48

Elaboração: Autor, 2026.

Os MCPs evidenciaram padrões distintos de distribuição espacial entre as espécies analisadas, com predominância de áreas potenciais restritas a poucas Unidades de Conservação, especialmente na Reserva Biológica do Gurupi, enquanto extensas porções do estado não apresentaram sobreposição com os polígonos estimados (Apêndice A).

Entre as espécies classificadas como Criticamente Em Perigo (CR), *Psophia obscura* apresentou área potencial estimada em 4.991,47 km², concentrada principalmente na porção ocidental do Maranhão, associada a remanescentes florestais contínuos. Já a subespécie *Crax fasciolata pinima* apresentou área relativamente menor (3.277,38 km²), com distribuição fragmentada, evidenciando elevada restrição espacial.

No grupo das espécies Em Perigo (EN), *Lepidothrix iris* apresentou área potencial intermediária (13.608,83 km²), indicando maior extensão geográfica quando comparada a outros táxons ameaçados. Entretanto, seus registros permanecem concentrados em ambientes florestais específicos, sugerindo dependência de habitats bem conservados. Em contraste, *Procnias averano averano* apresentou a maior área estimada entre os táxons analisados (24.528,15 km²), evidenciando maior amplitude espacial dentro do estado, ainda que associada a formações florestais contínuas.

Entre as espécies Vulneráveis (VU), *Guaruba guarouba* destacou-se por apresentar ampla área potencial de ocorrência (21.127,42 km²), enquanto *Hylopezus paraensis* mostrou distribuição extremamente restrita (404,07 km²). *Penelope pileata* apresentou área intermediária (3.199,65 km²), refletindo padrão de distribuição regionalizado. As espécies *Pyrilia vulturina* e *Xipholena lamellipennis* apresentaram as menores áreas estimadas (395,48 km²), associadas a registros concentrados em poucas Unidades de Conservação.

Para *Dendrocolaptes retentus*, *Piculus paraensis* e *Pyrrhura coerulescens*, não foi possível estimar a área potencial de ocorrência devido à ausência de coordenadas válidas nos registros disponíveis, impossibilitando a construção do MCP. Além disso, alguns táxons apresentaram MCPs preliminares cujos valores necessitam revisão adicional em função da baixa densidade de pontos ou elevada dispersão espacial dos registros.

De modo geral, observou-se ampla variação na área potencial de ocorrência entre os táxons analisados, refletindo diferenças nos padrões de distribuição geográfica, na amplitude ecológica e na disponibilidade de registros. Os resultados evidenciam que grande parte das espécies endêmicas e ameaçadas apresenta áreas potenciais de ocorrência reduzidas ou fragmentadas no Maranhão, reforçando a vulnerabilidade desses táxons e a importância das Unidades de Conservação na manutenção de seus habitats. As

limitações observadas para alguns grupos também refletem lacunas históricas de amostragem e destacam a necessidade de ampliação de esforços de monitoramento e inventários ornitológicos no estado.

6. DISCUSSÕES

A rede de Unidades de Conservação (UCs) do Maranhão, embora extensa em número e categoria, revelou limitações importantes para garantir a representação da avifauna mais sensível do estado, especialmente quando se considera a elevada diversidade de habitats e espécies distribuídas entre os domínios morfoclimáticos Amazônia, Cerrado e zona costeira. A discrepância entre a extensão territorial das UCs existentes e a proporção de unidades com registros disponíveis de avifauna (16 das 45 oficialmente criadas) evidencia limitações no esforço de inventário e monitoramento biológico. A ausência de registros não implica ausência de aves nas demais unidades, mas revela lacunas amostrais significativas, que dificultam avaliações mais robustas sobre a efetividade ecológica dessas áreas. Esse padrão converge com o diagnóstico nacional de que boa parte das UCs brasileiras existe “no papel”, sem infraestrutura, monitoramento ou capacidade real de proteção (Medeiros & Young, 2011; Ferreira *et al.*, 2020).

O fato de que mais de 60% das UCs maranhenses não possuem registros conhecidos de avifauna, mesmo entre categorias de alta relevância como Parques Estaduais e Reservas Extrativistas, evidencia problemas estruturais graves. Entre eles, a ausência de inventários biológicos sistemáticos, a carência de equipes técnicas estáveis, o subfinanciamento crônico e a falta de planos de manejo, instrumentos essenciais para orientar o ordenamento territorial, a fiscalização e o monitoramento da biodiversidade. No Maranhão, as estimativas oficiais indicam que cerca de 84% das UCs não possuem plano de manejo, o que compromete diretamente a eficácia real da proteção, tal como já apontado por ICMBio (2018) e estudos nacionais sobre falhas recorrentes no sistema de áreas protegidas (Roque *et al.*, 2019; Masullo *et al.*, 2020).

A dimensão dessa lacuna se torna ainda mais evidente quando se observa que unidades extensas e ambientalmente estratégicas, como o Parque Estadual de Mirador o maior do estado, nunca divulgaram listas completas de espécies de aves, apesar de sua localização privilegiada numa região de cerrado *sensu stricto* que deveria ser considerada prioritária para conservação de grupos como Tinamidae, Cracidae e Thamnophilidae. A inexistência ou não disponibilização de listas oficiais contrasta com a importância

ecológica da unidade e representa uma lacuna crítica, uma vez que a ausência de dados impede avaliações reais de efetividade e dificulta ações públicas de conservação.

Em paralelo, o fato de que apenas algumas UCs apresentam registros a Reserva Biológica do Gurupi, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, a APA das Reentrâncias Maranhenses e algumas Reservas Extrativistas reforça que a distribuição dos esforços de conservação não é homogênea e tampouco baseada em critérios sistemáticos. Esse padrão coincide com o histórico de criação de UCs no Brasil, frequentemente marcado por decisões políticas, oportunidades de ocupação territorial e baixa integração com prioridades de biodiversidade (Margules e Pressey *et al.*, 2000; Loyola *et al.*, 2018).

A situação da REBIO do Gurupi é emblemática. A unidade concentra registros exclusivos de algumas das espécies mais sensíveis da avifauna amazônica, incluindo *Psophia obscura*, *Lepidothrix iris*, *Crax fasciolata pinima*, *Dendrocincla merula badia* e *Penelope pileata*. A concentração dessas espécies em um único remanescente indica não apenas alta importância, mas também extrema vulnerabilidade, já que a região do Gurupi é historicamente uma das áreas mais pressionadas da Amazônia oriental, marcada por conflitos fundiários, desmatamento ilegal, exploração madeireira e presença recorrente de infraestruturas clandestinas (Silva-Júnior *et al.*, 2020). A dependência quase total de um único núcleo de floresta para a sobrevivência dessas espécies cria um risco sistêmico: qualquer alteração estrutural severa na REBIO pode levar ao declínio abrupto de populações em faixas remanescentes.

Além disso, análises espaciais demonstram que boa parte das espécies registradas ocorre majoritariamente fora dos limites de UCs, o que significa que a matriz não protegida, composta por áreas privadas, mosaicos agropecuários, pastagens e fragmentos isolados, desempenha papel importante, porém altamente frágil para manter a presença de diversas aves. A ausência de conectividade entre esses remanescentes e as UCs forma barreiras ecológicas que limitam deslocamentos, dispersão e fluxo gênico, aumentando o risco de extinção local, especialmente para espécies de sub-bosque e de baixa capacidade dispersiva (Bennett, 2003; Hilty *et al.*, 2006; Saura *et al.*, 2014).

Nesse contexto, a criação e implementação de corredores ecológicos tornaram-se uma necessidade urgente. No Maranhão, há potencial claro para a estruturação de corredores funcionais entre Cerrado e Amazônia, particularmente nas regiões de transição ao longo do médio Mearim, do vale do Itapecuru e do interflúvio Pindaré-Gurupi. Tais corredores poderiam integrar Parques Estaduais, Reservas Extrativistas, APAs e Terras

Indígenas, criando uma malha mais contínua que permite o fluxo da avifauna, evitando o isolamento populacional. A importância dos corredores para aves amazônicas já foi amplamente demonstrada: populações de espécies florestais especializadas sofrem declínios acentuados quando isoladas em fragmentos sem conectividade funcional (Lees *et al.*, 2016; Brodie *et al.*, 2025).

As Terras Indígenas (TIs), apesar de não serem categorizadas como UCs, possuem papel comprovado na manutenção de ecossistemas florestais intactos e, muitas vezes, apresentam taxas de conservação superiores às de UCs formais (Nepstad *et al.*, 2006; Nolte *et al.*, 2013). No Maranhão, TIs como Alto Turiaçu, Caru, Arariboia e Awá formam um mosaico crítico na proteção de remanescentes florestais amazônicos na fronteira agrícola oriental. A integração dessas áreas ao planejamento territorial das UCs pode ampliar significativamente as zonas de amortecimento, reduzir pressões externas e contribuir para manter conectividade entre populações de aves que dependem de ambientes contínuos. Essa integração é recomendada inclusive por organismos internacionais como o IPBES (2019), que reconhece o papel central das comunidades indígenas na conservação da biodiversidade global.

Outro ponto estrutural reside nas RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural). No Maranhão, embora pequenas, elas representam importantes refúgios pontuais em áreas de transição e de intensa conversão agrícola, como observado para RPPN Fazenda Pantanal, uma das poucas UCs privadas com registros confirmados de avifauna. A literatura aponta que RPPNs podem desempenhar funções complementares essenciais à rede pública, especialmente em regiões fortemente fragmentadas, funcionando como *stepping Stones* que facilitam o deslocamento de aves florestais sensíveis (Jenkins *et al.*, 2013; Paiva *et al.*, 2020). A ampliação, incentivo e integração planejada de RPPNs poderiam fortalecer a conectividade ecológica entre UCs distantes, uma estratégia de baixo custo e alto retorno para estados com recursos limitados.

Os resultados estatísticos obtidos neste estudo corroboram a interpretação de que a rede de UCs do estado não incorpora critérios de prioridade biológica. A ausência de diferenças significativas no número de UCs por espécie entre categorias de ameaça e grupos de endemismo revela que espécies vulneráveis não recebem maior proteção territorial. Isso reforça a tese, já apontada por Azevedo-Santos *et al.* (2018), Loyola *et al.* (2014) e Masullo *et al.*, (2020), de que a expansão das UCs no Brasil não tem sido guiada por análises sistemáticas de conservação.

Por outro lado, a área protegida acumulada mostrou distinções claras entre grupos: espécies endêmicas apresentaram áreas significativamente menores sob proteção. Esse padrão tem base biológica: espécies endêmicas possuem distribuições naturalmente mais restritas (Gaston, 1994), mas também tem implicações diretas para conservação, especialmente quando apenas algumas UCs são responsáveis pela maior parte dos registros dessas espécies. Modelos globais mostram que o risco de extinção cresce exponencialmente quando áreas de ocorrência restritas coincidem com habitats fragmentados ou insuficientemente protegidos (Newbold *et al.*, 2015; IPBES, 2019).

A discordância entre listas globais, nacionais e estaduais também se revelou um elemento crítico. Enquanto as listas global (IUCN) e nacional classificam a maioria das espécies como “pouco preocupantes”, a lista estadual do Maranhão apresenta um quadro mais severo, com várias espécies avaliadas como em perigo crítico (CR) ou em perigo (EN). Esse contraste segue um padrão amplamente documentado: avaliações regionais detectam ameaças que são invisíveis em escalas amplas, pois consideram pressões locais como caça, incêndios recorrentes, conversão agrícola e colapso de habitats específicos (Santini *et al.*, 2017; Brooks *et al.*, 2019). Portanto, políticas estaduais devem se basear principalmente nas listas regionais, pois elas capturam melhor a realidade ecológica local.

A ausência de monitoramento sistemático nos parques estaduais e APAs é outro aspecto que merece destaque. Sem monitoramento contínuo, é impossível avaliar tendências populacionais, identificar declínios e implementar ações corretivas. Estudos nacionais ressaltam que a inexistência de programas de monitoramento é um dos maiores entraves à conservação efetiva no Brasil (Peres *et al.*, 2005; ICMBio, 2018). No Maranhão, essa ausência é agravada pela falta de equipes técnicas fixas nas UCs estaduais e municipais, o que perpetua a invisibilidade da biodiversidade local.

Nesse sentido, iniciativas de plataformas colaborativas como eBird e WikiAves desempenharam papel essencial na formação da base de dados deste estudo, permitindo ampliar a distribuição espacial dos registros. A literatura demonstra que plataformas colaborativas contribuem significativamente para reduzir lacunas de amostragem, especialmente em áreas remotas ou negligenciadas (Sullivan *et al.*, 2014; Callaghan *et al.*, 2020). Contudo, a dependência exclusiva desses dados também revela fragilidade institucional: nenhum sistema de UCs deveria depender exclusivamente das plataformas colaborativas para suprir a ausência de ações oficiais de monitoramento.

Tomados em conjunto, os resultados indicam que a distribuição das espécies prioritárias não está uniformemente representada entre as Unidades de Conservação, com

concentração significativa em poucas áreas-chave e ausência de diferenciação clara na proteção entre categorias de ameaça. Esses padrões sugerem limitações na correspondência entre a configuração atual das UCs e a distribuição espacial das espécies analisadas.

Portanto, torna-se urgente reestruturar a política ambiental do estado, incorporando princípios modernos de conservação sistemática, fortalecimento institucional e integração entre instrumentos de gestão territorial. Recomenda-se a criação de novos corredores ecológicos entre UCs, ampliação de áreas prioritárias para espécies endêmicas amazônicas, fortalecimento das zonas de amortecimento, integração ativa de Terras Indígenas e RPPNs no planejamento, implementação de monitoramento padronizado, revisão das categorias de proteção e elaboração imediata de planos de manejo. Essas medidas estão alinhadas às recomendações da Convenção da Diversidade Biológica (CBD, 2022), da Plataforma Intergovernamental IPBES (2019) e de políticas nacionais estruturantes para redes de áreas protegidas (Filho *et al.*, 2014; Saura *et al.*, 2017; Maxwell *et al.*, 2020; ICMBio, 2023).

Em síntese, o conjunto de áreas protegidas do Maranhão incluindo Unidades de Conservação e Terras Indígenas apresenta potencial relevante para a manutenção da avifauna, mas os resultados indicam que a configuração atual ainda não assegura representatividade espacial equilibrada para espécies prioritárias. Reconhecer essas limitações é fundamental para aprimorar o planejamento territorial, fortalecer instrumentos de gestão e ampliar a integração entre diferentes categorias de proteção, garantindo maior efetividade na conservação da biodiversidade a longo prazo.

7. CONCLUSÃO

A análise da representatividade da avifauna nas Unidades de Conservação do Maranhão evidencia um descompasso entre a expressiva riqueza biológica do estado e a forma como essa diversidade está contemplada na rede atual de áreas protegidas. Embora o Maranhão possua mais de 8,3 milhões de hectares sob algum tipo de proteção formal, os resultados indicam que essa extensão territorial não garante, por si só, proteção proporcional às espécies endêmicas, ameaçadas ou mais sensíveis à perda de habitat.

Observou-se que diversas espécies consideradas prioritárias ocorrem em poucas UCs e apresentam área protegida acumulada reduzida. Em parte, esse padrão é esperado para espécies de distribuição naturalmente restrita. No entanto, a concentração dessas espécies em número limitado de unidades sugere que a configuração atual da rede não foi estruturada prioritariamente a partir de critérios sistemáticos de conservação da biodiversidade. A predominância de categorias de uso sustentável e a ausência de registros sistematizados em grande parte das UCs reforçam a necessidade de qualificar a implementação e o planejamento das áreas já existentes.

A distribuição espacial da proteção também se mostrou desigual. Um conjunto restrito de UCs concentra grande parte dos registros de espécies vulneráveis, enquanto outras áreas ambientalmente relevantes permanecem com baixa representatividade formal. Além disso, a presença recorrente de espécies prioritárias fora dos limites das UCs demonstra que a conservação da avifauna maranhense depende de uma abordagem territorial mais ampla. Terras Indígenas, RPPNs e remanescentes florestais privados desempenham papel complementar essencial, ampliando a cobertura espacial da biodiversidade e contribuindo para a manutenção de habitats em paisagens sob pressão crescente.

Embora este estudo não tenha realizado modelagens específicas de conectividade estrutural ou funcional, o padrão espacial observado indica que a integração entre áreas protegidas ainda representa um desafio. A ocorrência fragmentada de espécies sensíveis e sua concentração em poucas unidades reforçam a importância de estratégias que promovam maior articulação territorial, especialmente em regiões inseridas no Arco do Desmatamento maranhense.

Diante desse cenário, conclui-se que o sistema de Unidades de Conservação do Maranhão apresenta limitações para assegurar, de forma isolada, a conservação de longo prazo da avifauna estadual. Mais do que ampliar a extensão territorial protegida, é fundamental fortalecer a rede de conservação como um todo, integrando UCs, Terras

Indígenas, RPPNs e áreas estratégicas remanescentes. A implementação efetiva das unidades existentes, o fortalecimento institucional dos órgãos ambientais, a regularização fundiária e o incentivo à restauração ecológica são medidas que podem contribuir significativamente para tornar o sistema mais funcional e representativo.

É igualmente necessário reconhecer as limitações inerentes a este estudo. A utilização de registros provenientes de plataformas colaborativas e de literatura dispersa ampliou a base de dados disponível, mas também pode refletir desigualdades no esforço amostral e na acessibilidade das áreas. A ausência de registros em determinadas UCs não implica necessariamente ausência de ocorrência, podendo representar lacunas de amostragem. Além disso, a abordagem em escala estadual exigiu tratar as UCs de forma relativamente homogênea, sem considerar diferenças detalhadas de implementação, infraestrutura ou efetividade de manejo.

Diante dessas limitações, apontam-se como perspectivas para pesquisas futuras:

- (i) a realização de inventários padronizados e sistemáticos nas UCs;
- (ii) a integração entre monitoramentos oficiais, universidades e plataformas colaborativas;
- (iii) análises avançadas de conectividade estrutural e funcional;
- (iv) estudos populacionais e genéticos direcionados; e
- (v) avaliações quantitativas de efetividade de manejo.

Reconhecer tais limitações reforça a relevância dos resultados obtidos e evidencia a necessidade de consolidar estratégias de conservação baseadas em dados confiáveis e abordagem interdisciplinar. Este estudo representa um passo inicial, mas fundamental, na construção de políticas e práticas voltadas à proteção da avifauna maranhense.

8. REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A. A. C. *et al.* **Desmatamento e incêndios florestais na Amazônia: causas, impactos e recomendações.** Brasília: IPAM, 2015.
- ALMEIDA, A. D. *et al.* Composição da avifauna em fragmentos de Cerrado no Maranhão. **Biotemas**, v. 33, n. 4, p. 95–107, 2020.
- ARAÚJO, T. M.; BASTOS, F. Corredores ecológicos e conservação da biodiversidade: aportes teóricos e conceituais. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 21, p. 716–729, 2019.
- AVIBASE – The World Bird Database. **Lista de aves do Maranhão.** 2025. Disponível em: <https://avibase.bsc-eoc.org>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- AZEVEDO-SANTOS, Valter & Frederico, Renata & Kurzmann Fagundes, Camila & Pompeu, Paulo & Pelicice, Fernando & Padial, Andre & Nogueira, Marcos & Fearnside, Philip & Lima, Luciano & Daga, Vanessa & Oliveira, Fagner & Vitule, Jean & Agostinho, Angelo & Esteves, Francisco & Lima, Dilermando & Magalhães, André & Sabino, José & Mormul, Roger & Henry, Raoul. (2018). Protected areas: A focus on Brazilian freshwater biodiversity. *Diversity and Distributions*. 25. 442–448. 10.1111/ddi.12871.
- BENITES, M. *et al.* Áreas protegidas e conservação da biodiversidade: desafios e oportunidades. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v. 14, n. 2, p. 45–58, 2016.
- BENNETT, A. F. **Linkages in the landscape: connectivity conservation management.** Cambridge: IUCN, 1999.
- BirdLife International (2024) State of the World's Birds 2024 Annual Update. Downloaded from <https://datazone.birdlife.org/articles/state-of-the-worlds-birds-2024-annual-update> on 2025-01-11
- BIRDLIFE INTERNATIONAL. **Birds on the IUCN Red List.** 2021.
- BONNEY, R., Phillips, T. B., Ballard, H. L., & Enck, J. W. (2016). **Can citizen science enhance public understanding of science?**. *Public understanding of science (Bristol, England)*, 25(1), 2–16. <https://doi.org/10.1177/0963662515607406>

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mundaças do Clima. **Conectividade em foco** [recurso eletrônico]: **paisagens, planejamento de corredores ecológicos e trilhas de longo curso**- Brasília, DF: MMA, 2024. 30p.: il color.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC. Base de dados. Brasília: MMA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/cadastro-nacional-de-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 12 jan 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para o uso das categorias e critérios da Lista Vermelha da UICN**. Brasília: MMA, 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022. Atualiza a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. **Diário Oficial da União**, 2022.

BRODIE, Jedediah. LIP, Belinda Jason Hon, Jayasilan, Mohd-Azlan (2025). Conectividade para a conservação da biodiversidade de Bornéu. Disponível em: <<https://ecoevortexiv.org/repository/view/9822/#:~:text=Abstract,across%20the%20islands%20diverse%20landscapes>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BROOKS, T. M. *et al.* Habitat loss and extinction in the hotspots of biodiversity. **Conservation Biology**, v. 16, p. 909–923, 2002.

BROOKS, Thomas & Pimm, Stuart & Akcakaya, H. Resit & Buchanan, Graeme & Butchart, Stuart & Foden, Wendy & Hilton-Taylor, Craig & Hoffmann, Michael & Jenkins, Clinton & Joppa, Lucas & Li, Binbin & Menon, Vivek & Ocampo-Penuela, Natalia & Rondinini, Carlo. (2019). **Measuring Terrestrial Area of Habitat (AOH) and Its Utility for the IUCN Red List**. **Trends in Ecology & Evolution**. 34. 10.1016/j.tree.2019.06.009.

CALLAGHAN, Corey T. et al. Dados de ciência cidadã predizem com precisão a riqueza de espécies derivada de especialistas em escala continental quando os limiares de amostragem são atendidos. **Biodiversity and Conservation** , v. 29, n. 4, p. 1323-1337, 2020.

CALLAGHAN, Corey T. *et al.* Utilizando dados de ciência cidadã para definir e monitorar metas de restauração em áreas urbanas. **Journal of Applied Ecology**, v. 56, n. 8, p. 1998-2006, 2019.

CARVALHO, C. J. B. *et al.* **Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2009.

CARVALHO, Dorinny Lisboa de. *As aves do estado do Maranhão: atualização do conhecimento e conservação em uma região de ecótono entre a floresta Amazônica e Cerrado*. 2018. 408 f. Tese (Doutorado em Zoologia) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11186>. Acesso em: 12 ago 2024.

CASO NO ESTADO DO MARANHÃO, BRASIL. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 16, n. 3, 2020. DOI: 10.12957/tamoios.2020.51272. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/51272>. Acesso em: 11 jan. 2026.

CAVARZERE, V., da Costa, T. V. V., & Schunck, F. (2023). Birds from four little-known protected areas in the state of São Paulo, southeastern Brazil. *Revista do Instituto Florestal*, 35(1), 45-91.

CBRO – Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. **Lista das Aves do Brasil**. 13. ed., 2023.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB). Estrutura Global de Biodiversidade Kunming-Montreal. Montreal: CBD, 2022. Disponível em: www.cbd.int. Acesso em: 11 jan. 2026.

DE OLIVEIRA, S. N. *et al.* A efetividade das Unidades de Conservação brasileiras. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 15, n. 2, p. 95–108, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. O mito moderno da natureza intocada/ Antonio Carlos Sant’Ana Diegues.- 6º, ed, ampliada- São Paulo: Hueitee: Nupaub-USP/CEC,2008. Bibliografia:P.189 ISBN 85-271—0345-1

DORNAS, T. *et al.* Aves da Caatinga: diversidade, endemismo e conservação. **Revista Brasileira de Ornitologia**, v. 25, n. 3, p. 185–202, 2017.

DUDLEY, N. (Ed.). **Guidelines for applying protected area management categories**. Gland: IUCN, 2008.

EMBRAPA. **Dinâmica territorial e ambiental no Maranhão**. Brasília, 2016.

FAHRIG, Lenore & Arroyo-Rodríguez, Víctor & Bennett, Joseph & Boucher-Lalonde, Véronique & Cazetta, Eliana & Currie, David & Eigenbrod, Felix & Ford, Adam & Harrison, Susan & Jaeger, Jochen & Koper, Nicola & Martin, Amanda & Martin, Jean-Louis & Metzger, Jean & Morrison, Peter & Rhodes, Jonathan & Saunders, Denis & Simberloff, Daniel & Smith, Adam & Watling, James. (2019). Is habitat fragmentation bad for biodiversity?. *Biological Conservation*. 230. 10.1016/j.biocon.2018.12.026.

FERREIRA, Guilherme Braga; COLLEN, Ben; NEWBOLD, Tim; OLIVEIRA, Marcelo Juliano Rabelo; PINHEIRO, Marcell Soares; PINHO, Fernando Ferreira de; ROWCLIFFE, Marcus; CARBONE, Chris. **Strict protected areas are essential for the conservation of larger and threatened mammals in a priority region of the Brazilian Cerrado**. *Biological Conservation*, v. 251, p. 108762, 2020. DOI: 10.1016/j.biocon.2020.108762. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S000632072030820X>. Acesso em: 10 Jun 2025.

FIGUEIREDO, A. L. C. B. *et al.* Redução da introdução e disseminação de espécies invasoras em áreas protegidas no Brasil. **Biological Invasions**, v. 26, p. 4283–4299, 2024.

FILHO, Britaldo & Rajão, Raoni & Macedo, Marcia & Carneiro, Arnaldo & Costa, William & Coe, Michael & Rodrigues, Hermann & Alencar, Ane. (2014). Cracking Brazil's Forest Code. *Science*. 344. 363-364. 10.1126/science.1246663#_blank.

FRAISL, Dilek & Campbell, Jillian & See, Linda & Wehn, Uta & Wardlaw, Jessica & Gold, Margaret & Moorthy, Inian & Arias, Rosa & Piera, Jaume & Oliver, Jessica & Masó, Joan & Penker, Marianne & Fritz, Steffen. (2020). Mapping citizen science contributions to the UN sustainable development goals. *Sustainability Science*. 15. 10.1007/s11625-020-00833-7.

FREEMAN, BG, Scholer, MN, Ruiz-Gutierrez, V., & Fitzpatrick, JW (2018). Mudanças climáticas causam deslocamentos de encostas e extinções de topos de montanhas em uma comunidade de aves tropicais. **Anais da Academia Nacional de Ciências**, 115, 11982-11987.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Relatório anual do desmatamento da Mata Atlântica*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2022.

Disponível em: <https://www.sosma.org.br>. Acesso em: 08 mar 2025.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2020–2021. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2022. Disponível em: <https://www.sosma.org.br>. Acesso em: 08 mar 2025.

GANEM, R. S. Biodiversidade brasileira: panorama atual e tendências. In: GANEM; ROCHA (Org.). **Biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2011.

GASTON, Kevin J. Medindo o tamanho da distribuição geográfica. **Ecografia**, p. 198-205, 1994.

GBIF – GLOBAL BIODIVERSITY INFORMATION FACILITY. *GBIF data portal*. Copenhagen: GBIF Secretariat, 2023. Disponível em: <https://www.gbif.org>. Acesso em: 01 abr 2024.

HILTY, J. A.; LIDICKER, W. Z.; MERENLENDER, A. M. **Corridor Ecology**. Washington: Island Press, 2006.

HILTY, Jodi et al. Diretrizes para a conservação da conectividade por meio de redes e corredores ecológicos. 2020.

ICMBio. **Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção**. Brasília, 2025.

ICMBio. **Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Endêmicas do Brasil Central**. Brasília, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas de ecossistemas: espécies ameaçadas de extinção no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2026

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). *Unidades de Conservação: conceitos e categorias*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 16 jan. 2025

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). *Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)*. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/unidades-de-conservacao/rds>. Acesso em: 16 jan. 2026.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF); SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD). *Plano de manejo de unidades de conservação: diretrizes técnicas*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2022.

Disponível em: <https://www.meioambiente.mg.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). *Assessment report on invasive alien species and their control*. Bonn: IPBES Secretariat, 2023. Disponível em: <https://ipbes.net/invasive-alien-species-assessment>. Acesso em: 16 jan. 2025.

IPBES (2019): Relatório de avaliação global sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. ES Brondizio, J. Settele, S. Díaz e HT Ngo (editores). Secretariado do IPBES, Bonn, Alemanha. 1148 páginas. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3831673>

IUCN. **The IUCN Red List of Threatened Species**. Version 2025-2.

JENKINS, Clinton & Pimm, Stuart & Joppa, Lucas. (2013). Global patterns of terrestrial vertebrate diversity and conservation. *Proceedings of the National Academy of Science*. 110.

JETZ, Walter & McGeoch, Melodie & Guralnick, Robert & Ferrier, Simon & Beck, Jan & Costello, Mark & Fernández, Miguel & Geller, Gary & Keil, Petr & Merow, Cory & Meyer, Carsten & Muller-Karger, Frank & Regan, Eugenie & Schmeller, Dirk & Turak, Eren. (2019). Essential biodiversity variables for mapping and monitoring species populations. *Nature Ecology & Evolution*. 3. 10.1038/s41559-019-0826-1.

KELLING S, Johnston A, Hochachka WM, Iliff M, Fink D, Gerbracht J, et al. (2015) Can Observation Skills of Citizen Scientists Be Estimated Using Species Accumulation Curves? *PLoS ONE* 10(10): e0139600. doi:10.1371/journal.pone.0139600

- KORMANN, Tanice Cristina. Trajetória de criação de áreas protegidas no Brasil e na Argentina: **interlocuções e desafios**. 2024.
- KUJALA, Heini; MOILANEN, Atte; GORDON, Ascelin. Características espaciais da distribuição de espécies como fatores determinantes na priorização da conservação. **Methods in Ecology and Evolution** , v. 9, n. 4, p. 1121-1132, 2018.
- LAURANCE, W. F. *et al.* A crisis in the making: responses of Amazonian forests to edge effects. **Science**, v. 351, p. 145–147, 2016.
- LEES, Alexander & Peres, Carlos & Fearnside, Philip & Schneider, Maurício & Zuanon, Jansen. (2016). Hydropower and the future of Amazonian biodiversity. *Biodiversity and Conservation*. 25. 466. 10.1007/s10531-016-1072-3.
- Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Volume III – Aves /-- 1. ed.-- Brasília, DF : ICMBio/MMA, 2018
- LOPES, L. E. *et al.* Aves do Cerrado: conservação, distribuição e história natural. In: MACHADO *et al.* **Conservação do Cerrado**. Brasília: MMA, 2021.
- LOYOLA, RAFAEL & MACHADO, NATHÁLIA & VILA NOVA, DANIELE & MARTINS, ELINE & MARTINELLI, GUSTAVO. (2014). AREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA FLORA BRASILEIRA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO.
- MACARTHUR, R. H.; WILSON, E. O. **The theory of island biogeography**. Princeton University Press, 1967.
- MANES, Stella & Costello, Mark & Beckett, Heath & Debnath, Anindita & Devenish-Nelson, Eleanor & Grey, Kerry-Anne & Jenkins, Rhosanna & Khan, Ming & Kiessling, Wolfgang & Krause, Cristina & Maharaj, Shobha & Midgley, Guy & Price, J. & Talukdar, Gautam & Vale, Mariana. (2021). Endemism increases species' climate change risk in areas of global biodiversity importance. **Biological Conservation**. 10.1016/j.biocon.2021.109070.
- MAPBIOMAS. **Coleção 9 de uso e cobertura do solo do Brasil**. 2025.
- MARGULES, C. R.; PRESSEY, R. L. Systematic conservation planning. **Nature**, v. 405, 2000.

- MARGULES, Christopher Robert; PRESSEY, Robert L. Systematic conservation planning. **Nature**, v. 405, n. 6783, p. 243-253, 2000.
- MARINI, Miguel & Garcia, Frederico. (2005). Conservação de aves no Brasil. *Megadiversidade*. 1. 95-102.
- MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; GURGEL, Helen da Costa; LAQUES, Anne-Elizabeth; CARVALHO, Dionatan Silva. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO DE
- MAXWELL, Sean & Cazalis, Victor & Dudley, Nigel & Hoffmann, Michael & Rodrigues, Ana & Stolton, Sue & Visconti, Piero & Woodley, Stephen & Kingston, Naomi & Lewis, Edward & Maron, Martine & Strassburg, Bernardo & Wenger, Amelia & Jonas, Harry & Venter, Oscar & Watson, James. (2020). Area-based conservation in the twenty-first century. *Nature*. 586. 217-227. 10.1038/s41586-020-2773-z.
- MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. **Contribuições das Unidades de Conservação para a economia nacional**. 2011.
- MORELLI, Federico & Benedetti, Yanina & Callaghan, Corey. (2020). Ecological specialization and population trends in European breeding birds. *Global Ecology and Conservation*. 22. In press. 10.1016/j.gecco.2020.e00996.
- MURCIA, C. Edge effects in fragmented forests. **Trends in Ecology & Evolution**, v. 10, p. 58–62, 1995.
- NAUGHTON-TREVES, L.; HOLLAND, M. B.; BRANDON, K. The role of protected areas in conserving biodiversity. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 30, 2005.
- NEPSTAD, D. *et al.* Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous lands. **Conservation Biology**, v. 20, 2006.
- NEWBOLD, Tim et al. Efeitos globais do uso da terra na biodiversidade terrestre local. **Nature**, v. 520, n. 7545, p. 45-50, 2015.
- NOLTE, Christoph & Agrawal, Arun & Silvius, Kirsten & Filho, Britaldo. (2013). **Governance regime and location influence avoided deforestation success of protected areas in the Brazilian Amazon**. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. 110. 10.1073/pnas.1214786110.

PACHECO, J. F. *et al.* Annotated checklist of the birds of Brazil. **Ornithology Research**, v. 29, 2021.

PAIVA, Paula & Ruivo, Maria & Marques da Silva Junior, Orleno & Maciel, Maria & Braga, Thais Gleice & Andrade, Milena & dos Santos Junior, Paulo & Rocha, Eduardo & Pará, Tatiana & Leite, Tabilla & Gama, Luana & Santos, Leonardo & Silva, Mayara & Silva, Ewelyn & Ferreira, Bruno. (2020). Deforestation in protect areas in the Amazon: a threat to biodiversity. *Biodiversity and Conservation*. 29. 10.1007/s10531-019-01867-9.

PERES, C. A. Why we need megareserves in Amazonia. **Conservation Biology**, v. 19, 2005.

PINHEIRO, L. V. S. *et al.* Aves da Reserva Biológica do Gurupi. **Biodiversidade Brasileira**, v. 14, 2024.

PIVELLO, V. R., Rocha, R. M., Vitule, J. R.S, Braga, R. R., Brown, G. G., Castro, C. F., Cruz Neto, C. C., Franco, A. S., Heringer, G., Magalhães, A. L. B., Miranda, R. J.10; Mormul, R. P., Oliveira, I., Saulino, H. H. L., Silva Matos, D.M. Capítulo 4: Impactos de espécies exóticas invasoras sobre as Contribuições da Natureza para as Pessoas (CNP), o Desenvolvimento Sustentável e a boa qualidade de vida. In: Dechoum, M.S., Junqueira, A. O. R., Orsi, M.L. (Org.). Relatório Temático sobre Espécies Exóticas Invasoras, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. 1a Ed. São Carlos: **Editora Cubo**, 2024. P. 133-184. <https://doi.org/10.4322/978-65-00-87228-6.cap4>

PRESSEY, R. L. *et al.* The mismeasure of conservation. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 28, 2013.

QUEIROZ MARQUES, Eduardo & Marimon-Junior, Ben Hur & Marimon, Beatriz & Matricardi, Eraldo & Mews, Henrique & Colli, Guarino. (2020). **Redefining the Cerrado–Amazonia transition: implications for conservation**. *Biodiversity and Conservation*. 29. 10.1007/s10531-019-01720-z.

RADCHUK, Viktoriia & Reed, Thomas & Teplitsky, Céline & van de Pol, Martijn & Charmantier, Anne & Hassall, Christopher & Adamík, Peter & Adriaensen, Frank & Ahola, Markus & Arcese, Peter & Avilés, Jesús & Balbontín, Javier & Berg, Karl & Borras, Antoni & Burthe, Sarah & Jean, Clobert & Dehnhard, Nina & Lope, Florentino & Dhondt, André & Kramer-Schadt, Stephanie. (2019). Adaptive responses of animals

to climate change are most likely insufficient. **Nature Communications**. 10. 10.1038/s41467-019-10924-4.

RENTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. Tráfico de animais silvestres no Brasil: **relatório nacional**. Brasília: RENTAS, 2020. Disponível em: <https://rentas.org.br/>. Acesso em: 05 nov 2025.

RIBEIRO, Milton & Martensen, Alexandre & Metzger, Jean & Tabarelli, Marcelo & Scarano, Fabio & Fortin, Marie-Josee. (2011). The Brazilian Atlantic Forest: A Shrinking Biodiversity Hotspot. 10.1007/978-3-642-20992-5_21.

RODRIGUES, Ana & Andelman, Sandy & Bakarr, Mohamed & Boitani, Luigi & Brooks, Thomas & Fishpool, Lincoln & Fonseca, Gustavo & Gaston, Kevin & Hoffmann, Michael & Long, Janice & Marquet, Pablo & Pilgrim, John & Pressey, Robert & Schipper, Jan & Sechrest, Wes & Stuart, Simon & Underhill, Leslie & Waller, Robert & Xie, Yan. (2004). Effectiveness of the global protected area NETWORK in representing species diversity. *Nature*. 428. 640-3. 10.1038/nature02422.

ROLIM, S. M. T. **Aves como modelo para avaliar a importância das Unidades de Conservação da Caatinga**. 2021.

ROQUE, Mariane & Ferreira Neto, José & Faria, André Luiz & Ferreira, Fernanda & Teixeira, Thais & Coelho, Livia. (2019). Effectiveness of Arguments Used in the Creation of Protected Areas of Sustainable Use in Brazil: A Case Study from the Atlantic Forest and Cerrado. *Sustainability*. 11. 1700. 10.3390/su11061700.

SANTINI, Luca & Belmaker, Jonathan & Costello, Mark & Pereira, Henrique & Rossberg, Axel & Schipper, Aafke & Ceausu, Silvia & Dornelas, Maria & Hilbers, Jelle & Hortal, Joaquín & Huijbregts, Mark & Navarro, Laetitia & Schiffers, Katja & Visconti, Piero & Rondinini, Carlo. (2017). Assessing the suitability of diversity metrics to detect biodiversity change. *Biological Conservation*. 213. 341–350. 10.1016/j.biocon.2016.08.024.

SAURA, Santiago & Bodin, Rjan & Fortin, Marie-Josee. (2014). EDITOR'S CHOICE: Stepping stones are crucial for species' long-distance dispersal and range expansion through habitat networks. *Journal of Applied Ecology*. 51. 171-182. 10.1111/1365-2664.12179.

SCHULTZ, Eduardo & Thom, Gregory & Zuquim, Gabriela & Hickerson, Michael & Tuomisto, Hanna & Ribas, Camila. (2023). Habitat specialization predicts demographic response and vulnerability of floodplain birds in Amazonia. *Molecular Ecology*. 33. 10.1111/mec.17221.

SCOTT, J. Michael; DAVIS, Frank W.; McGHIE, R. Grant; WRIGHT, Robert G.; GROVES, Craig; ESTES, James. *Nature reserves: Do they capture the full range of America's biological diversity?* **Ecological Applications**, v. 11, n. 4, p. 999–1007, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1890/1051-0761\(2001\)011\[0999:NRDTCT\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1890/1051-0761(2001)011[0999:NRDTCT]2.0.CO;2)

SEKERCIOGLU, Çagan H.; WENNY, Daniel G.; WHELAN, Christopher J. (Eds.). **Por que as aves importam: função ecológica das aves e serviços ecossistêmicos**. University of Chicago Press, 2019.

SICK, H. **Ornitologia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SILVA (2020). Dorinny & Silva, Sofia & Sousa Neves, Tiago & Silva, Daniel & Santos, Marcos. (2020). An updated documented inventory and new records of bird species for the Brazilian state of Maranhão. *Ornithology Research*. 28. 10.1007/s43388-020-00013-2.

SILVA JUNIOR, W. R. da ., Prado, J., Ferreira, A. W. C., Fernandes, R. S., & Oliveira, H. C. de .. (2024). Lycophytes and ferns of an Amazonian-Cerrado ecotone in Maranhão State, Northeastern Brazil: identification key and annotated list of taxa.. *Biota Neotropica*, 24(2), e20231564. <https://doi.org/10.1590/1676-0611-BN-2023-1564>

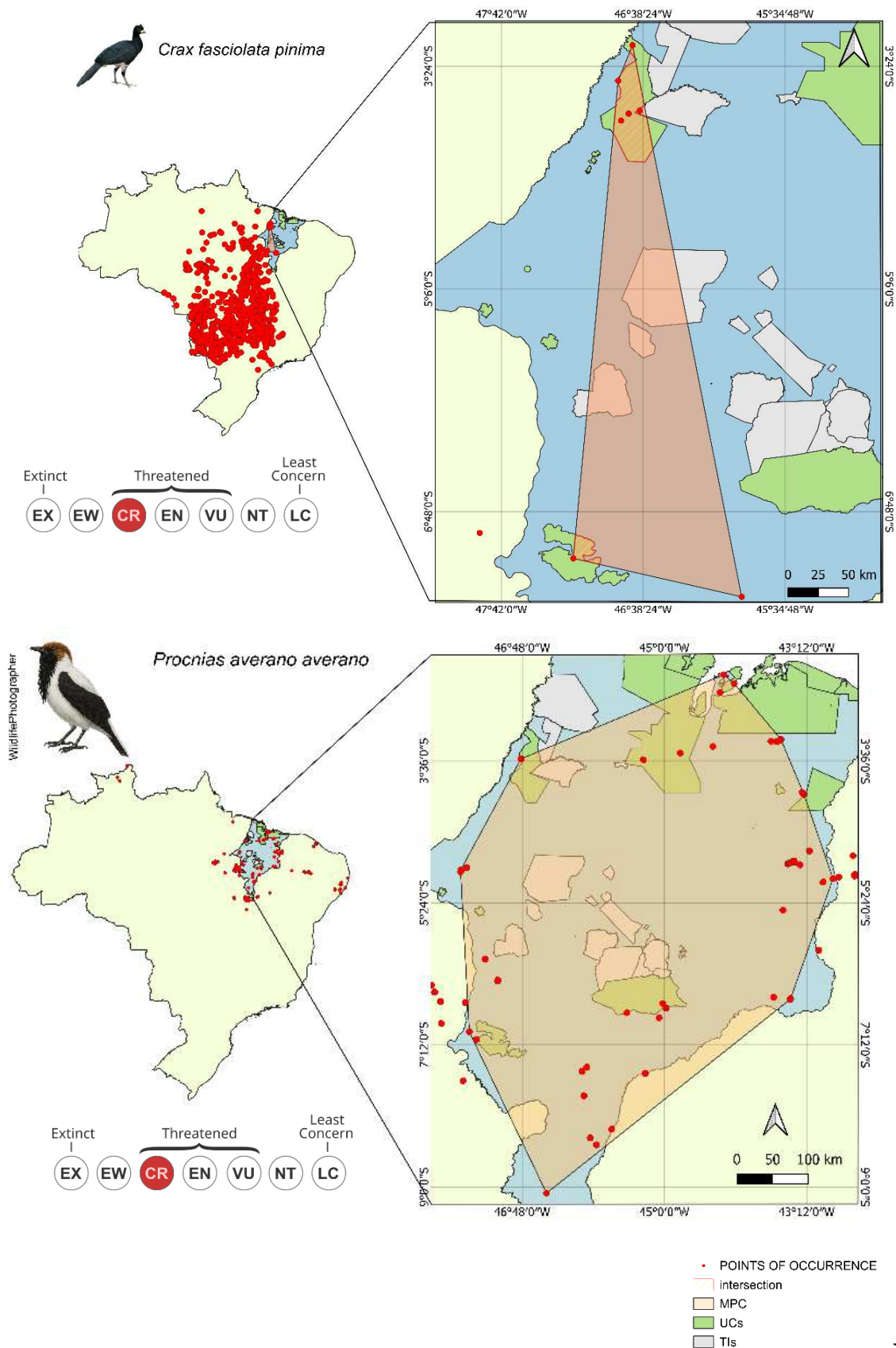
SILVA, J. M. C. *et al.* A importância das áreas protegidas para a conservação da biodiversidade. **Megadiversidade**, v. 1, 2005.

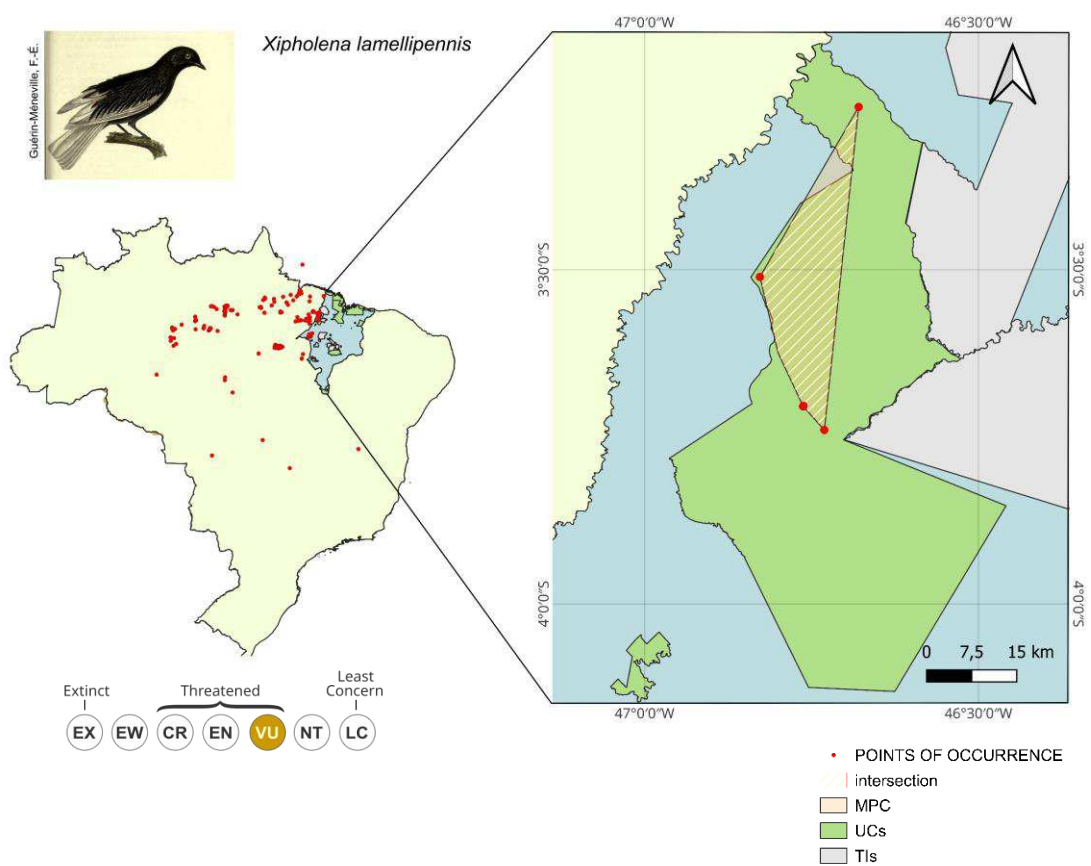
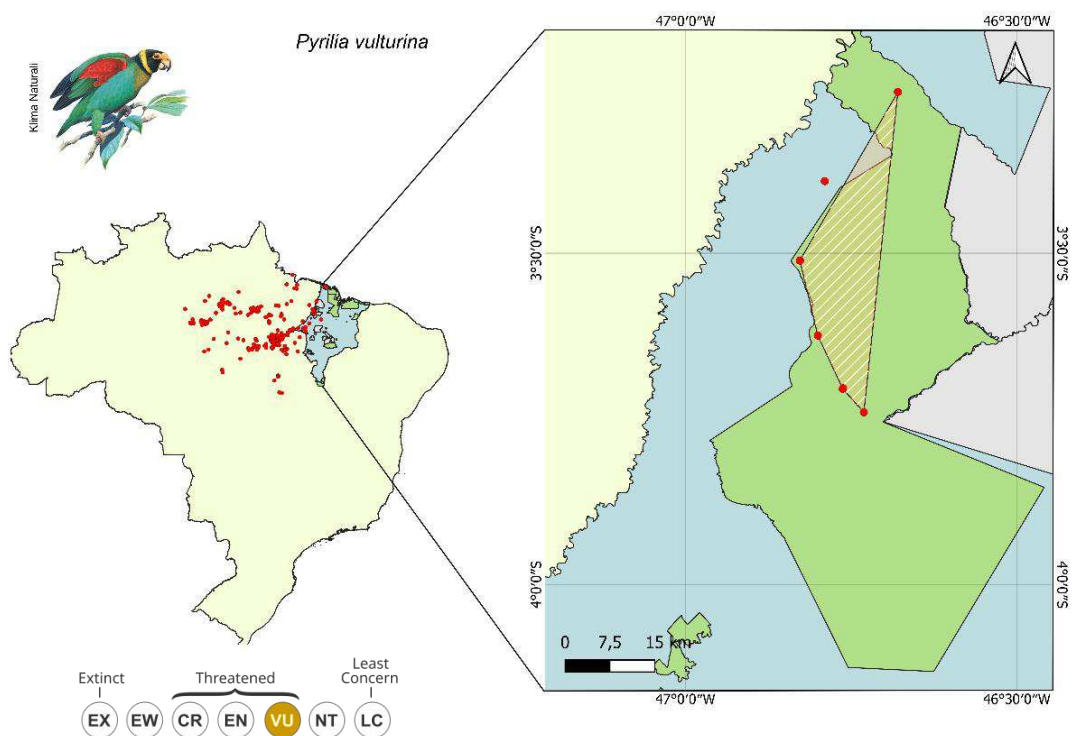
SILVA, J. R. *et al.* Contribuições de dados citizen science para o conhecimento da avifauna brasileira. **Revista Brasileira de Ornitologia**, v. 27, 2019.

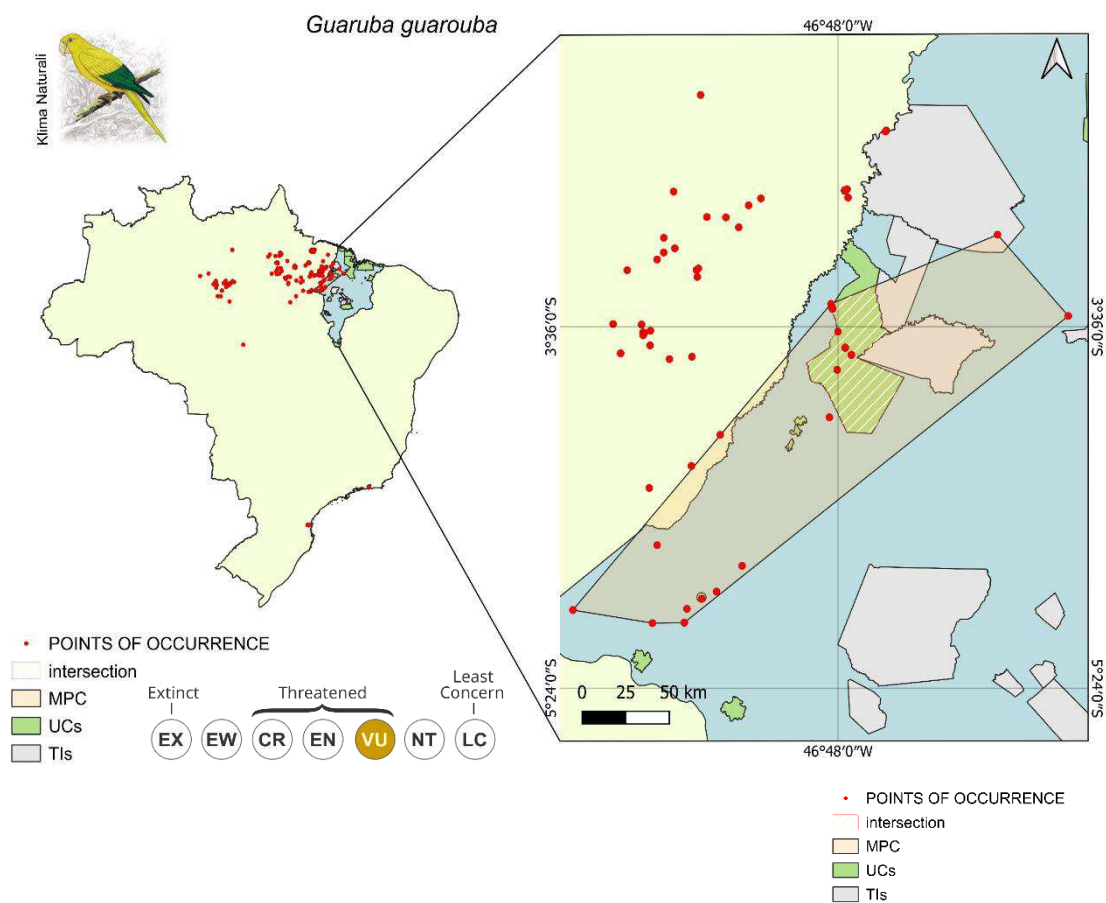
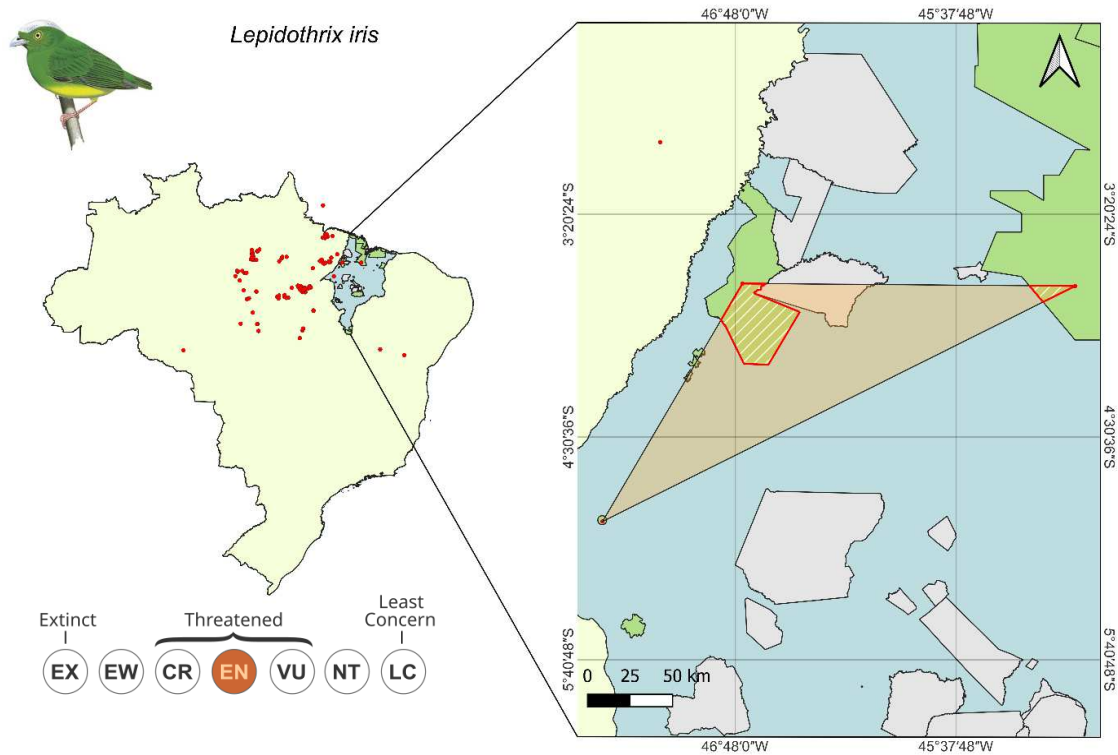
SILVA-JUNIOR, Celso & Aragão, Luiz & Anderson, Liana & Fonseca, Marisa & Shimabukuro, Yosio & Vancutsem, Christelle & Frédéric, Achard & Beuchle, René & Numata, Izaya & Silva, Carlos & Maeda, Eduardo & Longo, Marcos & Saatchi, Sassan. (2020). Persistent collapse of biomass in Amazonian forest edges following deforestation leads to unaccounted carbon losses. **Science Advances**. 6. 1-9. 10.1126/sciadv.aaz8360.

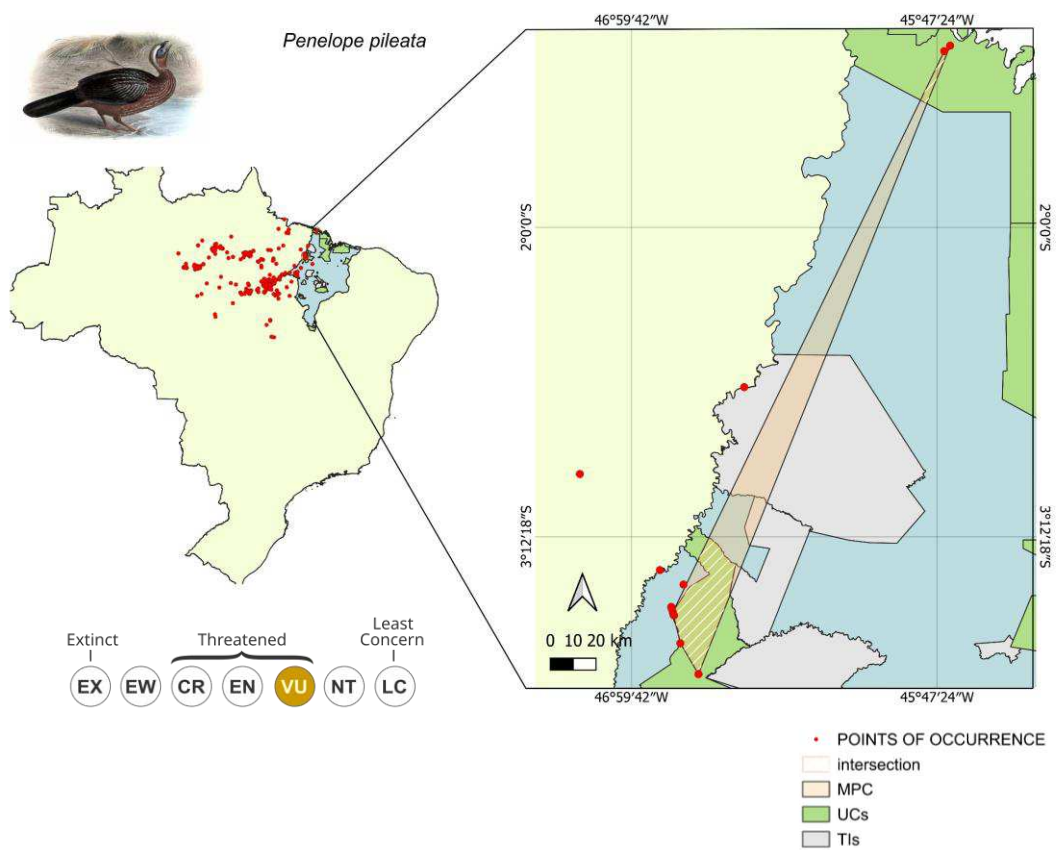
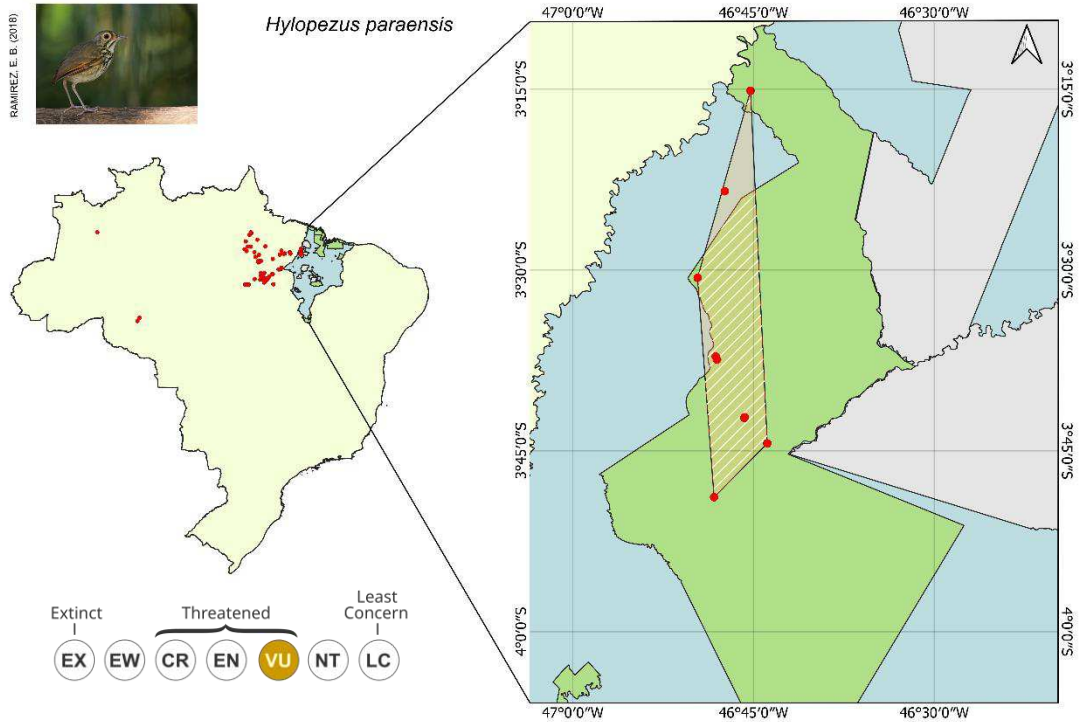
- SILVERTOWN J. (2009). A new dawn for citizen science. **Trends in ecology & evolution**, 24(9), 467–471. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2009.03.017>
- SPINELLI-ARAUJO, A. *et al.* Biodiversidade e conservação no Maranhão. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 14, 2016.
- STELLA, O. *et al.* Mudanças climáticas e impactos socioeconômicos no Maranhão. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, 2011.
- SULLIVAN, Brian L. *et al.* A iniciativa eBird: uma abordagem integrada para o desenvolvimento e aplicação da ciência cidadã. **Conservação biológica** , v. 169, p. 31-40, 2014.
- TEIXEIRA, Thais Helena *et al.* As Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Bioma Amazônico: dilemas e perspectivas para o desenvolvimento sustentável. **RPER**, n. 46, p. 71-89, 2017.
- VENTER, Oscar *et al.* Viés na localização de áreas protegidas e seus efeitos nas aspirações de longo prazo das convenções de biodiversidade. **Conservation Biology** , v. 32, n. 1, p. 127-134, 2018.
- VIDAL, Marcelo Derzi *et al.* Ecoturismo de vida selvagem em áreas protegidas do baixo rio Negro, Amazônia brasileira: caracterização, desafios e potenciais. **Turismo: Visão e Ação** , v. 26, p. e19646, 2024.
- WELLS, Konstans; WEISSER, Wolfgang W.; RENNER, Swen C. **Apoio à diversidade de aves e à função ecológica em áreas manejadas**. *Gestão Sustentável de Sistemas Terrestres* , p. 132, 2025.

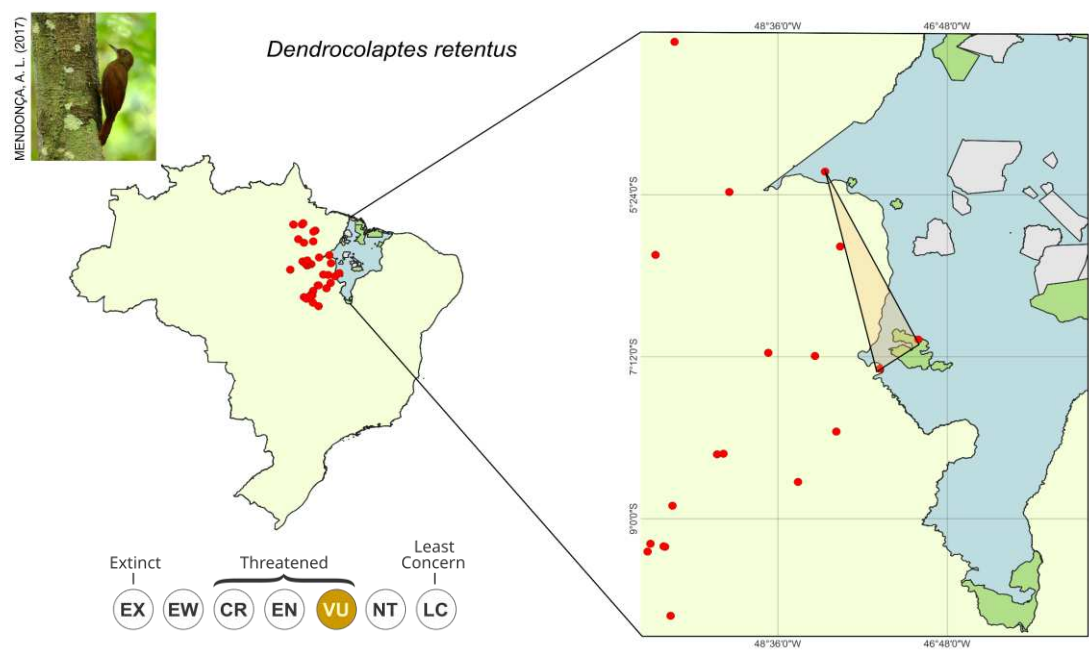
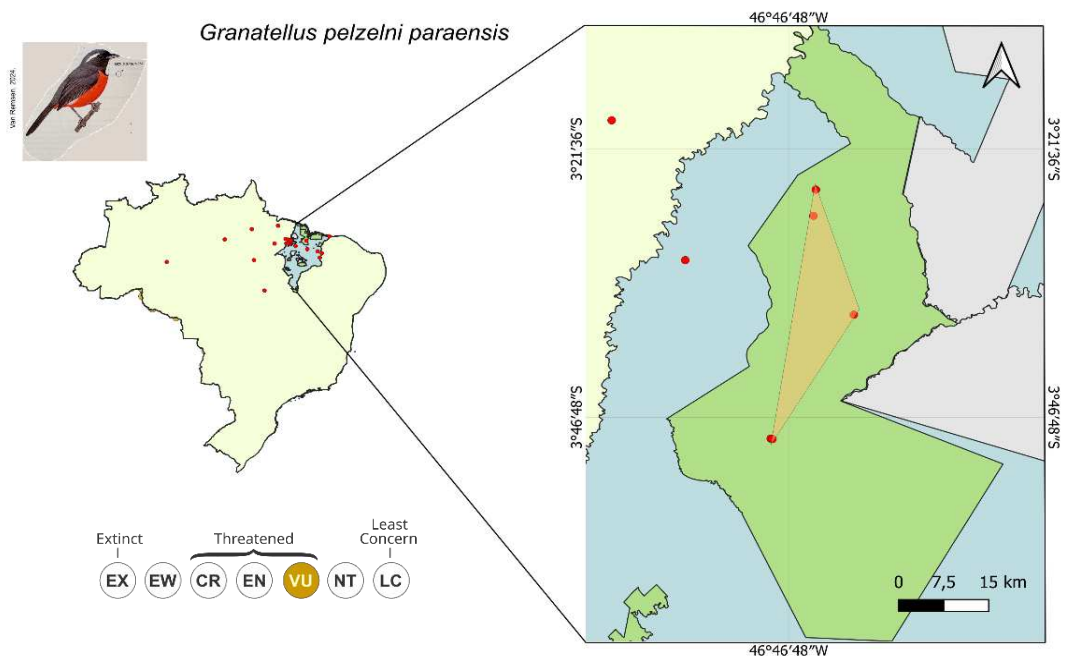
APÊNDICE A. Mapas dos pontos de ocorrência e área de distribuição das 13/22 espécies de aves endêmicas e ameaçadas dentro das Unidades de Conservação do Maranhão. Os mapas foram construídos através do método de Mínimos Polígonos Convexos (MCP).



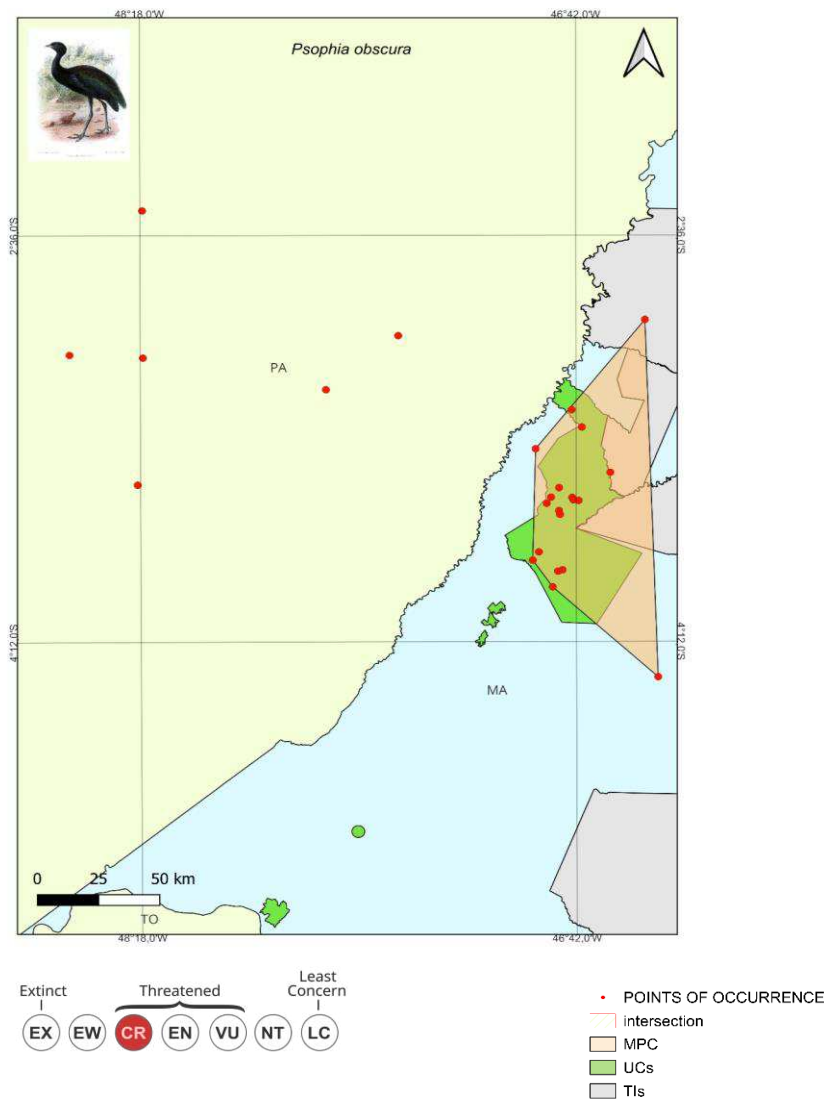
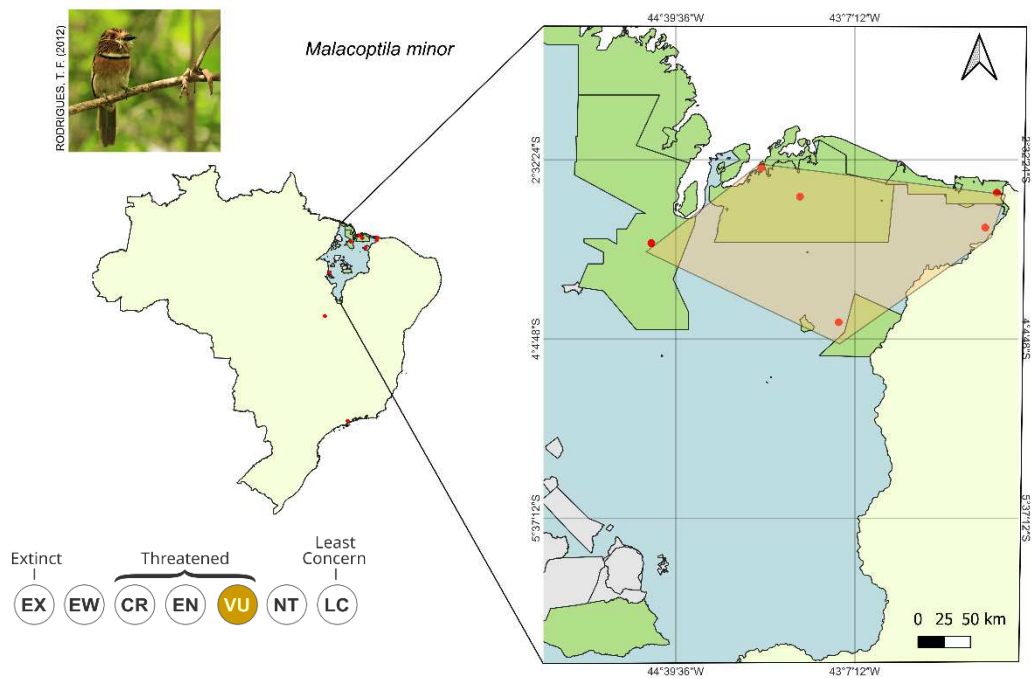








- POINTS OF OCCURRENCE
- intersection
- MPC
- UCs
- TIs



APÊNDICE B – Caracterização das Unidades de Conservação do Maranhão quanto à categoria, nome, tipo de uso, esfera política, domínios morfoclimáticos e área.

<i>Grupo</i>	<i>Código UC</i>	<i>Nome Da UC</i>	<i>Esfera Administrativa</i>	<i>Categoria de Manejo</i>	<i>Ano de Criação</i>	<i>Plano de Manejo</i>	<i>Conselho Gestor</i>	<i>Órgão Gestor</i>	<i>(Área ha)</i>	<i>Domínios morfoclimáticos declarados</i>
<i>Proteção Integral</i>	0000.21.1886	Parque Estadual Marinho Do Parcel De Manuel Luís	Estadual	Parque	1991	Sim	Sim	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	45.129	Área Marinha
	0000.21.3543	Parque Estadual Marinho Banco Do Tarol	Estadual	Parque	2014	Não	Não	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	34.188	Área Marinha
	0000.21.3544	Parque Estadual Marinho Banco Do Álvaro	Estadual	Parque	2014	Não	Sim	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	45.133	Área Marinha
	0000.00.0207	Reserva Biológica Do Gurupi	Federal	Reserva Biológica	1961	Sim	Sim	Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade	271.465	Amazônia
	0000.21.1882	Parque Estadual Do Bacanga	Estadual	Parque	1980	Não	Não	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	3.165	Amazônia
	0000.21.1891	Parque Estadual Do Sítio Do Rangedor	Estadual	Parque	2005	Sim	Sim	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	121	Amazônia

Uso Sustentável	0000.00.018 0	Parque Nacional Dos Lençóis Maranhenses	Federal	Parque	1981	Sim	Sim	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	157.175	Cerrado
	0000.00.027 2	Parque Nacional Da Chapada Das Mesas	Federal	Parque	2005	Não	Sim	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	159.954	Cerrado
	0000.21.196 3	Parque Estadual De Mirador	Estadual	Parque	1980	Não	Sim	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma		501.213	Cerrado
	0080.21.361 5	Parque Natural Municipal Riacho Estrela	Municipal	Parque	2017	Não	Não	Prefeitura Municipal De Anapurus - Ma		5	Cerrado
	0000.00.027 9	Reserva Extrativista Cururupu	Federal	Reserva Extrativista	2004	Sim	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	186.055	Área Marinha
	0000.00.365 1	Reserva Extrativista Itapetininga	Federal	Reserva Extrativista	2018	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	16.294	Amazônia
	0000.00.365 4	Reserva Extrativista Arapiranga- Tromai	Federal	Reserva Extrativista	2018	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	186.939	Área Marinha
	0000.21.188 5	Área De Proteção Ambiental Das Reentrâncias Maranhenses	Estadual	Área de Proteção Ambiental	1991	Não	Não	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma		2.633.799	Área Marinha
	0000.00.131 4	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Fazenda Santo Antonio Do	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1998	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	2.152	Amazônia

	Pindaré, Gleba Barra Da Jurema										
0000.00.1315	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Fazenda São José, Gleba Itinga A - Lote 390	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1996	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	705		Amazônia
0000.00.1316	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Amoreira	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	2001	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	347		Amazônia
0000.00.1320	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Fazenda Boa Esperança	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1997	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	75		Amazônia
0000.00.1322	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Estância Pedreiras	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	2001	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	38		Amazônia
0000.00.1323	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Sítio Jaquarema	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1990	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	8		Amazônia
0000.00.1324	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Jaguarema	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1998	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	3		Amazônia
000.00.1358	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Fazenda Santo Antônio	Federal	Reserva Particular do	2025	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	5866,95		Amazônia

	Nova Descoberta Ii		Patrimônio Natural							
0000.21.189 0	Área De Proteção Ambiental Do Itapiracó	Estadual	Área de Proteção Ambiental	1997	Não	Não	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	355	Amazônia	
0000.21.189 3	Área De Proteção Ambiental Da Região Do Maracanã	Estadual	Área de Proteção Ambiental	1991	Sim	Não	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	1.831,00	Amazônia	
0000.00.152 0	Reserva Extrativista Quilombo Do Frechal	Federal	Reserva Extrativist a	1992	Não	Sim	Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade	9.338	Amazônia	
0000.00.151 9	Reserva Extrativista Do Ciriáco	Federal	Reserva Extrativist a	1992	Não	Sim	Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade	8.107	Amazônia	
0000.00.365 3	Reserva Extrativista Da Baía Do Tubarão	Federal	Reserva Extrativist a	2018	Não	Não	Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade	223.933	Área Marinha	
0000.21.188 7	Área De Proteção Ambiental Da Baixada Maranhense	Estadual	Área de Proteção Ambiental	1991	Não	Não	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	1.728.303	Amazônia	
0000.21.188 8	Área De Proteção Ambiental De Upaon-Açu / Miritiba / Alto Preguiças	Estadual	Área de Proteção Ambiental	1992	Não	Não	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	1.558.431	Cerrado	
0000.21.188 9	Área De Proteção Ambiental Da Foz Do Rio Das Preguiças - Pequenos Lençóis	Estadual	Área de Proteção Ambiental	1991	Não	Não	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	206.119	Cerrado	

	- Região Lagunar Adjacente									
0000.21.189 2	Área De Proteção Ambiental Dos Morros Garapenses	Estadual	Área de Proteção Ambiental	2010	Não	Não	Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma	234.330	Cerrado	
0330.21.348 5	Área De Proteção Ambiental Trizidela De Uso Sustentável	Municipal	Área de Proteção Ambiental	2016	Não	Não	Secretaria Municipal De Meio Ambiente, Finanças E Planejamento De Codó - Ma	26	Cerrado	
0000.00.131 7	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Fazenda São Francisco	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1997	Não	Não	Instituto Mendes De Conservação Da Biodiversidade Chico De	150	Cerrado	
0000.00.131 8	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Estiva	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1994	Não	Não	Instituto Mendes De Conservação Da Biodiversidade Chico De	117	Cerrado	
0000.00.131 9	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Ilha Do Caju	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1999	Não	Não	Instituto Mendes De Conservação Da Biodiversidade Chico De	101	Cerrado	
0000.00.132 1	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Fazenda Pantanal	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1999	Não	Não	Instituto Mendes De Conservação Da Biodiversidade Chico De	41	Cerrado	
0140.21.350 9	Area De Proteção Ambiental Parque Centenario De Balsas	Municipal	Área de Proteção Ambiental	2017	Não	Não	Secretaria Municipal De Meio Ambiente E Recursos Hídricos De Balsas - Ma	13	Cerrado	

0000.00.022 6	Reserva Extrativista Mata Grande	Federal	Reserva Extrativista	1992	Não	Sim	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	11.432	Cerrado
0000.00.156 4	Reserva Extrativista Chapada Limpa	Federal	Reserva Extrativista	2007	Não	Sim	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	11.973	Cerrado
0000.00.308 7	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Prata	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	2013	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	90	Cerrado
0000.00.447 9	Reserva Particular Do Patrimônio Natural Fazenda Chapadões	Federal	Reserva Particular do Patrimônio Natural	2021	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	1747.50	Cerrado
1220.21.360 5	Área De Proteção Ambiental, De Uso Sustentável, Sucupira	Municipal	Área de Proteção Ambiental	2017	Não	Não	Secretaria Municipal Do Meio Ambiente De Timon - Ma	7		Cerrado
0000.00.022 5	Reserva Extrativista Marinha Do Delta Do Parnaíba	Federal	Reserva Extrativista	2000	Não	Não	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	27.022	Cerrado
	Área De Proteção Ambiental Da Lagoa Da Jansen	Estadual	Área de Proteção Ambiental	1988	não		Secretaria De Estado De Meio Ambiente E Recursos Naturais Do Maranhão - Ma		196,965	Amazônia
0000.00.001 9	Área De Proteção Ambiental Delta Do Parnaíba	Federal	Área de Proteção Ambiental	1996	Não	Sim	Instituto Mendes Conservação Biodiversidade	Chico De Da	144.242,13	Cerrado, Zona Costeira e Marítima

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Apêndice B. Lista das 679 táxons trabalhada nesse estudo, suas respectivas ordem, famílias, nome em português e critério de ameaças segundo IUCN e ICMBio.

Legenda: CR=Criticamente em Perigo, EN= Em Perigo, VU= Vulnerável, NT=Quase Ameaçada, LC=Pouco Preocupante, ND-Não Avaliada e NA= Não se Aplica.

<i>Categoria</i>	<i>Nome do táxon (com autoria)</i>	<i>Nome Comum</i>	<i>IUCN</i>	<i>ICMBio</i>	<i>SEMA</i>	<i>Endêmica</i>	<i>Status</i>
Ordem	Tinamiformes Huxley, 1872						
<i>Família</i>	Tinamidae Gray, 1840						
<i>Gênero</i>	<i>Tinamus</i> Hermann, 1783						
<i>Espécie</i>	<i>Tinamus tao</i> Temminck, 1815	azulona	VU	VU	EN	Não	BR
<i>Espécie</i>	<i>Tinamus major</i> (Gmelin, 1789)	inhambu-serra	LC	LC	CR	Não	BR
<i>Espécie</i>	<i>Tinamus guttatus</i> Pelzeln, 1863	inhambu-galinha	NT	LC	LC	Não	BR
<i>Gênero</i>	<i>Crypturellus</i> Brabourne & Chubb, 1914						
<i>Espécie</i>	<i>Crypturellus cinereus</i> (Gmelin, 1789)	inhambu-pixuna	NT	LC	LC	Não	BR
<i>Espécie</i>	<i>Crypturellus soui</i> (Hermann, 1783)	tururim	NT	LC	LC	Não	BR
<i>Subespécie</i>	<i>Crypturellus soui albigularis</i> (Brabourne & Chubb, 1914)		NT	LC	LC	Não	
<i>Espécie</i>	<i>Crypturellus undulatus</i> (Temminck, 1815)	jaó	NT	LC	LC	Não	BR
<i>Subespécie</i>	<i>Crypturellus undulatus vermiculatus</i> (Temminck, 1825)		NT	LC	LC	Não	
<i>Espécie</i>	<i>Crypturellus strigulosus</i> (Temminck, 1815)	inhambu-relógio	NT	LC	VU	Não	BR
<i>Espécie</i>	<i>Crypturellus variegatus</i> (Gmelin, 1789)	inhambu-anhangá	LC	LC	VU	Não	BR
<i>Espécie</i>	<i>Crypturellus parvirostris</i> (Wagler, 1827)	inhambu-chororó	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Espécie</i>	<i>Crypturellus tataupa</i> (Temminck, 1815)	inhambu-chintã	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Gênero</i>	<i>Rhynchotus</i> Spix, 1825						
<i>Espécie</i>	<i>Rhynchotus rufescens</i> (Temminck, 1815)	perdiz	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Gênero</i>	<i>Nothura</i> Wagler, 1827						
<i>Espécie</i>	<i>Nothura boraquira</i> (Spix, 1825)	codorna-do-nordeste	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Espécie</i>	<i>Nothura maculosa</i> (Temminck, 1815)	codorna-amarela	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Família</i>	Anhimidae Stejneger, 1885						
<i>Gênero</i>	<i>Anhima</i> Brisson, 1760						
<i>Espécie</i>	<i>Anhima cornuta</i> (Linnaeus, 1766)	anhuma	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Família</i>	Anatidae Leach, 1820						
<i>Gênero</i>	<i>Dendrocygna</i> Swainson, 1837						
<i>Espécie</i>	<i>Dendrocygna viduata</i> (Linnaeus, 1766)	irerê	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Espécie</i>	<i>Dendrocygna autumnalis</i> (Linnaeus, 1758)	marreca-cabocla	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Subespécie</i>	<i>Dendrocygna autumnalis autumnalis</i> (Linnaeus, 1758)		LC	LC	LC	Não	

Gênero	Cairina Fleming, 1822							
Espécie	Cairina moschata (Linnaeus, 1758)	pato-do-mato	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Sarkidiornis Eyton, 1838							
Espécie	Sarkidiornis sylvicola Ihering & Ihering, 1907	pato-de-crista	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Amazonetta Boetticher, 1929							
Espécie	Amazonetta brasiliensis (Gmelin, 1789)	marreca-ananaí	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Amazonetta brasiliensis brasiliensis (Gmelin, 1789)		LC	LC	LC	Não		
Gênero	Spatula Boie, 1822							
Espécie	Spatula discors (Linnaeus, 1766)	marreca-de-asa-azul	LC	LC	LC	Não	VI (N)	
Gênero	Anas Linnaeus, 1758							
Espécie	Anas bahamensis Linnaeus, 1758	marreca-toicinho	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Nomonyx Ridgway, 1880							
Espécie	Nomonyx dominicus (Linnaeus, 1766)	marreca-caucau	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Cracidae Rafinesque, 1815							
Gênero	Penelope Merrem, 1786							
Espécie	Penelope superciliaris Temminck, 1815	jacupemba	NT	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Penelope pileata Wagler, 1830	jacupiranga	VU	VU	EN	Sim	BR, En	
Espécie	Penelope jacucaca Spix, 1825	jacucaca	VU	VU	CR	Sim	BR, En	
Gênero	Aburria Reichenbach, 1853							
Espécie	Aburria kujubi (Pelzeln, 1858)	kujubi	VU	VU	CR	Não	BR	
Gênero	Ortalis Merrem, 1786							
Espécie	Ortalis superciliaris (Gray, 1867)	aracuã-de-sobrancelhas	LC	LC	LC	Não	BR, En	
Gênero	Crax Linnaeus, 1758							
Espécie	Crax fasciolata Spix, 1825	mutum-de-penacho					BR	
Subespécie	Crax fasciolata pinima Pelzeln, 1870		VU	CR	CR	Sim		
Gênero	Pauxi Temminck, 1813							
Espécie	Pauxi tuberosa (Spix, 1825)	mutum-cavalo	LC	LC	EN	Não	BR	
Família	Odontophoridae Gould, 1844							
Gênero	Odontophorus Vieillot, 1816							
Espécie	Odontophorus gujanensis (Gmelin, 1789)	uru-corcovado	LC	LC	VU	Não	BR	
Família	Podicipedidae Bonaparte, 1831							
Gênero	Tachybaptus Reichenbach, 1853							
Espécie	Tachybaptus dominicus (Linnaeus, 1766)	mergulhão-pequeno	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Tachybaptus brachyrhynchus (Chapman, 1899)		LC	LC	LC	Não		
Gênero	Podilymbus Lesson, 1831							

Espécie	<i>Podilymbus podiceps</i> (Linnaeus, 1758)	mergulhão-caçador	LC	LC	LC	Não	BR
	Columbiformes Latham, 1790						
Família	Columbidae Leach, 1820						
Gênero	<i>Columba</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Columba livia</i> Gmelin, 1789	pombo-doméstico	LC	NA	LC	Não	BR, In
Subespécie	<i>Columba livia livia</i> Gmelin, 1789		LC	NA	LC	Não	
Gênero	<i>Patagioenas</i> Reichenbach, 1853						
Espécie	<i>Patagioenas speciosa</i> (Gmelin, 1789)	pomba-trocal	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Patagioenas picazuro</i> (Temminck, 1813)	pomba-asa-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Patagioenas picazuro marginalis</i> (Naumburg, 1932)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Patagioenas cayennensis</i> (Bonnaterre, 1792)	pomba-galega	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Patagioenas plumbea</i> (Vieillot, 1818)	pomba-amargosa	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Patagioenas subvinacea</i> (Lawrence, 1868)	pomba-botafogo	LC	LC	VU	Não	BR
Gênero	<i>Geotrygon</i> Gosse, 1847						
Espécie	<i>Geotrygon montana</i> (Linnaeus, 1758)	pariri	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Leptotila</i> Swainson, 1837						
Espécie	<i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte, 1855	juriti-pupu	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Leptotila verreauxi brasiliensis</i> (Bonaparte, 1856)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Leptotila rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792)	juriti-de-testa-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Leptotila rufaxilla rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Zenaida</i> Bonaparte, 1838						
Espécie	<i>Zenaida auriculata</i> (Des Murs, 1847)	avoante	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Claravis</i> Oberholser, 1899						
Espécie	<i>Claravis pretiosa</i> (Ferrari-Perez, 1886)	pararu-azul	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Uropelia</i> Bonaparte, 1855						
Espécie	<i>Uropelia campestris</i> (Spix, 1825)	rolinha-vaqueira	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Uropelia campestris campestris</i> (Spix, 1825)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Columbina</i> Spix, 1825						
Espécie	<i>Columbina passerina</i> (Linnaeus, 1758)	rolinha-cinzenta	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Columbina passerina griseola</i> Spix, 1825		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Columbina minuta</i> (Linnaeus, 1766)	rolinha-de-asa-canela	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Columbina minuta minuta</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1811)	rolinha-roxa	LC	LC	LC	Não	BR

Subespécie	<i>Columbina talpacoti talpacoti</i> (Temminck, 1810)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Columbina squammata</i> (Lesson, 1831)	rolinha-fogo-apagou	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Columbina squammata squammata</i> (Lesson, 1831)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Columbina picui</i> (Temminck, 1813)	rolinha-picuí	LC	LC	LC	Não	BR
	Cuculiformes Wagler, 1830						
Família	Cuculidae Leach, 1820						
Gênero	<i>Guira</i> Lesson, 1830						
Espécie	<i>Guira guira</i> (Gmelin, 1788)	anu-branco	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Crotophaga</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Crotophaga major</i> Gmelin, 1788	anu-coroca	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Crotophaga ani</i> Linnaeus, 1758	anu-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Tapera</i> Thunberg, 1819						
Espécie	<i>Tapera naevia</i> (Linnaeus, 1766)	saci	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Tapera naevia naevia</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Dromococcyx</i> Wied, 1832						
Espécie	<i>Dromococcyx phasianellus</i> (Spix, 1824)	peixe-frito	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Dromococcyx pavoninus</i> Pelzeln, 1870	peixe-frito-pavonino	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Neomorphus</i> Gloger, 1827						
Espécie	<i>Neomorphus geoffroyi</i> (Temminck, 1820)	jacu-estalo					BR
Subespécie	<i>Neomorphus geoffroyi amazonicus</i> Pinto, 1964		VU	VU	VU	Não	
Gênero	<i>Coccyzua</i> Lesson, 1830						
Espécie	<i>Coccyzua minuta</i> (Vieillot, 1817)	chincão-pequeno	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Coccyzua minuta minuta</i> (Vieillot, 1817)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Piaya</i> Lesson, 1830						
Espécie	<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	alma-de-gato	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Piaya cayana hellmayri</i> Pinto, 1938		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Coccyzus</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Coccyzus melacoryphus</i> Vieillot, 1817	papa-lagarta-acanelado	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Coccyzus americanus</i> (Linnaeus, 1758)	papa-lagarta-de-asa-vermelha	LC	LC	LC	Não	VI (N)
Subespécie	<i>Coccyzus americanus americanus</i> (Linnaeus, 1758)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Coccyzus euleri</i> Cabanis, 1873	papa-lagarta-de-euler	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Coccyzus minor</i> (Gmelin, 1788)	papa-lagarta-do-mangue	LC	LC	LC	Não	BR
	Nyctibiiformes Yuri, Kimball, Harshman, Bowie, Braun, Chojnowski, Hackett, Huddleston, Moore, Reddy, Sheldon, Steadman, Witt & Braun, 2013						

Família	Nyctibiidae Chenu & Des Murs, 1851						
Gênero	Nyctibius Vieillot, 1816						
Espécie	Nyctibius grandis (Gmelin, 1789)	urutau-grande	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Nyctibius aethereus (Wied, 1820)	urutau-pardo	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Nyctibius griseus (Gmelin, 1789)	urutau	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Nyctibius griseus griseus (Gmelin, 1789)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	Nyctibius leucopterus (Wied, 1821)	urutau-de-asa-branca	LC	CR	CR	Não	BR
	Caprimulgiformes Ridgway, 1881						
Família	Caprimulgidae Vigors, 1825						
Gênero	Nyctiphrynus Bonaparte, 1857						
Espécie	Nyctiphrynus ocellatus (Tschudi, 1844)	bacurau-ocelado	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Antrostomus Bonaparte, 1838						
Espécie	Antrostomus rufus (Boddaert, 1783)	joão-corta-pau	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Antrostomus sericocaudatus Cassin, 1849	bacurau-rabo-de-seda	LC	LC	VU	Não	BR
Gênero	Lurocalis Cassin, 1851						
Espécie	Lurocalis semitorquatus (Gmelin, 1789)	tuju	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Lurocalis semitorquatus nattereri (Temminck, 1822)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	Nyctiprogne Bonaparte, 1857						
Espécie	Nyctiprogne leucopyga (Spix, 1825)	bacurau-de-cauda-barrada	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Nyctiprogne leucopyga leucopyga (Spix, 1825)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	Nyctidromus Gould, 1838						
Espécie	Nyctidromus nigrescens (Cabanis, 1849)	bacurau-de-lajeado	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Nyctidromus albicollis (Gmelin, 1789)	bacurau	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Nyctidromus albicollis albicollis (Gmelin, 1789)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	Hydropsalis Wagler, 1832						
Espécie	Hydropsalis parvula (Gould, 1837)	bacurau-chintã	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Hydropsalis maculicaudus (Lawrence, 1862)	bacurau-de-rabo-maculado	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Hydropsalis torquata (Gmelin, 1789)	bacurau-tesoura	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Nannochordeiles Hartert, 1896						
Espécie	Nannochordeiles pusillus (Gould, 1861)	bacurauzinho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Podager Wagler, 1832						
Espécie	Podager nacunda (Vieillot, 1817)	corucão	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Podager nacunda nacunda (Vieillot, 1817)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	Chordeiles Swainson, 1832						

Espécie	<i>Chordeiles minor</i> (Forster, 1771)	bacurau-norte-americano	LC	LC	LC	Não	VI (N)
Espécie	<i>Chordeiles acutipennis</i> (Hermann, 1783)	bacurau-de-asa-fina	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Apodidae Olphe-Galliard, 1887						
Gênero	<i>Cypseloides</i> Streubel, 1848						
Espécie	<i>Cypseloides senex</i> (Temminck, 1826)	taperuçu-velho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Streptoprocne</i> Oberholser, 1906						
Espécie	<i>Streptoprocne zonaris</i> (Shaw, 1796)	taperuçu-de-coleira-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Chaetura</i> Stephens, 1826						
Espécie	<i>Chaetura spinicaudus</i> (Temminck, 1839)	andorinhão-de-sobre-branco	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Chaetura chapmani</i> Hellmayr, 1907	andorinhão-de-chapman	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Chaetura meridionalis</i> Hellmayr, 1907	andorinhão-do-temporal	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Chaetura brachyura</i> (Jardine, 1846)	andorinhão-de-rabo-curto	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Chaetura brachyura brachyura</i> (Jardine, 1846)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Tachornis</i> Gosse, 1847						
Espécie	<i>Tachornis squamata</i> (Cassin, 1853)	andorinhão-do-buriti	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Panyptila</i> Cabanis, 1847						
Espécie	<i>Panyptila cayennensis</i> (Gmelin, 1789)	andorinhão-estofador	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Trochilidae Vigors, 1825						
Gênero	<i>Topaza</i> Gray, 1840						
Espécie	<i>Topaza pella</i> (Linnaeus, 1758)	beija-flor-brilho-de-fogo	LC	LC	CR	Não	BR
Gênero	<i>Florisuga</i> Bonaparte, 1850						
Espécie	<i>Florisuga mellivora</i> (Linnaeus, 1758)	beija-flor-azul-de-rabo-branco	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Florisuga mellivora mellivora</i> (Linnaeus, 1758)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Glaucis</i> Boie, 1831						
Espécie	<i>Glaucis hirsutus</i> (Gmelin, 1788)	balança-rabo-de-bico-torto	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Glaucis hirsutus hirsutus</i> (Gmelin, 1788)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Threnetes</i> Gould, 1852						
Espécie	<i>Threnetes leucurus</i> (Linnaeus, 1766)	balança-rabo-de-garganta-preta	LC	LC	VU	Não	BR
Gênero	<i>Anopetia</i> Simon, 1918						
Espécie	<i>Anopetia gounellei</i> (Boucard, 1891)	rabo-branco-de-cauda-larga	LC	LC	LC	Não	BR, En
Gênero	<i>Phaethornis</i> Swainson, 1827						
Espécie	<i>Phaethornis maranhaoensis</i> Grantsau, 1968	rabo-branco-do-maranhão	DD	LC	LC	Sim	BR, En
Espécie	<i>Phaethornis ruber</i> (Linnaeus, 1758)	rabo-branco-rubro	LC	LC	LC	Não	BR

Subespécie	<i>Phaethornis ruber episcopus</i> Gould, 1857		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Phaethornis superciliosus</i> (Linnaeus, 1766)	rabo-branco-de-bigodes	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Heliathryx</i> Boie, 1831						
Espécie	<i>Heliathryx auritus</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-bochecha-azul	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Polytmus</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Polytmus guainumbi</i> (Pallas, 1764)	beija-flor-de-bico-curvo	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Polytmus guainumbi thaumantias</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Polytmus theresiae</i> (Da Silva Maia, 1843)	beija-flor-verde	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Avocettula</i> Reichenbach, 1849						
Espécie	<i>Avocettula recurvirostris</i> (Swainson, 1822)	beija-flor-de-bico-virado	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Chrysolampis</i> Boie, 1831						
Espécie	<i>Chrysolampis mosquitus</i> (Linnaeus, 1758)	beija-flor-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Anthracothonax</i> Boie, 1831						
Espécie	<i>Anthracothonax nigricollis</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-de-veste-preta	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Discosura</i> Bonaparte, 1850						
Espécie	<i>Discosura longicauda</i> (Gmelin, 1788)	bandeirinha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Lophornis</i> Lesson, 1829						
Espécie	<i>Lophornis gouldii</i> (Lesson, 1832)	topetinho-do-brasil-central	VU	VU	EN	Não	BR
Gênero	<i>Heliomaster</i> Bonaparte, 1850						
Espécie	<i>Heliomaster longirostris</i> (Audebert & Vieillot, 1801)	bico-reto-cinzento	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Calliphlox</i> Boie, 1831						
Espécie	<i>Calliphlox amethystina</i> (Boddaert, 1783)	estrelinha-ametista	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Chlorostilbon</i> Gould, 1853						
Espécie	<i>Chlorostilbon mellisugus</i> (Linnaeus, 1758)	esmeralda-de-cauda-azul	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Chlorostilbon lucidus</i> (Shaw, 1812)	besourinho-de-bico-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Campylopterus</i> Swainson, 1827						
Espécie	<i>Campylopterus largipennis</i> (Boddaert, 1783)	asa-de-sabre-da-guiana	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Campylopterus obscurus</i> Gould, 1848	asa-de-sabre-de-cauda-escura	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Thalurania</i> Gould, 1848						
Espécie	<i>Thalurania furcata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura-verde	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Thalurania furcata furcatoides</i> Gould, 1861		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Eupetomena</i> Gould, 1853						
Espécie	<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Eupetomena macroura macroura</i> (Gmelin, 1788)		LC	LC	LC	Não	

Gênero	<i>Chrysuronia</i> Bonaparte, 1850						
Espécie	<i>Chrysuronia versicolor</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-de-banda-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Chrysuronia leucogaster</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-barriga-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Chionomesa</i> Simon, 1921						
Espécie	<i>Chionomesa fimbriata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-garganta-verde	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Chionomesa fimbriata nigricauda</i> (Elliot, 1878)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Chlorestes</i> Reichenbach, 1854						
Espécie	<i>Chlorestes cyanus</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-roxo	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Chlorestes notata</i> (Reich, 1793)	beija-flor-de-garganta-azul	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Chlorestes notata notata</i> (Reich, 1793)		LC	LC	LC	Não	
Família	Opisthocomidae Swainson, 1837						
Gênero	<i>Opisthocomus</i> Illiger, 1811						
Espécie	<i>Opisthocomus hoazin</i> (Statius Muller, 1776)	cigana	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Aramidae Bonaparte, 1852						
Gênero	<i>Aramus</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Aramus guarauna</i> (Linnaeus, 1766)	carão	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Aramus guarauna guarauna</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Família	Psophiidae Bonaparte, 1831						
Gênero	<i>Psophia</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Psophia obscura</i> Pelzeln, 1857	jacamim-de-costas-escuras	CR	CR	CR	Sim	BR, En
Família	Rallidae Rafinesque, 1815						
Gênero	<i>Rallus</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Rallus longirostris</i> Boddaert, 1783	saracura-matraca	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Porphyrio</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Porphyrio martinica</i> (Linnaeus, 1766)	frango-d'água-azul	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Porphyrio flavirostris</i> (Gmelin, 1789)	frango-d'água-pequeno	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Rufirallus</i> Bonaparte, 1856						
Espécie	<i>Rufirallus viridis</i> (Statius Muller, 1776)	sanã-castanha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Laterallus</i> Gray, 1855						
Espécie	<i>Laterallus flaviventer</i> (Boddaert, 1783)	sanã-amarela	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Laterallus flaviventer flaviventer</i> (Boddaert, 1783)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Laterallus melanophaius</i> (Vieillot, 1819)	sanã-parda	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Laterallus melanophaius melanophaius</i> (Vieillot, 1819)		LC	LC	LC	Não	

Espécie	<i>Laterallus exilis</i> (Temminck, 1831)	sanã-do-capim	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Laterallus jamaicensis</i> (Gmelin, 1789)	sanã-preta	EN	DD	CR	Não	BR
Gênero	<i>Mustelirallus</i> Bonaparte, 1856						
Espécie	<i>Mustelirallus albicollis</i> (Vieillot, 1819)	sanã-carijó	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Mustelirallus albicollis albicollis</i> (Vieillot, 1819)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Neocrex</i> Sclater & Salvin, 1868						
Espécie	<i>Neocrex erythrops</i> (Sclater, 1867)	turu-turu	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Neocrex erythrops olivascens</i> Chubb, 1917		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Pardirallus</i> Bonaparte, 1856						
Espécie	<i>Pardirallus maculatus</i> (Boddaert, 1783)	saracura-carijó	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Pardirallus maculatus maculatus</i> (Boddaert, 1783)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Aramides</i> Pucheran, 1845						
Espécie	<i>Aramides ypecaha</i> (Vieillot, 1819)	saracuruçu	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Aramides mangle</i> (Spix, 1825)	saracura-do-mangue	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Aramides cajaneus</i> (Statius Muller, 1776)	saracura-três-potes	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Aramides cajaneus cajaneus</i> (Statius Muller, 1776)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Gallinula</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Gallinula galeata</i> (Lichtenstein, 1818)	galinha-d'água	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Gallinula galeata galeata</i> (Lichtenstein, 1818)		LC	LC	LC	Não	
Família	Heliornithidae Gray, 1840						
Gênero	<i>Heliornis</i> Bonnatere, 1791						
Espécie	<i>Heliornis fulica</i> (Boddaert, 1783)	picaparra	LC	LC	LC	Não	BR
	Charadriiformes Huxley, 1867						
Família	Charadriidae Leach, 1820						
Gênero	<i>Pluvialis</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Pluvialis dominica</i> (Statius Muller, 1776)	batuiriçu	LC	LC	LC	Não	VI (N)
Espécie	<i>Pluvialis squatarola</i> (Linnaeus, 1758)	batuiriçu-de-axila-preta	LC	LC	CR	Não	VI (N)
Gênero	<i>Vanellus</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Vanellus cayanus</i> (Latham, 1790)	mexeriqueira	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782)	quero-quero	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Vanellus chilensis lampronotus</i> (Wagler, 1827)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Charadrius</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Charadrius semipalmatus</i> Bonaparte, 1825	batuíra-de-bando	LC	LC	LC	Não	VI (N)
Espécie	<i>Charadrius wilsonia</i> Ord, 1814	batuíra-bicuda	LC	VU	VU	Não	BR
Espécie	<i>Charadrius collaris</i> Vieillot, 1818	batuíra-de-coleira	LC	LC	LC	Não	BR

Família	Haematopodidae Bonaparte, 1838							
Gênero	Haematopus Linnaeus, 1758							
Espécie	Haematopus palliatus	piru-piru	LC	LC	LC	Não	BR	
Temminck, 1820								
Família	Recurvirostridae Bonaparte, 1831							
Gênero	Himantopus Brisson, 1760							
Espécie	Himantopus mexicanus (Statius Muller, 1776)	pernilongo-de-costas-negras	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Scolopacidae Rafinesque, 1815							
Gênero	Numenius Brisson, 1760							
Espécie	Numenius hudsonicus Latham, 1790	maçarico-de-bico-torto	LC	VU	CR	Não	VI (N)	
Gênero	Arenaria Brisson, 1760							
Espécie	Arenaria interpres (Linnaeus, 1758)	vira-pedras	LC	NT	CR	Não	VI (N)	
Gênero	Calidris Merrem, 1804							
Espécie	Calidris canutus (Linnaeus, 1758)	maçarico-de-papo-vermelho					VI (N)	
Subespécie	Calidris canutus rufa (Wilson, 1813)		NT	VU	CR	Não		
Espécie	Calidris alba (Pallas, 1764)	maçarico-branco	LC	LC	LC	Não	VI (N)	
Espécie	Calidris minutilla (Vieillot, 1819)	maçariquinho	NT	LC	LC	Não	VI (N)	
Espécie	Calidris fuscicollis (Vieillot, 1819)	maçarico-de-sobre-branco	VU	LC	LC	Não	VI (N)	
Espécie	Calidris melanotos (Vieillot, 1819)	maçarico-de-colete	LC	LC	LC	Não	VI (N)	
Espécie	Calidris pusilla (Linnaeus, 1766)	maçarico-rasteirinho	NT	EN	CR	Não	VI (N)	
Espécie	Calidris mauri (Cabanis, 1857)	maçarico-do-alasca	LC	NA	LC	Não	VA (N)	
Gênero	Limnodromus Wied, 1833							
Espécie	Limnodromus griseus (Gmelin, 1789)	maçarico-de-costas-brancas	VU	EN	CR	Não	VI (N)	
Gênero	Gallinago Brisson, 1760							
Espécie	Gallinago paraguaiiae (Vieillot, 1816)	narceja	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Actitis Illiger, 1811							
Espécie	Actitis macularius (Linnaeus, 1766)	maçarico-pintado	LC	LC	LC	Não	VI (N)	
Gênero	Tringa Linnaeus, 1758							
Espécie	Tringa solitaria Wilson, 1813	maçarico-solitário	LC	LC	LC	Não	VI (N)	
Subespécie	Tringa solitaria solitaria Wilson, 1813		LC	LC	LC	Não		
Espécie	Tringa melanoleuca (Gmelin, 1789)	maçarico-grande-de-perna-amarela	NT	LC	LC	Não	VI (N)	
Espécie	Tringa semipalmata (Gmelin, 1789)	maçarico-de-asa-branca	LC	LC	EN	Não	VI (N)	
Espécie	Tringa flavipes (Gmelin, 1789)	maçarico-de-perna-amarela	LC	LC	LC	Não	VI (N)	
Família	Jacanidae Chenu & Des Murs, 1854							
Gênero	Jacana Brisson, 1760							
Espécie	Jacana jacana (Linnaeus, 1766)	jaçanã	LC	LC	LC	Não	BR	

Família	Stercorariidae Gray, 1870						
Gênero	<i>Stercorarius</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Stercorarius skua</i> (Brünnich, 1764)	mandrião-grande	LC	LC	LC	Não	VA# (E)
Família	Laridae Rafinesque, 1815						
Gênero	<i>Chroicocephalus</i> Eyton, 1836						
Espécie	<i>Chroicocephalus maculipennis</i> (Lichtenstein, 1823)	gaivota-maria-velha	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Chroicocephalus cirrocephalus</i> (Vieillot, 1818)	gaivota-de-cabeça-cinza	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Leucophaeus</i> Bruch, 1853						
Espécie	<i>Leucophaeus atricilla</i> (Linnaeus, 1758)	gaivota-alegre	LC	LC	LC	Não	VI (N)
Gênero	<i>Larus</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Larus dominicanus</i> Lichtenstein, 1823	gaivotão	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Anous</i> Stephens, 1826						
Espécie	<i>Anous stolidus</i> (Linnaeus, 1758)	trinta-réis-escuro	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Rynchops</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Rynchops niger</i> Linnaeus, 1758	talha-mar	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Rynchops niger intercedens</i> Saunders, 1895		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Sternula</i> Boie, 1822						
Espécie	<i>Sternula antillarum</i> Lesson, 1847	trinta-réis-miúdo	LC	LC	VU	Não	VI (N), BR
Espécie	<i>Sternula superciliaris</i> (Vieillot, 1819)	trinta-réis-pequeno	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Phaetusa</i> Wagler, 1832						
Espécie	<i>Phaetusa simplex</i> (Gmelin, 1789)	trinta-réis-grande	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Phaetusa simplex simplex</i> (Gmelin, 1789)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Gelochelidon</i> Brehm, 1830						
Espécie	<i>Gelochelidon nilotica</i> (Gmelin, 1789)	trinta-réis-de-bico-preto	LC	LC	LC	Não	BR, VI (N)
Gênero	<i>Chlidonias</i> Rafinesque, 1822						
Espécie	<i>Chlidonias niger</i> (Linnaeus, 1758)	trinta-réis-negro	LC	NA	LC	Não	VI (N, E)
Gênero	<i>Sterna</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Sterna hirundo</i> Linnaeus, 1758	trinta-réis-boreal	LC	LC	LC	Não	VI (N, E)
Espécie	<i>Sterna dougallii</i> Montagu, 1813	trinta-réis-róseo	LC	VU	LC	Não	VI (N), VA (E)
Espécie	<i>Sterna vittata</i> Gmelin, 1789	trinta-réis-antártico	LC	LC	LC	Não	VA (S)
Gênero	<i>Thalasseus</i> Boie, 1822						
Espécie	<i>Thalasseus acutiflavus</i> (Cabot, 1847)	trinta-réis-de-bando	LC	VU	EN	Não	BR, VI (S, N)
Espécie	<i>Thalasseus maximus</i> (Boddaert, 1783)	trinta-réis-real	LC	EN	VU	Não	BR, VI (S, N?)
Família	Eurypygidae Selby, 1840						
Gênero	<i>Eurypyga</i> Illiger, 1811						
Espécie	<i>Eurypyga helias</i> (Pallas, 1781)	pavãozinho-do-pará	LC	LC	LC	Não	BR

<i>Família</i>	Diomedidae Gray, 1840						
<i>Gênero</i>	<i>Thalassarche</i> Reichenbach, 1853						
<i>Espécie</i>	<i>Thalassarche chlororhynchos</i> (Gmelin, 1789)	albatroz-de-nariz-amarelo	EN	VU	EN	Sim	VI (S)
<i>Família</i>	Procellariidae Leach, 1820						
<i>Gênero</i>	<i>Calonectris</i> Mathews & Iredale, 1915						
<i>Espécie</i>	<i>Calonectris borealis</i> (Cory, 1881)	cagarra-grande	LC	LC	LC	Não	VI (E)
<i>Gênero</i>	<i>Ardenna</i> Reichenbach, 1852						
<i>Espécie</i>	<i>Ardenna gravis</i> (O'Reilly, 1818)	pardela-de-barrete	LC	LC	LC	Não	VI (S)
<i>Família</i>	Ciconiiformes Bonaparte, 1854						
<i>Gênero</i>	Ciconiidae Sundevall, 1836						
<i>Espécie</i>	<i>Ciconia</i> Brisson, 1760						
<i>Gênero</i>	<i>Ciconia maguari</i> (Gmelin, 1789)	maguari	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Espécie</i>	<i>Jabiru mycteria</i> (Lichtenstein, 1819)	tuiuiú	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Gênero</i>	<i>Mycteria</i> Linnaeus, 1758						
<i>Espécie</i>	<i>Mycteria americana</i> Linnaeus, 1758	cabeça-seca	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Família</i>	Suliformes Sharpe, 1891						
<i>Gênero</i>	Fregatidae Degland & Gerbe, 1867						
<i>Espécie</i>	<i>Fregata</i> Lacépède, 1799						
<i>Família</i>	<i>Fregata magnificens</i> Mathews, 1914	fragata	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Gênero</i>	Sulidae Reichenbach, 1849						
<i>Espécie</i>	<i>Sula leucogaster</i> (Boddaert, 1783)	atobá-pardo	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Família</i>	Anhingidae Reichenbach, 1849						
<i>Gênero</i>	<i>Anhinga</i> Brisson, 1760						
<i>Espécie</i>	<i>Anhinga anhinga</i> (Linnaeus, 1766)	biguatinga	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Família</i>	Phalacrocoracidae Reichenbach, 1849						
<i>Gênero</i>	<i>Nannopterum</i> Sharpe, 1899						
<i>Espécie</i>	<i>Nannopterum brasilianum</i> (Gmelin, 1789)	biguá	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Subespécie</i>	<i>Nannopterum brasilianum brasilianum</i> (Gmelin, 1789)		LC	LC	LC	Não	
<i>Família</i>	Pelecaniformes Sharpe, 1891						
<i>Gênero</i>	Ardeidae Leach, 1820						
<i>Espécie</i>	<i>Tigrisoma</i> Swainson, 1827						
<i>Subespécie</i>	<i>Tigrisoma lineatum</i> (Boddaert, 1783)	socó-boi	LC	LC	LC	Não	BR
<i>Gênero</i>	<i>Tigrisoma lineatum lineatum</i> (Boddaert, 1783)		LC	LC	LC	Não	
<i>Espécie</i>	<i>Agamia</i> Reichenbach, 1853						
	<i>Agamia agami</i> (Gmelin, 1789)	garça-da-mata	NT	LC	LC	Não	BR

Gênero	Cochlearius Brisson, 1760							
Espécie	Cochlearius cochlearius (Linnaeus, 1766)	arapapá	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Zebrilus Bonaparte, 1855							
Espécie	Zebrilus undulatus (Gmelin, 1789)	socoí-zigue-zague	NT	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Botaurus Stephens, 1819							
Espécie	Botaurus pinnatus (Wagler, 1829)	socó-boi-baio	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Botaurus pinnatus pinnatus (Wagler, 1829)		LC	LC	LC	Não		
Gênero	Ixobrychus Billberg, 1828							
Espécie	Ixobrychus exilis (Gmelin, 1789)	socoí-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Ixobrychus exilis erythromelas (Vieillot, 1817)		LC	LC	LC	Não		
Espécie	Ixobrychus involucris (Vieillot, 1823)	socoí-amarelo	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Nycticorax Forster, 1817							
Espécie	Nycticorax nycticorax (Linnaeus, 1758)	socó-dorminhoco	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Nyctanassa Stejneger, 1887							
Espécie	Nyctanassa violacea (Linnaeus, 1758)	savacu-de-coroa	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Butorides Blyth, 1852							
Espécie	Butorides striata (Linnaeus, 1758)	socozinho	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Butorides striata striata (Linnaeus, 1758)		LC	LC	LC	Não		
Gênero	Bubulcus Bonaparte, 1855							
Espécie	Bubulcus ibis (Linnaeus, 1758)	garça-vaqueira	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Bubulcus ibis ibis (Linnaeus, 1758)		LC	LC	LC	Não		
Gênero	Ardea Linnaeus, 1758							
Espécie	Ardea cocoi Linnaeus, 1766	garça-moura	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Ardea alba Linnaeus, 1758	garça-branca-grande	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Ardea alba egretta Gmelin, 1789		LC	LC	LC	Não		
Gênero	Pilherodius Reichenbach, 1853							
Espécie	Pilherodius pileatus (Boddaert, 1783)	garça-real	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Egretta Forster, 1817							
Espécie	Egretta tricolor (Statius Muller, 1776)	garça-tricolor	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Egretta thula (Molina, 1782)	garça-branca-pequena	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Egretta caerulea (Linnaeus, 1758)	garça-azul	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Threskiornithidae Poche, 1904							
Gênero	Eudocimus Wagler, 1832							
Espécie	Eudocimus ruber (Linnaeus, 1758)	guará	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Mesembrinibis Peters, 1930							
Espécie	Mesembrinibis cayennensis (Gmelin, 1789)	coró-coró	LC	LC	LC	Não	BR	

Gênero	<i>Phimosus</i> Wagler, 1832						
Espécie	<i>Phimosus infuscatus</i> (Lichtenstein, 1823)	tapicuru	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Phimosus infuscatus nudifrons</i> (Spix, 1825)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Theristicus</i> Wagler, 1832						
Espécie	<i>Theristicus caudatus</i> (Boddaert, 1783)	curicaca	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Platalea</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Platalea ajaja</i> Linnaeus, 1758	colhereiro	LC	LC	LC	Não	BR
	Cathartiformes Seebohm, 1890						
Família	Cathartidae Lafresnaye, 1839						
Gênero	<i>Sarcoramphus</i> Duméril, 1805						
Espécie	<i>Sarcoramphus papa</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-rei	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Coragyps</i> Le Maout, 1853						
Espécie	<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	urubu-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Coragyps atratus brasiliensis</i> (Bonaparte, 1850)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Cathartes</i> Illiger, 1811						
Espécie	<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-de-cabeça-vermelha	LC	LC	LC	Não	BR, VA (N)
Subespécie	<i>Cathartes aura ruficollis</i> Spix, 1824		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Cathartes burrovianus</i> Cassin, 1845	urubu-de-cabeça-amarela	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Cathartes melambrotus</i> Wetmore, 1964	urubu-da-mata	LC	LC	LC	Não	BR
	Accipitriformes Bonaparte, 1831						
Família	Pandionidae Bonaparte, 1854						
Gênero	<i>Pandion</i> Savigny, 1809						
Espécie	<i>Pandion haliaetus</i> (Linnaeus, 1758)	águia-pescadora	LC	LC	LC	Não	VI (N)
Subespécie	<i>Pandion haliaetus carolinensis</i> (Gmelin, 1788)		LC	LC	LC	Não	
Família	Accipitridae Vigors, 1824						
Gênero	<i>Gampsonyx</i> Vigors, 1825						
Espécie	<i>Gampsonyx swainsonii</i> Vigors, 1825	gaviãozinho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Elanus</i> Savigny, 1809						
Espécie	<i>Elanus leucurus</i> (Vieillot, 1818)	gavião-peneira	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Chondrohierax</i> Lesson, 1843						
Espécie	<i>Chondrohierax uncinatus</i> (Temminck, 1822)	gavião-caracoleiro	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Leptodon</i> Sundevall, 1836						
Espécie	<i>Leptodon cayanensis</i> (Latham, 1790)	gavião-gato	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Elanoides</i> Vieillot, 1818						
Espécie	<i>Elanoides forficatus</i> (Linnaeus, 1758)	gavião-tesoura	LC	LC	LC	Não	BR, VA [#] (N)
Gênero	<i>Morphnus</i> Dumont, 1816						
Espécie	<i>Morphnus guianensis</i> (Daudin, 1800)	uiraçu	VU	NT	CR	Não	BR

Gênero	<i>Harpia</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Harpia harpyja</i> (Linnaeus, 1758)	gavião-real	VU	LC	CR	Não	BR
Gênero	<i>Spizaetus</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Spizaetus tyrannus</i> (Wied, 1820)	gavião-pegamacaco	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Spizaetus tyrannus serus</i> Friedmann, 1950		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Spizaetus melanoleucus</i> (Vieillot, 1816)	gavião-pato	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Spizaetus ornatus</i> (Daudin, 1800)	gavião-de-penacho	NT	LC	CR	Não	BR
Gênero	<i>Busarellus</i> Lesson, 1843						
Espécie	<i>Busarellus nigricollis</i> (Latham, 1790)	gavião-belo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Rostrhamus</i> Lesson, 1830						
Espécie	<i>Rostrhamus sociabilis</i> (Vieillot, 1817)	gavião-caramujeiro	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Helicolestes</i> Bangs & Penard, 1918						
Espécie	<i>Helicolestes hamatus</i> (Temminck, 1821)	gavião-do-igapó	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Harpagus</i> Vigors, 1824						
Espécie	<i>Harpagus bidentatus</i> (Latham, 1790)	gavião-ripina	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Harpagus diodon</i> (Temminck, 1823)	gavião-bombachinha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Ictinia</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Ictinia plumbea</i> (Gmelin, 1788)	sovi	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Circus</i> Lacépède, 1799						
Espécie	<i>Circus buffoni</i> (Gmelin, 1788)	gavião-do-banhado	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Hieraspiza</i> Kaup, 1844						
Espécie	<i>Hieraspiza superciliosa</i> (Linnaeus, 1766)	tauató-passarinho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Accipiter</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Accipiter striatus</i> Vieillot, 1808	tauató-miúdo	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Accipiter bicolor</i> (Vieillot, 1817)	gavião-bombachinha-grande	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Geranospiza</i> Kaup, 1847						
Espécie	<i>Geranospiza caerulescens</i> (Vieillot, 1817)	gavião-pernilongo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Buteogallus</i> Lesson, 1830						
Espécie	<i>Buteogallus aequinoctialis</i> (Gmelin, 1788)	gavião-caranguejeiro	NT	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Heterospizias</i> Sharpe, 1874						
Espécie	<i>Heterospizias meridionalis</i> (Latham, 1790)	gavião-caboclo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Urubitinga</i> Lafresnaye, 1842						
Espécie	<i>Urubitinga urubitinga</i> (Gmelin, 1788)	gavião-preto	LC	LC	CR	Não	BR
Gênero	<i>Rupornis</i> Kaup, 1844						
Espécie	<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	gavião-carijó	LC	LC	LC	Não	BR

Gênero	Geranoaetus Kaup, 1844							
Espécie	Geranoaetus albicaudatus (Vieillot, 1816)	gavião-de-rabo-branco	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Geranoaetus melanoleucus (Vieillot, 1819)	águia-serrana	LC	LC	EN	Não	BR	
Gênero	Pseudastur Gray, 1849							
Espécie	Pseudastur albicollis (Latham, 1790)	gavião-branco	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Leucopternis Kaup, 1847							
Espécie	Leucopternis melanops (Latham, 1790)	gavião-de-cara-preta	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Leucopternis kuhli Bonaparte, 1850	gavião-vaqueiro	LC	LC	VU	Não	BR	
Gênero	Buteo Lacépède, 1799							
Espécie	Buteo nitidus (Latham, 1790)	gavião-pedrês	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Buteo brachyurus Vieillot, 1816	gavião-de-cauda-curta	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Buteo brachyurus brachyurus Vieillot, 1816		LC	LC	LC	Não		
Espécie	Buteo albonotatus Kaup, 1847	gavião-urubu	LC	LC	LC	Não	BR	
	Strigiformes Wagler, 1830							
Família	Tytonidae Mathews, 1912							
Gênero	Tyto Billberg, 1828							
Espécie	Tyto furcata (Temminck, 1827)	suindara	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Tyto furcata hellmayri Griscom & Greenway, 1937		LC	LC	LC	Não		
Família	Strigidae Leach, 1820							
Gênero	Megascops Kaup, 1848							
Espécie	Megascops choliba (Vieillot, 1817)	corujinha-do-mato	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Megascops choliba cruciger (Spix, 1824)		LC	LC	LC	Não		
Espécie	Megascops ater (Hekstra, 1982)	corujinha-de-belém	LC	LC	VU	Sim	BR, En	
Gênero	Lophotrix Lesson, 1836							
Espécie	Lophotrix cristata (Daudin, 1800)	coruja-de-crista	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Pulsatrix Kaup, 1848							
Espécie	Pulsatrix perspicillata (Latham, 1790)	murucututu	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Pulsatrix perspicillata perspicillata (Latham, 1790)		LC	LC	LC	Não		
Gênero	Bubo Duméril, 1805							
Espécie	Bubo virginianus (Gmelin, 1788)	jacurutu	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Strix Linnaeus, 1758							
Espécie	Strix virgata (Cassin, 1849)	coruja-do-mato	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Strix huhula Daudin, 1800	coruja-preta	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Glaucidium Boie, 1826							
Espécie	Glaucidium hardyi Vielliard, 1990	caburé-da-amazônia	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Glaucidium brasilianum (Gmelin, 1788)	caburé	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Glaucidium brasilianum brasilianum (Gmelin, 1788)		LC	LC	LC	Não		

Gênero	Athene Boie, 1822							
Espécie	Athene cunicularia (Molina, 1782)	coruja-buraqueira	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Athene cunicularia grallaria (Temminck, 1822)		LC	LC	LC	Não		
Gênero	Asio Brisson, 1760							
Espécie	Asio clamator (Vieillot, 1808)	coruja-orelhuda	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Trogonidae Lesson, 1828							
Gênero	Trogon Brisson, 1760							
Espécie	Trogon melanurus Swainson, 1838	surucuá-de-cauda-preta	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Trogon viridis Linnaeus, 1766	surucuá-de-barriga-amarela	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Trogon ramonianus Deville & Des Murs, 1849	surucuá-pequeno	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Trogon curucui Linnaeus, 1766	surucuá-de-barriga-vermelha	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Trogon rufus Gmelin, 1788	surucuá-dourado-da-amazônia	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Momotidae Gray, 1840							
Gênero	Momotus Brisson, 1760							
Espécie	Momotus momota (Linnaeus, 1766)	udu-de-coroa-azul	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Alcedinidae Rafinesque, 1815							
Gênero	Megaceryle Kaup, 1848							
Espécie	Megaceryle torquata (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-grande	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Megaceryle torquata torquata (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não		
Gênero	Chloroceryle Kaup, 1848							
Espécie	Chloroceryle amazona (Latham, 1790)	martim-pescador-verde	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Chloroceryle aenea (Pallas, 1764)	martim-pescador-miúdo	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Chloroceryle aenea aenea (Pallas, 1764)		LC	LC	LC	Não		
Espécie	Chloroceryle americana (Gmelin, 1788)	martim-pescador-pequeno	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Chloroceryle americana americana (Gmelin, 1788)		LC	LC	LC	Não		
Espécie	Chloroceryle inda (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-da-mata	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Chloroceryle inda inda (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não		
Família	Galbulidae Vigors, 1825							
Gênero	Brachygalba Bonaparte, 1854							
Espécie	Brachygalba lugubris (Swainson, 1838)	ariramba-preta	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	Galbula Brisson, 1760							
Espécie	Galbula cyanicollis Cassin, 1851	ariramba-da-mata	LC	LC	LC	Não	BR	

Espécie	<i>Galbula ruficauda</i> Cuvier, 1816	ariramba-de-cauda-ruiva	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Galbula ruficauda rufoviridis</i> Cabanis, 1851		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Galbula dea</i> (Linnaeus, 1758)	ariramba-do-paraíso	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Jacamerops</i> Lesson, 1830						
Espécie	<i>Jacamerops aureus</i> (Statius Muller, 1776)	jacamaraçu	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Bucconidae Horsfield, 1821						
Gênero	<i>Chelidoptera</i> Gould, 1837						
Espécie	<i>Chelidoptera tenebrosa</i> (Pallas, 1782)	urubuzinho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Monasa</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Monasa morphoeus</i> (Hahn & Küster, 1823)	chora-chuva-de-cara-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Monasa nigrifrons</i> (Spix, 1824)	chora-chuva-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Monasa nigrifrons nigrifrons</i> (Spix, 1824)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Malacoptila</i> Gray, 1841						
Espécie	<i>Malacoptila minor</i> Sassi, 1911	barbudo-rajado-pequeno	EN	VU	EN	Não	BR, En
Espécie	<i>Malacoptila rufa</i> (Spix, 1824)	barbudo-de-pescoço-ferrugem	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Notharchus</i> Cabanis & Heine, 1863						
Espécie	<i>Notharchus tectus</i> (Boddaert, 1783)	macuru-pintado	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Notharchus hyperrhynchus</i> (Sclater, 1856)	macuru-de-testa-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Tamatia</i> Cuvier, 1817						
Espécie	<i>Tamatia tamatia</i> (Gmelin, 1788)	rapazinho-carijó	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Bucco</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Bucco capensis</i> Linnaeus, 1766	rapazinho-de-colar	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Nystalus</i> Cabanis & Heine, 1863						
Espécie	<i>Nystalus maculatus</i> (Gmelin, 1788)	rapazinho-dos-velhos	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Espécie	<i>Nystalus torridus</i> Bond & Meyer de Schauensee, 1940	rapazinho-estriado-do-leste	DD	NT	LC	Sim	BR, En
Espécie	<i>Nystalus chacuru</i> (Vieillot, 1816)	joão-bobo	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Ramphastidae Vigors, 1825						
Gênero	<i>Ramphastos</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Ramphastos toco</i> Statius Muller, 1776	tucanuçu	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Ramphastos tucanus</i> Linnaeus, 1758	tucano-de-papo-branco	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Ramphastos vitellinus</i> Lichtenstein, 1823	tucano-de-bico-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Selenidera</i> Gould, 1837						
Espécie	<i>Selenidera gouldii</i> (Natterer, 1837)	saripoca-de-gould	LC	LC	LC	Não	BR

Gênero	<i>Pteroglossus</i> Illiger, 1811						
Espécie	<i>Pteroglossus inscriptus</i> Swainson, 1822	araçari-de-bico-riscado	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Pteroglossus inscriptus inscriptus</i> Swainson, 1822		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Pteroglossus aracari</i> (Linnaeus, 1758)	araçari-de-bico-branco	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Pteroglossus aracari aracari</i> (Linnaeus, 1758)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Pteroglossus bitorquatus</i> Vigors, 1826	araçari-de-pescoço-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Pteroglossus bitorquatus bitorquatus</i> Vigors, 1826		NT	VU	VU	Sim	
Família	Picidae Leach, 1820						
Gênero	<i>Picumnus</i> Temminck, 1825						
Espécie	<i>Picumnus aurifrons</i> Pelzeln, 1870	picapauzinho-dourado	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Picumnus buffonii</i> Lafresnaye, 1845	picapauzinho-de-costas-pintadas	DD	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Picumnus exilis</i> (Lichtenstein, 1823)	picapauzinho-de-pintas-amarelas	LC	LC	LC	Não	BR, En
Espécie	<i>Picumnus pygmaeus</i> (Lichtenstein, 1823)	picapauzinho-pintado	LC	LC	LC	Não	BR, En
Espécie	<i>Picumnus albosquamatus</i> d'Orbigny, 1840	picapauzinho-escamoso	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Melanerpes</i> Swainson, 1832						
Espécie	<i>Melanerpes candidus</i> (Otto, 1796)	pica-pau-branco	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Melanerpes cruentatus</i> (Boddaert, 1783)	benedito-de-testa-vermelha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Veniliornis</i> Bonaparte, 1854						
Espécie	<i>Veniliornis affinis</i> (Swainson, 1821)	pica-pau-avermelhado	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Veniliornis affinis ruficeps</i> (Spix, 1824)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Veniliornis passerinus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-pequeno	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Campephilus</i> Gray, 1840						
Espécie	<i>Campephilus rubicollis</i> (Boddaert, 1783)	pica-pau-de-barriga-vermelha	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Campephilus melanoleucos</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-de-topete-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Campephilus melanoleucos melanoleucos</i> (Gmelin, 1788)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Dryocopus</i> Boie, 1826						
Espécie	<i>Dryocopus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-de-banda-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Dryocopus lineatus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Celeus</i> Boie, 1831						
Espécie	<i>Celeus torquatus</i> (Boddaert, 1783)	pica-pau-de-coleira	NT	LC	CR	Não	BR
Espécie	<i>Celeus undatus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-barrado	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Celeus flavus</i> (Statius Muller, 1776)	pica-pau-amarelo	LC	LC	LC	Não	BR

Subespécie	<i>Celeus flavus tectricialis</i> (Hellmayr, 1922)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Celeus ochraceus</i> (Spix, 1824)	pica-pau-ocráceo	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Espécie	<i>Celeus elegans</i> (Statius Muller, 1776)	pica-pau-chocolate	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Piculus</i> Spix, 1824						
Espécie	<i>Piculus flavigula</i> (Boddaert, 1783)	pica-pau-bufador	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Piculus paraensis</i> (Snethlage, 1907)	pica-pau-dourado-de-belém	DD	VU	EN	Sim	BR, En
Espécie	<i>Piculus chrysochloros</i> (Vieillot, 1818)	pica-pau-dourado-escuro	LC	LC	EN	Não	BR
Gênero	<i>Colaptes</i> Vigors, 1825						
Espécie	<i>Colaptes melanochloros</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-verde-barrado	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Colaptes melanochloros nattereri</i> (Malherbe, 1845)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Colaptes campestris</i> (Vieillot, 1818)	pica-pau-do-campo	LC	LC	LC	Não	BR
	<i>Cariamiformes</i> Fürbringer, 1888						
Família	<i>Cariamidae</i> Bonaparte, 1850						
Gênero	<i>Cariama</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Cariama cristata</i> (Linnaeus, 1766)	seriema	LC	LC	LC	Não	BR
	<i>Falconiformes</i> Bonaparte, 1831						
Família	<i>Falconidae</i> Leach, 1820						
Gênero	<i>Herpetotheres</i> Vieillot, 1817						
Espécie	<i>Herpetotheres cachinnans</i> (Linnaeus, 1758)	acauã	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Herpetotheres cachinnans cachinnans</i> (Linnaeus, 1758)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Micrastur</i> Gray, 1841						
Espécie	<i>Micrastur ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	falcão-caburé	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Micrastur mintoni</i> Whittaker, 2003	falcão-críptico	LC	NT	VU	Não	BR
Espécie	<i>Micrastur semitorquatus</i> (Vieillot, 1817)	falcão-relógio	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Micrastur semitorquatus semitorquatus</i> (Vieillot, 1817)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Caracara</i> Merrem, 1826						
Espécie	<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	carcará	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Caracara plancus plancus</i> (Miller, 1777)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Ibycter</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Ibycter americanus</i> (Boddaert, 1783)	cancão	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Daptrius</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Daptrius ater</i> Vieillot, 1816	gavião-de-anta	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Milvago</i> Spix, 1824						
Espécie	<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	carrapateiro	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Milvago chimachima chimachima</i> (Vieillot, 1816)		LC	LC	LC	Não	

Gênero	<i>Falco</i> Linnaeus, 1758						
Espécie	<i>Falco sparverius</i> Linnaeus, 1758	quiriquiri	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Falco ruficularis</i> Daudin, 1800	cauré	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Falco ruficularis ruficularis</i> Daudin, 1800		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Falco deiroleucus</i> Temminck, 1825	falcão-de-peito-laranja	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Falco femoralis</i> Temminck, 1822	falcão-de-coleira	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Falco femoralis femoralis</i> Temminck, 1822		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Falco peregrinus</i> Tunstall, 1771	falcão-peregrino	LC	LC	LC	Não	VI (N)
Subespécie	<i>Falco peregrinus anatum</i> Bonaparte, 1838		LC	LC	LC	Não	
Família	Psittacidae Rafinesque, 1815						
Gênero	<i>Touit</i> Gray, 1855						
Espécie	<i>Touit huetii</i> (Temminck, 1830)	apuim-de-asa-vermelha	LC	LC	EN	Não	BR
Espécie	<i>Touit purpuratus</i> (Gmelin, 1788)	apuim-de-costas-azuis	LC	LC	EN	Não	BR
Gênero	<i>Brotogeris</i> Vigors, 1825						
Espécie	<i>Brotogeris chiriri</i> (Vieillot, 1818)	periquito-de-encontro-amarelo	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Brotogeris chiriri chiriri</i> (Vieillot, 1818)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Brotogeris chrysoptera</i> (Linnaeus, 1766)	periquito-de-asa-dourada	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Pyrilia</i> Bonaparte, 1856						
Espécie	<i>Pyrilia vulturina</i> (Kuhl, 1820)	curica-urubu	LC	VU	CR	Sim	BR, En
Gênero	<i>Pionus</i> Wagler, 1832						
Espécie	<i>Pionus fuscus</i> (Statius Muller, 1776)	maitaca-roxa	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Pionus menstruus</i> (Linnaeus, 1766)	maitaca-de-cabeça-azul	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Alipiopsitta</i> Caparroz & Pacheco, 2006						
Espécie	<i>Alipiopsitta xanthops</i> (Spix, 1824)	papagaio-galego	NT	LC	VU	Não	BR
Gênero	<i>Amazona</i> Lesson, 1830						
Espécie	<i>Amazona ochrocephala</i> (Gmelin, 1788)	papagaio-campeiro	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Amazona aestiva</i> (Linnaeus, 1758)	papagaio-verdadeiro	LC	NT	LC	Não	BR
Espécie	<i>Amazona farinosa</i> (Boddaert, 1783)	papagaio-moleiro	NT	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Amazona amazonica</i> (Linnaeus, 1766)	curica	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Forpus</i> Boie, 1858						
Espécie	<i>Forpus xanthopterygius</i> (Spix, 1824)	tuim	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Forpus xanthopterygius flavissimus</i> Hellmayr, 1929		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Pionites</i> Heine, 1890						
Espécie	<i>Pionites leucogaster</i> (Kuhl, 1820)	marianinha-de-cabeça-amarela	VU	LC	EN	Não	BR

Gênero	Deroptylus Wagler, 1832						
Espécie	Deroptylus accipitrinus (Linnaeus, 1758)	anacã	LC	LC	VU	Não	BR
Gênero	Pyrrhura Bonaparte, 1856						
Espécie	Pyrrhura coerulescens Neumann, 1927	tiriba-pérola	NT	VU	LC	Sim	BR, En
Espécie	Pyrrhura amazonum Hellmayr, 1906	tiriba-de-hellmayr	NT	VU	EN	Sim	BR, En
Gênero	Anodorhynchus Spix, 1824						
Espécie	Anodorhynchus hyacinthinus (Latham, 1790)	arara-azul	VU	NT	CR	Não	BR
Gênero	Eupsittula Bonaparte, 1853						
Espécie	Eupsittula aurea (Gmelin, 1788)	periquito-rei	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Eupsittula cactorum (Kuhl, 1820)	periquito-da-caatinga	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Gênero	Aratinga Spix, 1824						
Espécie	Aratinga jandaya (Gmelin, 1788)	jandaia-verdadeira	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Gênero	Orthopsittaca Ridgway, 1912						
Espécie	Orthopsittaca manilatus (Boddaert, 1783)	maracanã-do-buriti	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Primolius Bonaparte, 1857						
Espécie	Primolius maracana (Vieillot, 1816)	maracanã	NT	LC	LC	Não	BR
Gênero	Ara Lacépède, 1799						
Espécie	Ara ararauna (Linnaeus, 1758)	arara-canindé	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Ara severus (Linnaeus, 1758)	maracanã-guaçu	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Ara macao (Linnaeus, 1758)	araracanga	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Ara chloropterus Gray, 1859	arara-vermelha	LC	NT	LC	Não	BR
Gênero	Guaruba Lesson, 1830						
Espécie	Guaruba guarouba (Gmelin, 1788)	ararajuba	VU	VU	EN	Sim	BR, En
Gênero	Thectocercus Ridgway, 1912						
Espécie	Thectocercus acuticaudatus (Vieillot, 1818)	aratinga-de-testa-azul	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Diopsittaca Ridgway, 1912						
Espécie	Diopsittaca nobilis (Linnaeus, 1758)	maracanã-pequena	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Diopsittaca nobilis cumanensis (Lichtenstein, 1823)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	Psittacara Vigors, 1825						
Espécie	Psittacara leucophthalmus (Statius Muller, 1776)	periquitão	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Psittacara leucophthalmus (Statius Muller, 1776)		LC	LC	LC	Não	
	Passeriformes Linnaeus, 1758						
Família	Thamnophilidae Swainson, 1824						
Gênero	Myrmornis Hermann, 1783						
Espécie	Myrmornis torquata (Boddaert, 1783)	pinto-do-mato-carijó	LC	LC	CR	Não	BR
Gênero	Pygiptila Sclater, 1858						
Espécie	Pygiptila stellaris (Spix, 1825)	choca-cantadora	LC	LC	CR	Não	BR

Gênero	<i>Myrmotherula</i> Sclater, 1858							
Espécie	<i>Myrmotherula</i> Sclater, 1858	<i>multostriata</i>	choquinha-estriada-da-amazônia	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Myrmotherula</i> axillaris (Vieillot, 1817)		choquinha-de-flanco-branco	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Myrmotherula</i> Pelzeln, 1868	<i>longipennis</i>	choquinha-de-asa-comprida	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Myrmotherula</i> (d'Orbigny, 1837)	<i>menetriesii</i>	choquinha-de-garganta-cinza	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Formicivora</i> Swainson, 1824							
Espécie	<i>Formicivora</i> grisea (Boddaert, 1783)		papa-formiga-pardo	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Formicivora</i> grisea (Boddaert, 1783)	<i>grisea</i>		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Formicivora</i> Pelzeln, 1868	<i>melanogaster</i>	formigueiro-de-barriga-preta	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Formicivora</i> rufa (Wied, 1831)		papa-formiga-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Isleria</i> Bravo, Chesser & Brumfield, 2012							
Espécie	<i>Isleria</i> hauxwelli (Sclater, 1857)		choquinha-de-garganta-clara	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Thamnomanes</i> Cabanis, 1847							
Espécie	<i>Thamnomanes</i> (Temminck, 1820)	<i>caesius</i>	ipeçuá	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Dysithamnus</i> Cabanis, 1847							
Espécie	<i>Dysithamnus</i> (Temminck, 1823)	<i>mentalis</i>	choquinha-lisa	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Herpsilochmus</i> Cabanis, 1847							
Espécie	<i>Herpsilochmus</i> pectoralis Sclater, 1857		chorozinho-de-papo-preto	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Espécie	<i>Herpsilochmus</i> frater Sclater & Salvin, 1880		chorozinho-de-asa-vermelha-do-norte	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Herpsilochmus</i> Pelzeln, 1868	<i>atricapillus</i>	chorozinho-de-chapéu-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Sakesphorus</i> Chubb, 1918							
Espécie	<i>Sakesphorus</i> (Lichtenstein, 1823)	<i>luctuosus</i>	choca-d'água	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Gênero	<i>Thamnophilus</i> Vieillot, 1816							
Espécie	<i>Thamnophilus</i> (Linnaeus, 1764)	<i>doliatus</i>	choca-barrada	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Thamnophilus</i> Swainson, 1825	<i>torquatus</i>	choca-de-asa-vermelha	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Thamnophilus</i> (Lichtenstein, 1823)	<i>palliatu</i> s	choca-listrada	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Thamnophilus</i> palliatus (Lichtenstein, 1823)	<i>palliatus</i>		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Thamnophilus</i> pelzelni Hellmayr, 1924		choca-do-planalto	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Espécie	<i>Thamnophilus</i> aethiops Sclater, 1858		choca-lisa	LC	LC	VU	Não	BR
Espécie	<i>Thamnophilus</i> Sclater, 1858	<i>amazonicus</i>	choca-canela	LC	LC	LC	Não	BR

Subespécie	<i>Thamnophilus amazonicus paraensis</i> Todd, 1927		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Taraba</i> Lesson, 1831						
Espécie	<i>Taraba major</i> (Vieillot, 1816)	choró-boi	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Taraba major semifasciatus</i> (Cabanis, 1872)		LC	LC	LC	Não	
Subespécie	<i>Taraba major stagurus</i> (Lichtenstein, 1823)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Radinopsyche</i> Whitney, Bravo, Belmonte-Lopes, Bornschein, Pie & Brumfield, 2021						
Espécie	<i>Radinopsyche sellowi</i> (Whitney & Pacheco, 2000)	chorozinho-da-caatinga	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Gênero	<i>Hypocnemoides</i> Bangs & Penard, 1918						
Espécie	<i>Hypocnemoides maculicauda</i> (Pelzeln, 1868)	solta-asa	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Sclateria</i> Oberholser, 1899						
Espécie	<i>Sclateria naevia</i> (Gmelin, 1788)	papa-formiga-do-igarapé	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Sclateria naevia naevia</i> (Gmelin, 1788)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Pyriglena</i> Cabanis, 1847						
Espécie	<i>Pyriglena leuconota</i> (Spix, 1824)	papa-taoca-de-belém	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Gênero	<i>Cercomacra</i> Sclater, 1858						
Espécie	<i>Cercomacra cinerascens</i> (Sclater, 1857)	chororó-pocuá	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Cercomacroides</i> Tello & Raposo, 2014						
Espécie	<i>Cercomacroides laeta</i> (Todd, 1920)	chororó-didi	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Willisornis</i> Agne & Pacheco, 2007						
Espécie	<i>Willisornis poecilinotus</i> (Cabanis, 1847)	rendadinho	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Willisornis vidua</i> (Hellmayr, 1905)	rendadinho-do-xingu	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Gênero	<i>Phlegopsis</i> Reichenbach, 1850						
Espécie	<i>Phlegopsis nigromaculata</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	mãe-de-taoca	LC	LC	EN	Não	BR
Família	Melanopareiidae Ericson, Olson, Irested, Alvarenga & Fjeldsã, 2010						
Gênero	<i>Melanopareia</i> Reichenbach, 1853						
Espécie	<i>Melanopareia torquata</i> (Wied, 1831)	meia-lua-do-cerrado	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Conopophagidae Sclater & Salvin, 1873						
Gênero	<i>Conopophaga</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Conopophaga roberti</i> Hellmayr, 1905	chupa-dente-de-capuz	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Família	Grallariidae Sclater & Salvin, 1873						
Gênero	<i>Grallaria</i> Vieillot, 1816						

Espécie	<i>Grallaria varia</i> (Boddaert, 1783)	tovacuçu	LC	VU	CR	Sim	BR
Subespécie	<i>Grallaria varia distincta</i> Todd, 1927		LC	VU	CR	Sim	
Gênero	<i>Hylopezus</i> Ridgway, 1909						
Espécie	<i>Hylopezus paraensis</i> Snethlage, 1910	torom-do-pará	VU	VU	EN	Sim	BR, En
Família	Formicariidae Gray, 1840						
Gênero	<i>Formicarius</i> Boddaert, 1783						
Espécie	<i>Formicarius colma</i> Boddaert, 1783	galinha-do-mato	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Formicarius analis</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	pinto-do-mato-de-cara-preta	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Scleruridae Swainson, 1827						
Gênero	<i>Sclerurus</i> Swainson, 1827						
Espécie	<i>Sclerurus macconnelli</i> Chubb, 1919	vira-folha-de-peito-vermelho	LC	LC	VU	Não	BR
Espécie	<i>Sclerurus ruficularis</i> Pelzeln, 1868	vira-folha-de-bico-curto	LC	LC	EN	Não	BR
Espécie	<i>Sclerurus caudacutus</i> (Vieillot, 1816)	vira-folha-pardo	LC	LC	EN	Não	BR
Família	Dendrocolaptidae Gray, 1840						
Gênero	<i>Certhiasomus</i> Derryberry, Claramunt, Chesser, Aleixo, Cracraft, Moyle & Brumfield, 2010						
Espécie	<i>Certhiasomus stictolaemus</i> (Pelzeln, 1868)	arapaçu-de-garganta-pintada	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Sittasomus</i> Swainson, 1827						
Espécie	<i>Sittasomus griseicapillus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-verde	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Deconychura</i> Cherrie, 1891						
Espécie	<i>Deconychura longicauda</i> (Pelzeln, 1868)	arapaçu-rabudo	LC	LC	EN	Não	BR
Gênero	<i>Dendrocincla</i> Gray, 1840						
Espécie	<i>Dendrocincla merula</i> (Lichtenstein, 1829)	arapaçu-da-taoca	LC	LC	CR	Não	BR
Subespécie	<i>Dendrocincla merula badia</i> Zimmer, 1934		VU	VU	CR	Sim	
Espécie	<i>Dendrocincla fuliginosa</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-pardo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Glyphorhynchus</i> Wied, 1831						
Espécie	<i>Glyphorhynchus spirurus</i> (Vieillot, 1819)	arapaçu-bico-de-cunha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Dendrexetastes</i> Eyton, 1851						
Espécie	<i>Dendrexetastes rufigula</i> (Lesson, 1844)	arapaçu-galinha-da-guiana	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Dendrexetastes paraensis</i> Lorenz von Liburnau, 1895	arapaçu-galinha-do-pará	DD	VU	CR	DD	BR, En
Subespécie	<i>Dendrexetastes paraensis paraensis</i> Lorenz von Liburnau, 1895		DD	VU	CR	DD	
Gênero	<i>Dendrocolaptes</i> Hermann, 1804						
Espécie	<i>Dendrocolaptes retentus</i> Batista, Aleixo, Vallinoto, Azevedo, Rêgo,	arapaçu-barrado-do-xingu	VU	VU	LC	Sim	BR, En

	Silveira, Sampaio & Schneider, 2013							
Espécie	<i>Dendrocolaptes medius</i> Todd, 1920	arapaçu-barrado-do-leste	VU	VU	VU	Não	BR, En	
Espécie	<i>Dendrocolaptes platyrostris</i> Spix, 1825	arapaçu-grande	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	<i>Xiphocolaptes</i> Lesson, 1840							
Espécie	<i>Xiphocolaptes falcirostris</i> (Spix, 1824)	arapaçu-do-nordeste	VU	VU	EN	Não	BR, En	
Gênero	<i>Xiphorhynchus</i> Swainson, 1827							
Espécie	<i>Xiphorhynchus obsoletus</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-riscado	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	<i>Xiphorhynchus spixii</i> (Lesson, 1830)	arapaçu-de-spix	LC	LC	LC	Sim	BR, En	
Espécie	<i>Xiphorhynchus guttatoides</i> (Lafresnaye, 1850)	arapaçu-de-lafresnaye	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	<i>Dendroplex</i> Swainson, 1827							
Espécie	<i>Dendroplex picus</i> (Gmelin, 1788)	arapaçu-de-bico-branco	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	<i>Dendroplex picus bahiae</i> Bangs & Penard, 1921		LC	LC	LC	Não		
Gênero	<i>Lepidocolaptes</i> Reichenbach, 1853							
Espécie	<i>Lepidocolaptes angustirostris</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-de-cerrado	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	<i>Lepidocolaptes layardi</i> (Sclater, 1873)	arapaçu-de-listras-brancas-do-leste	LC	LC	LC	Sim	BR, En	
Família	Xenopidae Bonaparte, 1854							
Gênero	<i>Xenops</i> Illiger, 1811							
Espécie	<i>Xenops minutus</i> (Sparrman, 1788)	bico-virado-miúdo	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	<i>Xenops rutilans</i> Temminck, 1821	bico-virado-carijó	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Furnariidae Gray, 1840							
Gênero	<i>Berlepschia</i> Ridgway, 1887							
Espécie	<i>Berlepschia rikeri</i> (Ridgway, 1886)	limpa-folha-do-buriti	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	<i>Furnarius</i> Vieillot, 1816							
Espécie	<i>Furnarius figulus</i> (Lichtenstein, 1823)	casaca-de-couro-da-lama	LC	LC	LC	Sim	BR, En	
Subespécie	<i>Furnarius figulus figulus</i> (Lichtenstein, 1823)		LC	LC	LC	Sim		
Espécie	<i>Furnarius leucopus</i> Swainson, 1838	casaca-de-couro-amarelo	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	<i>Furnarius leucopus assimilis</i> Cabanis & Heine, 1859		LC	LC	LC	Não		
Gênero	<i>Philydor</i> Spix, 1824							
Espécie	<i>Philydor erythrocerum</i> (Pelzeln, 1859)	limpa-folha-de-sobre-ruivo	LC	LC	VU	Não	BR	
Espécie	<i>Philydor pyrrhodes</i> (Cabanis, 1848)	limpa-folha-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR	
Gênero	<i>Anabacerthia</i> Lafresnaye, 1840							
Espécie	<i>Anabacerthia ruficaudata</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1838)	limpa-folha-de-cauda-ruiva	LC	LC	CR	Não	BR	
Gênero	<i>Dendroma</i> Swainson, 1837							

Espécie	<i>Dendroma erythroptera</i> (Sclater, 1856)	limpa-folha-de-asa-castanha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Automolus</i> Reichenbach, 1853						
Espécie	<i>Automolus rufipileatus</i> (Pelzeln, 1859)	barranqueiro-de-coroa-castanha	LC	LC	EN	Não	BR
Espécie	<i>Automolus infuscatus</i> (Sclater, 1856)	barranqueiro-pardo	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Automolus paraensis</i> Hartert, 1902	barranqueiro-do-pará	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Gênero	<i>Cranioleuca</i> Reichenbach, 1853						
Espécie	<i>Cranioleuca vulpina</i> (Pelzeln, 1856)	arredio-do-rio	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Certhiaxis</i> Lesson, 1844						
Espécie	<i>Certhiaxis cinnamomeus</i> (Gmelin, 1788)	curutié	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Certhiaxis cinnamomeus cinnamomeus</i> (Gmelin, 1788)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Synallaxis</i> Vieillot, 1818						
Espécie	<i>Synallaxis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	joão-teneném-becua	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Synallaxis gujanensis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Synallaxis albescens</i> Temminck, 1823	uí-pi	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Synallaxis albescens albescens</i> Temminck, 1823		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Synallaxis frontalis</i> Pelzeln, 1859	petrim	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Synallaxis rutilans</i> Temminck, 1823	joão-teneném-castanho	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Pipridae Rafinesque, 1815						
Gênero	<i>Neopelma</i> Sclater, 1861						
Espécie	<i>Neopelma pallescens</i> (Lafresnaye, 1853)	fruxu-do-cerradão	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Tyrannutes</i> Sclater & Salvin, 1881						
Espécie	<i>Tyrannutes stolzmanni</i> (Hellmayr, 1906)	uirapuruzinho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Chiroxiphia</i> Cabanis, 1847						
Espécie	<i>Chiroxiphia pareola</i> (Linnaeus, 1766)	tangará-príncipe	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Antilophia</i> Reichenbach, 1850						
Espécie	<i>Antilophia galeata</i> (Lichtenstein, 1823)	soldadinho	LC	LC	LC	Sim	BR
Gênero	<i>Xenopipo</i> Cabanis, 1847						
Espécie	<i>Xenopipo atronitens</i> Cabanis, 1847	pretinho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Lepidothrix</i> Bonaparte, 1854						
Espécie	<i>Lepidothrix iris</i> (Schinz, 1851)	cabeça-de-prata	VU	EN	CR	Sim	BR, En
Gênero	<i>Manacus</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Manacus manacus</i> (Linnaeus, 1766)	rendeira	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Manacus manacus purissimus</i> Todd, 1928		LC	LC	LC	Não	

Gênero	<i>Pseudopipra</i> Kirwan, David, Gregory, Jobling, Steinheimer & Brito, 2016						
Espécie	<i>Pseudopipra pipra</i> (Linnaeus, 1758)	cabeça-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Ceratopipra</i> Bonaparte, 1854						
Espécie	<i>Ceratopipra rubrocapilla</i> (Temminck, 1821)	cabeça-encarnada	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Cotingidae Bonaparte, 1849						
Gênero	<i>Phoenicircus</i> Swainson, 1832						
Espécie	<i>Phoenicircus carnifex</i> (Linnaeus, 1758)	saurá	LC	LC	EN	Não	BR
Gênero	<i>Haematoderus</i> Bonaparte, 1854						
Espécie	<i>Haematoderus militaris</i> (Shaw, 1792)	anambé-militar	LC	LC	CR	Não	BR
Gênero	<i>Querula</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Querula purpurata</i> (Statius Muller, 1776)	anambé-una	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Lipaugus</i> Boie, 1828						
Espécie	<i>Lipaugus vociferans</i> (Wied, 1820)	cricrió	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Procnias</i> Illiger, 1811						
Espécie	<i>Procnias averano</i> (Hermann, 1783)	araponga-do-nordeste	NT	LC	VU	Não	BR
Subespécie	<i>Procnias averano averano</i> (Hermann, 1783)		NT	EN	VU	Sim	
Gênero	<i>Cotinga</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Cotinga cayana</i> (Linnaeus, 1766)	anambé-azul	LC	LC	CR	Não	BR
Espécie	<i>Cotinga cotinga</i> (Linnaeus, 1766)	anambé-de-peito-roxo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Gymnoderus</i> Saint-Hilaire, 1809						
Espécie	<i>Gymnoderus foetidus</i> (Linnaeus, 1758)	anambé-pombo	LC	LC	VU	Não	BR
Gênero	<i>Xipholena</i> Gloger, 1841						
Espécie	<i>Xipholena lamellipennis</i> (Lafresnaye, 1839)	anambé-de-rabo-branco	NT	VU	EN	Sim	BR, En
Família	Tityridae Gray, 1840						
Gênero	<i>Schiffornis</i> Bonaparte, 1854						
Espécie	<i>Schiffornis turdina</i> (Wied, 1831)	flautim-marrom	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Laniocera</i> Lesson, 1841						
Espécie	<i>Laniocera hypopyrra</i> (Vieillot, 1817)	chorona-cinza	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Iodopleura</i> Lesson, 1839						
Espécie	<i>Iodopleura isabellae</i> Parzudaki, 1847	anambé-de-coroa	LC	LC	VU	Não	BR
Gênero	<i>Tityra</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Tityra inquisitor</i> (Lichtenstein, 1823)	anambé-branco-de-bochecha-parda	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Tityra cayana</i> (Linnaeus, 1766)	anambé-branco-de-rabo-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Tityra semifasciata</i> (Spix, 1825)	anambé-branco-de-máscara-negra	LC	LC	LC	Não	BR

Subespécie	<i>Tityra semifasciata semifasciata</i> (Spix, 1825)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Pachyramphus</i> Gray, 1839						
Espécie	<i>Pachyramphus rufus</i> (Boddaert, 1783)	caneleiro-cinzeno	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Pachyramphus rufus rufus</i> (Boddaert, 1783)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Pachyramphus castaneus</i> (Jardine & Selby, 1827)	caneleiro	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Pachyramphus polychopterus</i> (Vieillot, 1818)	caneleiro-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Pachyramphus polychopterus tristis</i> (Kaup, 1852)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Pachyramphus marginatus</i> (Lichtenstein, 1823)	caneleiro-bordado	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Pachyramphus minor</i> (Lesson, 1830)	caneleiro-pequeno	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Pachyramphus validus</i> (Lichtenstein, 1823)	caneleiro-de-chapéu-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Pachyramphus validus validus</i> (Lichtenstein, 1823)		LC	LC	LC	Não	
Família	Onychorhynchidae Tello, Moyle, Marchese & Cracraft, 2009						
Gênero	<i>Onychorhynchus</i> Fischer von Waldheim, 1810						
Espécie	<i>Onychorhynchus coronatus</i> (Statius Muller, 1776)	maria-leque	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Terenotriccus</i> Ridgway, 1905						
Espécie	<i>Terenotriccus erythrurus</i> (Cabanis, 1847)	papa-moscas-uirapuru	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Myiobius</i> Gray, 1839						
Espécie	<i>Myiobius atricaudus</i> Lawrence, 1863	assanhadinho-de-cauda-preta	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Pipritidae Ohlson, Irestedt, Ericson & Fjeldsâ, 2013						
Gênero	<i>Piprites</i> Cabanis, 1847						
Espécie	<i>Piprites chloris</i> (Temminck, 1822)	papinho-amarelo	LC	LC	EN	Não	BR
Subespécie	<i>Piprites chloris griseus</i> Novaes, 1964		LC	LC	EN	Sim	
Família	Platyrinchidae Bonaparte, 1854						
Gênero	<i>Platyrinchus</i> Desmarest, 1805						
Espécie	<i>Platyrinchus saturatus</i> Salvin & Godman, 1882	patinho-escuro	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Platyrinchus mystaceus</i> Vieillot, 1818	patinho	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Platyrinchus platyrhynchus</i> (Gmelin, 1788)	patinho-de-coroa-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Rhynchocyclidae Berlepsch, 1907						
Gênero	<i>Mionectes</i> Cabanis, 1844						
Espécie	<i>Mionectes oleagineus</i> (Lichtenstein, 1823)	abre-asa	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Mionectes macconnelli</i> (Chubb, 1919)	abre-asa-da-mata	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Leptopogon</i> Cabanis, 1844						

Espécie	<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	cabeçudo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Corythopis</i> Sundevall, 1836						
Espécie	<i>Corythopis torquatus</i> Tschudi, 1844	estalador-do-norte	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Phylloscartes</i> Cabanis & Heine, 1859						
Espécie	<i>Phylloscartes virescens</i> Todd, 1925	borboletinha-guianense	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Rhynchocyclus</i> Cabanis & Heine, 1859						
Espécie	<i>Rhynchocyclus olivaceus</i> (Temminck, 1820)	bico-chato-grande	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Tolmomyias</i> Hellmayr, 1927						
Espécie	<i>Tolmomyias sulphurescens</i> (Spix, 1825)	bico-chato-de-orelha-preta	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Tolmomyias sulphurescens mixtus</i> Zimmer, 1939		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Tolmomyias assimilis</i> (Pelzeln, 1868)	bico-chato-da-copa	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Tolmomyias poliocephalus</i> (Taczanowski, 1884)	bico-chato-de-cabeça-cinza	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Tolmomyias poliocephalus sclateri</i> (Hellmayr, 1903)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Tolmomyias flaviventris</i> (Wied, 1831)	bico-chato-amarelo	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Tolmomyias flaviventris dissors</i> Zimmer, 1939		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Taeniotriccus</i> Berlepsch & Hartert, 1902						
Espécie	<i>Taeniotriccus andrei</i> (Berlepsch & Hartert, 1902)	maria-bonita	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Todirostrum</i> Lesson, 1831						
Espécie	<i>Todirostrum maculatum</i> (Desmarest, 1806)	ferreirinho-estriado	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Todirostrum maculatum maculatum</i> (Desmarest, 1806)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Todirostrum cinereum</i> (Linnaeus, 1766)	ferreirinho-relógio	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Todirostrum cinereum cearae</i> Cory, 1916		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Todirostrum chrysocrotaphum</i> Strickland, 1850	ferreirinho-de-sobrançalha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Poecilotriccus</i> Berlepsch, 1884						
Espécie	<i>Poecilotriccus fumifrons</i> (Hartlaub, 1853)	ferreirinho-de-testa-parda	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Poecilotriccus fumifrons fumifrons</i> (Hartlaub, 1853)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Poecilotriccus sylvia</i> (Desmarest, 1806)	ferreirinho-da-capoeira	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Poecilotriccus sylvia schulzi</i> (Berlepsch, 1907)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Myiornis</i> Bertoni, 1901						
Espécie	<i>Myiornis ecaudatus</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	caçula	LC	LC	LC	Não	BR

Gênero	Hemitriccus Cabanis & Heine, 1859						
Espécie	Hemitriccus striaticollis (Lafresnaye, 1853)	sebinho-rajado-amarelo	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Hemitriccus striaticollis striaticollis (Lafresnaye, 1853)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	Hemitriccus margaritaceiventer (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	sebinho-de-olho-de-ouro	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Lophotriccus Berlepsch, 1884						
Espécie	Lophotriccus galeatus (Boddaert, 1783)	sebinho-de-penacho	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Tyrannidae Vigors, 1825						
Gênero	Hirundinea d'Orbigny & Lafresnaye, 1837						
Espécie	Hirundinea ferruginea (Gmelin, 1788)	gibão-de-couro	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Zimmerius Traylor, 1977						
Espécie	Zimmerius acer (Salvin & Godman, 1883)	poaieiro-da-guiana	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Euscarthmus Wied, 1831						
Espécie	Euscarthmus meloryphus Wied, 1831	barulhento	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Ornithion Hartlaub, 1853						
Espécie	Ornithion inerme Hartlaub, 1853	poaieiro-de-sobrancelha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Camptostoma Sclater, 1857						
Espécie	Camptostoma obsoletum (Temminck, 1824)	risadinha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Elaenia Sundevall, 1836						
Espécie	Elaenia flavogaster (Thunberg, 1822)	guaracava-de-barriga-amarela	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Elaenia flavogaster flavogaster (Thunberg, 1822)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	Elaenia spectabilis Pelzeln, 1868	guaracava-grande	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Elaenia cristata Pelzeln, 1868	guaracava-de-topete-uniforme	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Elaenia chiriquensis Lawrence, 1865	chibum	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Suiriri d'Orbigny, 1840						
Espécie	Suiriri suiriri (Vieillot, 1818)	suiriri-cinzento	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Myiopagis Salvin & Godman, 1888						
Espécie	Myiopagis gaimardii (d'Orbigny, 1839)	maria-pechim	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Myiopagis gaimardii subcinerea Zimmer, 1941		LC	LC	LC	Não	
Espécie	Myiopagis caniceps (Swainson, 1835)	guaracava-cinzenta	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	Myiopagis viridicata (Vieillot, 1817)	guaracava-de-crista-alaranjada	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Tyrannulus Vieillot, 1816						
Espécie	Tyrannulus elatus (Latham, 1790)	maria-te-viu	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Capsiempis Cabanis & Heine, 1859						

Espécie	<i>Capsiempis flaveola</i> (Lichtenstein, 1823)	marianinha-amarela	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Phaeomyias</i> Berlepsch, 1902						
Espécie	<i>Phaeomyias murina</i> (Spix, 1825)	bagageiro	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Phyllomyias</i> Cabanis & Heine, 1859						
Espécie	<i>Phyllomyias fasciatus</i> (Thunberg, 1822)	piolhinho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Pseudocolopteryx</i> Lillo, 1905						
Espécie	<i>Pseudocolopteryx sclateri</i> (Oustalet, 1892)	tricolino	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Attila</i> Lesson, 1831						
Espécie	<i>Attila cinnamomeus</i> (Gmelin, 1789)	tinguaçu-ferrugem	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Attila spadiceus</i> (Gmelin, 1789)	capitão-de-saíra-amarelo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Legatus</i> Sclater, 1859						
Espécie	<i>Legatus leucophaeus</i> (Vieillot, 1818)	bem-te-vi-pirata	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Legatus leucophaeus leucophaeus</i> (Vieillot, 1818)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Ramphotrigon</i> Gray, 1855						
Espécie	<i>Ramphotrigon megacephalum</i> (Swainson, 1835)	maria-cabeçuda	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Ramphotrigon ruficauda</i> (Spix, 1825)	bico-chato-de-rabo-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Myiarchus</i> Cabanis, 1844						
Espécie	<i>Myiarchus tuberculifer</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	maria-cavaleira-pequena	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Myiarchus swainsoni</i> Cabanis & Heine, 1859	irré	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Myiarchus ferox</i> (Gmelin, 1789)	maria-cavaleira	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Myiarchus tyrannulus</i> (Statius Muller, 1776)	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Myiarchus tyrannulus bahiae</i> Berlepsch & Leverkühn, 1890		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Sirystes</i> Cabanis & Heine, 1859						
Espécie	<i>Sirystes sibilator</i> (Vieillot, 1818)	gritador	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Rhytipterna</i> Reichenbach, 1850						
Espécie	<i>Rhytipterna simplex</i> (Lichtenstein, 1823)	vissia	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Casiornis</i> Des Murs, 1856						
Espécie	<i>Casiornis rufus</i> (Vieillot, 1816)	maria-ferrugem	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Casiornis fuscus</i> Sclater & Salvin, 1873	caneleiro-enxofre	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Gênero	<i>Pitangus</i> Swainson, 1827						
Espécie	<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	bem-te-vi	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Pitangus sulphuratus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Philohydor</i> Lanyon, 1984						
Espécie	<i>Philohydor lictor</i> (Lichtenstein, 1823)	bentevizinho-do-brejo	LC	LC	LC	Não	BR

Subespécie	<i>Philohydor lictor lictor</i> (Lichtenstein, 1823)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Machetornis</i> Gray, 1841						
Espécie	<i>Machetornis rixosa</i> (Vieillot, 1819)	suiriri-cavaleiro	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Myiodynastes</i> Bonaparte, 1857						
Espécie	<i>Myiodynastes maculatus</i> (Statius Muller, 1776)	bem-te-vi-rajado	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Myiodynastes maculatus solitarius</i> (Vieillot, 1819)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Tyrannopsis</i> Ridgway, 1905						
Espécie	<i>Tyrannopsis sulphurea</i> (Spix, 1825)	suiriri-de-garganta-rajada	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Megarynchus</i> Thunberg, 1824						
Espécie	<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	neinei	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Megarynchus pitangua pitangua</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Myiozetetes</i> Sclater, 1859						
Espécie	<i>Myiozetetes cayanensis</i> (Linnaeus, 1766)	bentevizinho-de-asa-ferrugínea	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Myiozetetes cayanensis cayanensis</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Myiozetetes similis</i> (Spix, 1825)	bentevizinho-de-penacho-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Myiozetetes similis pallidiventris</i> Pinto, 1935		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Tyrannus</i> Lacépède, 1799						
Espécie	<i>Tyrannus albogularis</i> Burmeister, 1856	suiriri-de-garganta-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Tyrannus melancholicus</i> Vieillot, 1819	suiriri	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Tyrannus melancholicus despotes</i> (Lichtenstein, 1823)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Tyrannus savana</i> Daudin, 1802	tesourinha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Griseotyrannus</i> Lanyon, 1984						
Espécie	<i>Griseotyrannus aurantioatrocristatus</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	peitica-de-chapéu-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Empidonomus</i> Cabanis & Heine, 1859						
Espécie	<i>Empidonomus varius</i> (Vieillot, 1818)	peitica	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Empidonomus varius rufinus</i> (Spix, 1825)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Sublegatus</i> Sclater & Salvin, 1868						
Espécie	<i>Sublegatus modestus</i> (Wied, 1831)	guaracava-modesta	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Colonia</i> Gray, 1828						
Espécie	<i>Colonia colonus</i> (Vieillot, 1818)	viuvinha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Arundinicola</i> d'Orbigny, 1840						
Espécie	<i>Arundinicola leucocephala</i> (Linnaeus, 1764)	freirinha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Fluvicola</i> Swainson, 1827						

Espécie	<i>Fluvicola albiventer</i> (Spix, 1825)	lavadeira-de-cara-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Fluvicola nengeta</i> (Linnaeus, 1766)	lavadeira-mascarada	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Fluvicola nengeta nengeta</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Myiophobus</i> Reichenbach, 1850						
Espécie	<i>Myiophobus fasciatus</i> (Statius Muller, 1776)	filipe	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Myiophobus fasciatus flammiceps</i> (Temminck, 1822)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Cnemotriccus</i> Hellmayr, 1927						
Espécie	<i>Cnemotriccus fuscatus</i> (Wied, 1831)	guaracavuçu	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Lathrotriccus</i> Lanyon & Lanyon, 1986						
Espécie	<i>Lathrotriccus euleri</i> (Cabanis, 1868)	enferrujado	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Contopus</i> Cabanis, 1855						
Espécie	<i>Contopus cinereus</i> (Spix, 1825)	papa-moscas-cinzentos	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Contopus nigrescens</i> (Sclater & Salvin, 1880)	piuí-preto	LC	VU	CR	Não	BR
Gênero	<i>Satrapa</i> Strickland, 1844						
Espécie	<i>Satrapa icterophrys</i> (Vieillot, 1818)	suiriri-pequeno	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Nengetus</i> Swainson, 1827						
Espécie	<i>Nengetus cinereus</i> (Vieillot, 1816)	primavera	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Vireonidae Swainson, 1837						
Gênero	<i>Cyclarhis</i> Swainson, 1824						
Espécie	<i>Cyclarhis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	pitiguari	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Hylophilus</i> Temminck, 1822						
Espécie	<i>Hylophilus pectoralis</i> Sclater, 1866	vite-vite-de-cabeça-cinza	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Hylophilus semicinereus</i> Sclater & Salvin, 1867	verdinho-da-várzea	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Tunchiornis</i> Slager & Klicka, 2014						
Espécie	<i>Tunchiornis ochraceiceps</i> (Sclater, 1860)	vite-vite-uirapuru	LC	LC	VU	Não	BR
Gênero	<i>Vireo</i> Vieillot, 1808						
Espécie	<i>Vireo chivi</i> (Vieillot, 1817)	juruvicara	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Vireo chivi agilis</i> (Lichtenstein, 1823)		LC	LC	LC	Não	
Família	Corvidae Leach, 1820						
Gênero	<i>Cyanocorax</i> Boie, 1826						
Espécie	<i>Cyanocorax cyanopogon</i> (Wied, 1821)	gralha-cancã	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Família	Hirundinidae Rafinesque, 1815						
Gênero	<i>Pygochelidon</i> Baird, 1865						
Espécie	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-pequena-de-casa	LC	LC	LC	Não	BR, VI (S)
Subespécie	<i>Pygochelidon cyanoleuca cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)		LC	LC	LC	Não	

Gênero	Stelgidopteryx Baird, 1858							
Espécie	Stelgidopteryx ruficollis (Vieillot, 1817)	andorinha-serradora		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Stelgidopteryx ruficollis ruficollis (Vieillot, 1817)			LC	LC	LC	Não	
Gênero	Progne Boie, 1826							
Espécie	Progne tapera (Linnaeus, 1766)	andorinha-do-campo		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Progne tapera tapera (Linnaeus, 1766)			LC	LC	LC	Não	
Espécie	Progne subis (Linnaeus, 1758)	andorinha-azul		LC	LC	LC	Não	VI (N)
Espécie	Progne chalybea (Gmelin, 1789)	andorinha-grande		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Progne chalybea chalybea (Gmelin, 1789)			LC	LC	LC	Não	
Gênero	Tachycineta Cabanis, 1850							
Espécie	Tachycineta albiventer (Boddaert, 1783)	andorinha-do-rio		LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	Hirundo Linnaeus, 1758							
Espécie	Hirundo rustica Linnaeus, 1758	andorinha-de-bando		LC	LC	LC	Não	VI (N)
Subespécie	Hirundo rustica erythrogaster Boddaert, 1783			LC	LC	LC	Não	
Família	Troglodytidae Swainson, 1831							
Gênero	Microcerculus Salvin, 1861							
Espécie	Microcerculus marginatus (Sclater, 1855)	uirapuru-veado		LC	LC	EN	Não	BR
Gênero	Troglodytes Vieillot, 1809							
Espécie	Troglodytes musculus Naumann, 1823	corruíra						BR
Subespécie	Troglodytes musculus musculus Naumann, 1823			DD	LC	LC	Não	
Gênero	Campylorhynchus Spix, 1824							
Espécie	Campylorhynchus turdinus (Wied, 1831)	catatau		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Campylorhynchus turdinus turdinus (Wied, 1821)	LC	LC	LC	Não			
Gênero	Pheugopedius Cabanis, 1850							
Espécie	Pheugopedius genibarbis (Swainson, 1838)	garrinchão-pai-avô		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Pheugopedius genibarbis genibarbis (Swainson, 1838)			LC	LC	LC	Não	
Gênero	Cantorchilus Mann, Barker, Graves, Dingess-Mann & Slater, 2006							
Espécie	Cantorchilus leucotis (Lafresnaye, 1845)	garrinchão-de-barriga-vermelha		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Cantorchilus leucotis albipectus (Cabanis, 1849)			LC	LC	LC	Não	
Família	Poliophtilidae Baird, 1858							
Gênero	Ramphocaenus Vieillot, 1819							
Espécie	Ramphocaenus melanurus Vieillot, 1819	chirito		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	Ramphocaenus melanurus austerus Zimmer, 1937			LC	LC	LC	Não	

Gênero	Polioptila Sclater, 1855							
Espécie	Polioptila dumicola (Vieillot, 1817)	balança-rabo-de-máscara	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Polioptila atricapilla (Swainson, 1831)	balança-rabo-do-nordeste	DD	LC	LC	Sim	BR, En	
Espécie	Polioptila plumbea (Gmelin, 1788)	balança-rabo-de-chapéu-preto	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Polioptila paraensis Todd, 1937	balança-rabo-paraense	LC	LC	LC	Sim	BR, En	
Família	Donacobiidae Aleixo & Pacheco, 2006							
Gênero	Donacobius Swainson, 1831							
Espécie	Donacobius atricapilla (Linnaeus, 1766)	japacanim	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Donacobius atricapilla atricapilla (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não		
Família	Turdidae Rafinesque, 1815							
Gênero	Turdus Linnaeus, 1758							
Espécie	Turdus leucomelas Vieillot, 1818	sabiá-barranco	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Turdus leucomelas albiventer Spix, 1824		LC	LC	LC	Não		
Espécie	Turdus fumigatus Lichtenstein, 1823	sabiá-da-mata	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Turdus fumigatus fumigatus Lichtenstein, 1823		LC	LC	LC	Não		
Espécie	Turdus rufiventris Vieillot, 1818	sabiá-laranjeira	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Turdus nudigenis Lafresnaye, 1848	caraxué	LC	LC	LC	Não	BR	
Subespécie	Turdus nudigenis extimus Todd, 1931		LC	LC	LC	Não		
Espécie	Turdus amaurochalinus Cabanis, 1850	sabiá-poca	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Turdus albicollis Vieillot, 1818	sabiá-coleira	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Mimidae Bonaparte, 1853							
Gênero	Mimus Boie, 1826							
Espécie	Mimus gilvus (Vieillot, 1807)	sabiá-da-praia	LC	LC	LC	Não	BR	
Espécie	Mimus saturninus (Lichtenstein, 1823)	sabiá-do-campo	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Estrildidae Bonaparte, 1850							
Gênero	Estrilda Swainson, 1827							
Espécie	Estrilda astrild (Linnaeus, 1758)	bico-de-lacre	LC	LC	LC	Não	BR, In	
Família	Passeridae Rafinesque, 1815							
Gênero	Passer Brisson, 1760							
Espécie	Passer domesticus (Linnaeus, 1758)	pardal	LC	NA	LC	Não	BR, In	
Subespécie	Passer domesticus domesticus (Linnaeus, 1758)		LC	NA	LC	Não		
Família	Motacillidae Horsfield, 1821							
Gênero	Anthus Bechstein, 1805							
Espécie	Anthus chii Vieillot, 1818	caminheiro-zumbidor	LC	LC	LC	Não	BR	
Família	Fringillidae Leach, 1820							
Gênero	Spinus Koch, 1816							

Espécie	<i>Spinus yarrellii</i> (Audubon, 1839)	pintassilgo-do-nordeste	VU	VU	CR	Não	BR
Gênero	<i>Euphonia</i> Desmarest, 1806						
Espécie	<i>Euphonia chlorotica</i> (Linnaeus, 1766)	fim-fim	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Euphonia chlorotica chlorotica</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	gaturamo-verdadeiro	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Euphonia cayennensis</i> (Gmelin, 1789)	gaturamo-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Passerellidae Cabanis & Heine, 1850						
Gênero	<i>Ammodramus</i> Swainson, 1827						
Espécie	<i>Ammodramus humeralis</i> (Bosc, 1792)	tico-tico-do-campo	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Ammodramus humeralis humeralis</i> (Bosc, 1792)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Arremon</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Arremon taciturnus</i> (Hermann, 1783)	tico-tico-de-bico-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Zonotrichia</i> Swainson, 1832						
Espécie	<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Muller, 1776)	tico-tico	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Icteridae Vigors, 1825						
Gênero	<i>Leistes</i> Vigors, 1825						
Espécie	<i>Leistes militaris</i> (Linnaeus, 1758)	polícia-inglesa-do-norte	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Leistes superciliaris</i> (Bonaparte, 1850)	polícia-inglesa-do-sul	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Psarocolius</i> Wagler, 1827						
Espécie	<i>Psarocolius decumanus</i> (Pallas, 1769)	japu	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Psarocolius viridis</i> (Statius Muller, 1776)	japu-verde	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Psarocolius bifasciatus</i> (Spix, 1824)	japuguaçu	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Cacicus</i> Lacépède, 1799						
Espécie	<i>Cacicus solitarius</i> (Vieillot, 1816)	iraúna-de-bico-branco	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Cacicus cela</i> (Linnaeus, 1758)	xexéu	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Cacicus cela cela</i> (Linnaeus, 1758)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	guaxe	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Icterus</i> Brisson, 1760						
Espécie	<i>Icterus jamacaii</i> (Gmelin, 1788)	corrupção	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Espécie	<i>Icterus pyrrhopterus</i> (Vieillot, 1819)	encontro	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Icterus cayanensis</i> (Linnaeus, 1766)	inhapim	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Molothrus</i> Swainson, 1832						
Espécie	<i>Molothrus oryzivorus</i> (Gmelin, 1788)	iraúna-grande	LC	LC	LC	Não	BR

Subespécie	<i>Molothrus oryzivorus oryzivorus</i> (Gmelin, 1788)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Molothrus bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	chupim	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Molothrus bonariensis bonariensis</i> (Gmelin, 1789)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Gnorimopsar</i> Richmond, 1908						
Espécie	<i>Gnorimopsar chopi</i> (Vieillot, 1819)	pássaro-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Chrysomus</i> Swainson, 1837						
Espécie	<i>Chrysomus ruficapillus</i> (Vieillot, 1819)	garibaldi	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Chrysomus ruficapillus frontalis</i> (Vieillot, 1819)		LC	LC	LC	Não	
Família	Parulidae Wetmore, Friedmann, Lincoln, Miller, Peters, van Rossem, Van Tyne & Zimmer, 1947						
Gênero	<i>Myiothlypis</i> Cabanis, 1850						
Espécie	<i>Myiothlypis flaveola</i> Baird, 1865	canário-do-mato	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Myiothlypis flaveola flaveola</i> Baird, 1865		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Myiothlypis mesoleuca</i> (Sclater, 1866)	pula-pula-da-guiana	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Basileuterus</i> Cabanis, 1849						
Espécie	<i>Basileuterus culicivorus</i> (Deppe, 1830)	pula-pula	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Mitrospingidae Barker, Burns, Klicka, Lanyon & Lovette, 2013						
Gênero	<i>Lamprospiza</i> Cabanis, 1847						
Espécie	<i>Lamprospiza melanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	pipira-de-bico-vermelho	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Cardinalidae Ridgway, 1901						
Gênero	<i>Piranga</i> Vieillot, 1808						
Espécie	<i>Piranga flava</i> (Vieillot, 1822)	sanhaço-de-fogo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Granatellus</i> Bonaparte, 1850						
Espécie	<i>Granatellus pelzelni</i> Sclater, 1865	polícia-do-mato	LC	LC	VU	Não	BR
Subespécie	<i>Granatellus pelzelni paraensis</i> Rothschild, 1906		LC	VU	VU	Sim	
Gênero	<i>Caryothraustes</i> Reichenbach, 1850						
Espécie	<i>Caryothraustes canadensis</i> (Linnaeus, 1766)	furriel-do-norte	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Periporphyrus</i> Reichenbach, 1850						
Espécie	<i>Periporphyrus erythromelas</i> (Gmelin, 1789)	bicudo-encarnado	LC	LC	CR	Não	BR
Gênero	<i>Cyanoloxia</i> Bonaparte, 1850						
Espécie	<i>Cyanoloxia rothschildii</i> (Bartlett, 1890)	azulão-da-amazônia	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Cyanoloxia brissonii</i> (Lichtenstein, 1823)	azulão	LC	LC	LC	Não	BR
Família	Thraupidae Cabanis, 1847						
Gênero	<i>Charitospiza</i> Oberholser, 1905						

Espécie	<i>Charitospiza eucosma</i>	mineirinho	NT	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Parkerthraustes</i> Remsen, 1997						
Espécie	<i>Parkerthraustes humeralis</i>	furriel-de-encontro	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Nemosia</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Nemosia pileata</i> (Boddaert, 1783)	saíra-de-chapéu-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Compsotraupis</i> Richmond, 1915						
Espécie	<i>Compsotraupis loricata</i> (Lichtenstein, 1819)	tiê-caburé	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Gênero	<i>Emberizoides</i> Temminck, 1822						
Espécie	<i>Emberizoides herbicola</i> (Vieillot, 1817)	canário-do-campo	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Emberizoides herbicola sphenurus</i> (Vieillot, 1818)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Chlorophanes</i> Reichenbach, 1853						
Espécie	<i>Chlorophanes spiza</i> (Linnaeus, 1758)	saí-verde	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Hemithraupis</i> Cabanis, 1850						
Espécie	<i>Hemithraupis guira</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-de-papo-preto	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Hemithraupis guira guira</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Tersina</i> Vieillot, 1819						
Espécie	<i>Tersina viridis</i> (Illiger, 1811)	saí-andorinha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Cyanerpes</i> Oberholser, 1899						
Espécie	<i>Cyanerpes caeruleus</i> (Linnaeus, 1758)	saí-de-perna-amarela	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Cyanerpes cyaneus</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-beija-flor	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Dacnis</i> Cuvier, 1816						
Espécie	<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saí-azul	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Dacnis lineata</i> (Gmelin, 1789)	saí-de-máscara-preta	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Saltatricula</i> Burmeister, 1861						
Espécie	<i>Saltatricula atricollis</i> (Vieillot, 1817)	batuqueiro	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Saltator</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Saltator maximus</i> (Statius Muller, 1776)	tempera-viola	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Saltator maximus maximus</i> (Statius Muller, 1776)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Saltator coerulescens</i> Vieillot, 1817	trinca-ferro-gongá	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Saltator coerulescens mutus</i> Sclater, 1856		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Saltator grossus</i> (Linnaeus, 1766)	bico-encarnado	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Coereba</i> Vieillot, 1809						
Espécie	<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	cambacica	LC	LC	LC	Não	BR

Subespécie	<i>Coereba flaveola chloropyga</i> (Cabanis, 1850)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Asemospiza</i> Burns, Unitt & Mason, 2016						
Espécie	<i>Asemospiza fuliginosa</i> (Wied, 1830)	cigarra-preta	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Asemospiza fuliginosa fuliginosa</i> (Wied, 1830)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Volatinia</i> Reichenbach, 1850						
Espécie	<i>Volatinia jacarina</i> (Linnaeus, 1766)	tiziu	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Volatinia jacarina jacarina</i> (Linnaeus, 1766)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Eucometis</i> Sclater, 1856						
Espécie	<i>Eucometis penicillata</i> (Spix, 1825)	pipira-da-taoca	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Eucometis penicillata penicillata</i> (Spix, 1825)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Loriotus</i> Jarocki, 1821						
Espécie	<i>Loriotus luctuosus</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	tem-tem-de-dragona-branca	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Loriotus cristatus</i> (Linnaeus, 1766)	tiê-galo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Coryphospingus</i> Cabanis, 1851						
Espécie	<i>Coryphospingus pileatus</i> (Wied, 1821)	tico-tico-rei-cinza	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Coryphospingus cucullatus</i> (Statius Muller, 1776)	tico-tico-rei	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Maschalethraupis</i> Burns, Unitt & Mason, 2016						
Espécie	<i>Maschalethraupis surinamus</i> (Linnaeus, 1766)	tem-tem-de-topete-ferrugíneo	LC	LC	VU	Não	BR
Gênero	<i>Tachyphonus</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Tachyphonus rufus</i> (Boddaert, 1783)	pipira-preta	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Ramphocelus</i> Desmarest, 1805						
Espécie	<i>Ramphocelus carbo</i> (Pallas, 1764)	pipira-vermelha	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Sporophila</i> Cabanis, 1844						
Espécie	<i>Sporophila lineola</i> (Linnaeus, 1758)	bigodinho	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Sporophila plumbea</i> (Wied, 1830)	patativa	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Sporophila americana</i> (Gmelin, 1789)	coleiro-do-norte	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Sporophila collaris</i> (Boddaert, 1783)	coleiro-do-brejo	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Sporophila collaris collaris</i> (Boddaert, 1783)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Sporophila nigricollis</i> (Vieillot, 1823)	baiano	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Sporophila nigricollis nigricollis</i> (Vieillot, 1823)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Sporophila caerulescens</i> (Vieillot, 1823)	coleirinho	LC	LC	LC	Não	BR

Espécie	<i>Sporophila albogularis</i> (Spix, 1825)	golinho	LC	LC	LC	Sim	BR, En
Espécie	<i>Sporophila leucoptera</i> (Vieillot, 1817)	chorão	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Sporophila leucoptera cinerea</i> (Temminck, 1820)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Sporophila bouvreuil</i> (Statius Muller, 1776)	caboclinho	LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Sporophila minuta</i> (Linnaeus, 1758)	caboclinho-lindo	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Sporophila minuta minuta</i> (Linnaeus, 1758)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Sporophila ruficollis</i> Cabanis, 1851	caboclinho-de-papo-escuro	NT	NT	LC	Não	VI (S), BR#
Espécie	<i>Sporophila angolensis</i> (Linnaeus, 1766)	curió	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Thlyopsis</i> Cabanis, 1851						
Espécie	<i>Thlyopsis sordida</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	saí-canário					BR
Subespécie	<i>Thlyopsis sordida sordida</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Cypsnagra</i> Lesson, 1831						
Espécie	<i>Cypsnagra hirundinacea</i> (Lesson, 1831)	bandoleta	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Conirostrum</i> d'Orbigny & Lafresnaye, 1838						
Espécie	<i>Conirostrum speciosum</i> (Temminck, 1824)	figuinha-de-rabo-castanho	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Conirostrum speciosum speciosum</i> (Temminck, 1824)		LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Conirostrum bicolor</i> (Vieillot, 1809)	figuinha-do-mangue	NT	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Sicalis</i> Boie, 1828						
Espécie	<i>Sicalis columbiana</i> Cabanis, 1851	canário-do-amazonas	LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Sicalis columbiana leopoldinae</i> Hellmayr, 1906		LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Neothraupis</i> Hellmayr, 1936						
Espécie	<i>Neothraupis fasciata</i> (Lichtenstein, 1823)	cigarra-do-campo	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Cissopis</i> Vieillot, 1816						
Espécie	<i>Cissopis leverianus</i> (Gmelin, 1788)	tietinga	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Schistochlamys</i> Reichenbach, 1850						
Espécie	<i>Schistochlamys melanopsis</i> (Latham, 1790)	sanhaço-de-coleira	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Paroaria</i> Bonaparte, 1832						
Espécie	<i>Paroaria dominicana</i> (Linnaeus, 1758)	cardeal-do-nordeste	LC	LC	LC	Não	BR, En
Gênero	<i>Ixothraupis</i> Bonaparte, 1851						
Espécie	<i>Ixothraupis punctata</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-negaça	LC	LC	LC	Não	BR
Gênero	<i>Thraupis</i> Boie, 1826						
Espécie	<i>Thraupis episcopus</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaço-da-amazônia	LC	LC	LC	Não	BR

Subespécie	<i>Thraupis episcopus episcopus</i> (Linnaeus, 1766)			LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Thraupis sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaço-cinzento		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Thraupis sayaca sayaca</i> (Linnaeus, 1766)			LC	LC	LC	Não	
Espécie	<i>Thraupis palmarum</i> (Wied, 1821)	sanhaço-do-coqueiro		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Thraupis palmarum melanoptera</i> (Sclater, 1857)			LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Stilpnia</i> Burns, Unitt & Mason, 2016							
Espécie	<i>Stilpnia cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-amarela		LC	LC	LC	Não	BR
Subespécie	<i>Stilpnia cayana flava</i> (Gmelin, 1789)			LC	LC	LC	Não	
Gênero	<i>Tangara</i> Brisson, 1760							
Espécie	<i>Tangara gyrola</i> (Linnaeus, 1758)	saíra-de-cabeça-castanha		LC	LC	CR	Não	BR
Espécie	<i>Tangara mexicana</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-de-bando		LC	LC	LC	Não	BR
Espécie	<i>Tangara velia</i> (Linnaeus, 1758)	saíra-diamante		DD	VU	CR	Sim	BR
Subespécie	<i>Tangara velia signata</i> (Hellmayr, 1905)			DD	VU	CR	Sim	
	Myiornis sp.nov.			DD	DD	DD	DD	DD



Emitido em 20/05/2026

RESUMO DE TRABALHO Nº 1/2026 - DPARQ (11.14.68.07.05)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/05/2026 08:13)

RONALD SILVA DIAS

CHEFE DIVISAO

839738

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sis.sig.uema.br/documentos/> informando seu número:
1, ano: **2026**, tipo: **RESUMO DE TRABALHO**, data de emissão: **20/05/2026** e o código de verificação: **869fca6a7f**

